

The background is a dark green chalkboard with a wooden frame. It features several white line drawings: a person wearing glasses on the left, a group of people walking in the upper right, a person sitting on a chair on the right, and a person on a skateboard at the bottom. A piece of white chalk is positioned diagonally in the bottom right corner.

**PERCEPÇÃO DE DOCENTES
SOBRE O REFORÇO DE
ESTEREÓTIPOS
DISCRIMINATÓRIOS
NA PRÁTICA DO ENSINO
FUNDAMENTAL PÚBLICO**

Coordenadora: Vera Vieira

São Paulo - 2021



PERCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE O REFORÇO DE ESTEREÓTIPOS DISCRIMINATÓRIOS NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO

Vera Vieira
Coordenadora

São Paulo
1a.edição / 2021

Título:
Percepção de docentes sobre o reforço de estereótipos
discriminatórios na prática do ensino fundamental público

eBook

Coordenadora da publicação e da pesquisa:
Vera Vieira (Associação Mulheres pela Paz)

Execução da pesquisa:
Datafolha Instituto de Pesquisas

Editora:
Associação Mulheres pela Paz

**Transcrição das gravações
do Grupo de Estudos e Monitoramento:**
Walkíria Lobo Ferraz

Capa:
Neon Cunha

Edição de arte, projeto gráfico e editoração:
Sardinha 17 Produções Artísticas e Fratezi Produções

Edição final:
Rosane Maximiano

Local:
São Paulo

Ano da publicação:
2021

Edição:
1a.edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Percepção de docentes sobre o reforço de
estereótipos discriminatórios na prática do
ensino fundamental público [livro eletrônico] /
coordenação Vera Vieira. -- São Paulo :
Associação Mulheres pela Paz, 2021.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-995398-4-8

1. Discriminação 2. Educação 3. Ensino fundamental
4. Estereótipos (Psicologia) 5. Sociologia
educacional - Brasil I. Vieira, Vera.

21-81242

CDD-303.385

Índices para catálogo sistemático:

1. Estereótipos : Psicologia social : Sociologia
303.385

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

*Se eu luto contra o machismo, mas ignoro o racismo,
eu estou alimentando a mesma estrutura.*

Djamila Ribeiro



*Somos seres humanos como os demais, com diversas
visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo,
entre esquerda e direita, continuo sendo preta.*

Sueli Carneiro



*Você tem que agir como se fosse possível
transformar radicalmente o mundo.
E você tem que fazer isso o tempo todo.*

Angela Davis



*Toda a história feminina foi feita pelo homem.
Assim como na América, não há problema com os
negros, mas sim com os brancos; assim como o
antissemitismo não é um problema judaico,
é nosso problema; então o problema da mulher
sempre foi um problema do homem.*

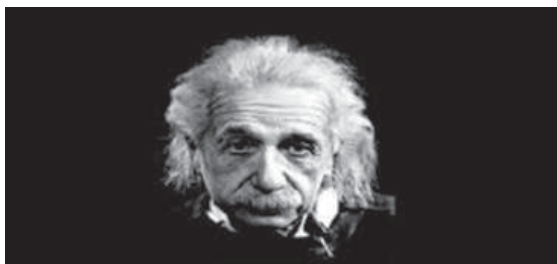
Simone de Beauvoir



*A extrema direita, a direita e uma parte da esquerda
(aqueles que acreditam que os ciganos, imigrantes,
muçulmanos, judeus, negros, homossexuais,
feministas... são a causa da decadência nacional)
pretendem demonstrar que a solução para os
problemas sociais e econômicos virá da
aplicação de técnicas de exclusão e morte
contra uma parte da população.*

Beatriz Preciado

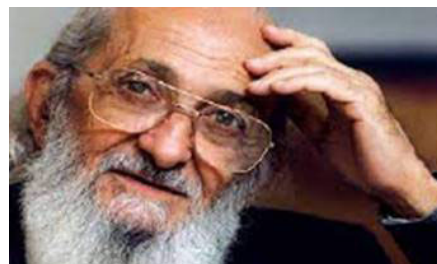




*É mais fácil
desintegrar um átomo
do que
um preconceito.*
Albert Einstein



*A fórmula estereotipada adapta-se,
em qualquer lugar, ao canal de interação social
que lhe é reservado, refletindo ideologicamente
o tipo, a estrutura, os objetivos e a
composição social do grupo.*
Mikhail Bakhtin



*Em certo momento de minhas tentativas,
puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo,
a linguagem machista que usava, percebi a mentira
ou a ocultação da verdade que havia na afirmação:
“Quando falo homem, a mulher está incluída”.
E por que os homens não se acham incluídos quando
dizemos: “As mulheres estão decididas
a mudar o mundo?*

Paulo Freire



*Ninguém nasce odiando outra pessoa
pela cor de sua pele, por sua origem
ou ainda por sua religião.
Para odiar, as pessoas precisam aprender,
e se podem aprender a odiar,
podem ser ensinadas a amar.*
Nelson Mandela

Sumário

Introdução - A escola pode reforçar estereótipos, mas é também um espaço privilegiado para a desconstrução das discriminações	9
Destaques sobre o tema	21
Principais Resultados desta Pesquisa	25
 Etapa Qualitativa	 31
 Etapa Quantitativa	 51
Objetivos e Metodologia	53
Perfil das Pessoas Entrevistadas	55
Percepção sobre o Reforço de Estereótipos Discriminatórios por Docentes	49
Leitura dos Resultados da Pesquisa	89
 Legislação e Recomendações	 97
 Definições Pertinentes	 105
 Referências	 136

Introdução





A escola pode reforçar estereótipos, mas é também um espaço privilegiado para a desconstrução das discriminações

74% as/os docentes já presenciaram atos ou falas discriminatórias contra alunas e alunos; 25% dizem sempre presenciar casos de racismo em suas escolas, sendo que 23% são testemunhas frequentes de gordofobia e 19% presenciam sempre a homofobia; 53% já presenciaram casos de evasão escolar de estudantes após serem vítimas de discriminação; cerca de 25% avaliam, com base em suas experiências como professoras e professores, que discriminações por raça/cor, local de moradia, condição social e sexualidade são muito frequentes no ambiente escolar; sexismo e transfobia são os termos sobre os quais as/os docentes têm menos informação; 50% das/os docentes já foram vítimas de algum tipo de discriminação - entre docentes pretos e pardos, esse índice é de 60%, e entre brancos, de 43%; 31% das/os docentes pretos e pardos já foram vítimas de racismo; 39% das/os docentes nunca participaram de uma formação voltada a lidar com práticas discriminatórias, e 43% tiveram essa formação por meio da rede onde lecionam; 19% veem as/os docentes como muito preparadas/os para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos, e quando a avaliação é sobre sua própria capacidade para lidar com essas práticas, 47% dizem estar muito preparadas/os; 21% das/os docentes [1 em cada 5] dizem ter muita liberdade em relação a mães, pais e responsáveis pelos estudos para tratar de casos de discriminação, e 8% dizem não ter nenhuma liberdade; em uma escala em que 0 significa não reforça em nada e 10 reforça muito, 16% das/os docentes avaliaram que o material didático não reforça em nada, e 4% deram nota máxima, ou seja, avaliaram que reforça muito; a nota média na escala de avaliação do material didático foi 4,5 com 15% de notas altas [8+9+10], indicando a avaliação de que o material usado pelas/os estudantes reforça estereótipos discriminatórios; 38% das/os docentes concordam, totalmente ou em parte, que crianças pobres têm mais dificuldades de aprendizagem do que as demais; 44% das/os docentes brancos concordam que crianças pobres têm mais dificuldades de aprendizagem, índice que cai para 27% entre docentes pretos e pardos.

Esses são os principais resultados da pesquisa que se insere em um projeto apoiado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por meio de uma Emenda Parlamentar de Luiza Erundina de Sousa, Deputada Federal pelo Estado de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa de opinião pública, por amostragem, realizada em escolas públicas de ensino fundamental I e II, de quinze cidades do



estado de São Paulo, com execução do Datafolha Instituto de Pesquisas. A etapa qualitativa foi realizada com onze especialistas no tema, que atuam em escolas, universidades, organizações governamentais e não governamentais, de diferentes cidades brasileiras. Essa fase se concretizou com entrevistas telefônicas ou via videochamada, com duração de cerca de 90 minutos, tendo como objetivo o aprofundamento do conhecimento sobre o assunto e o aprimoramento do rol de perguntas da etapa quantitativa, a qual foi realizada com 285 docentes em quinze cidades do estado de São Paulo: Andradina, Catanduva, Campinas, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos, Marília, Mauá, Pindamonhangaba, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sorocaba e Suzano.

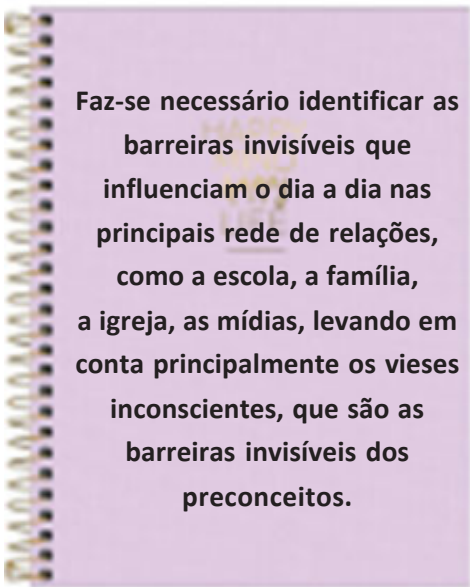
Para levar avante este projeto - com pesquisa, material didático, divulgação e seminário de capacitação - a Associação Mulheres pela Paz contou com a coordenação de Vera Vieira (diretora-executiva), incluindo o trabalho da assistente Walkíria Lobo Ferraz, além da imprescindível contribuição de integrantes do Grupo de Estudos e Monitoramento que se reuniram visando alicerçar os passos para seu sucesso -

Amelinha Teles (União de Mulheres de São Paulo), Professora Bebel (APEOESP), Dalila Figueiredo (ASBRAD), Maria José Lopes Souza (Rede Mulher de Educação), Neon Cunha (ativista trans), Nilza Iraci (Geledés) e Thiago Fontes (DIEESE). Desses encontros, também participaram Luciana Chong e Jean Estevão de Souza, do Datafolha Instituto de

Pesquisas.

Para se avançar no árduo processo de desconstrução cotidiana das discriminações entre as pessoas – principalmente as sexistas, racistas e LGBTfóbicas, já que são os fatores que vão influenciar sobremaneira as assimetrias de poder e oportunidades no transcorrer da vida, impedindo o avanço da luta pela conquista de uma sociedade pacífica, justa e equitativa –, faz-se necessário identificar as barreiras invisíveis que influenciam o dia a dia nas principais rede de relações, como a escola, a família, a igreja, as mídias, levando em conta

principalmente os vieses inconscientes. Além das desigualdades de poder e oportunidades entre as pessoas, tais assimetrias são responsáveis por estatísticas assustadoras de violência contra mulheres e meninas (agressões, estupros, assassinatos, feminicídios), incluindo os recortes de raça e identidades de gênero



Faz-se necessário identificar as barreiras invisíveis que influenciam o dia a dia nas principais rede de relações, como a escola, a família, a igreja, as mídias, levando em conta principalmente os vieses inconscientes, que são as barreiras invisíveis dos preconceitos.



nessas vítimas. De acordo com a ONU Mulheres, os vieses inconscientes são “as preferências que ficam escondidas no inconsciente e que influenciam as atitudes, as percepções, os julgamentos e as ações das pessoas sem que elas percebam que estão dando vantagem para um determinado aspecto”.

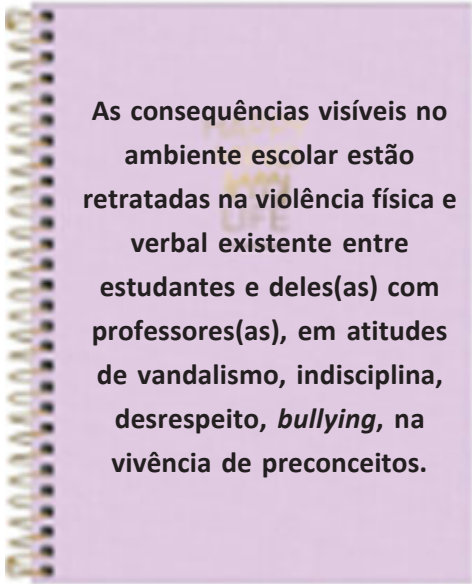
A escola é um espaço privilegiado para a amplificação da cidadania plena e do respeito à diversidade e pluralidade, mas, ao mesmo tempo, caracteriza-se por ser o *locus* candente de produção de preconceitos/ discriminações e de reprodução do que já existe e foi apreendido nas outras redes de relações das pessoas em sociedade. “A escola é um dos principais espaços de encontro e convivência, especialmente para crianças, adolescentes e jovens de diferentes níveis e grupos sociais. Isso acarreta relações cotidianas entre indivíduos com diferentes valores, crenças e visões de mundo. Assim, o

ambiente escolar não apenas constrói diversas dinâmicas de interação, como também reproduz (e, em alguns casos, ressignifica) aquelas dinâmicas preexistentes. Nesse sentido, relações baseadas no preconceito e na discriminação são também repetidas e reformuladas nas escolas” [Gomes (2002 apud ABRAMOVAY, CUNHA, CALAF

2009)]. A educação precisa ser entendida como “um processo que deve estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, de suas potencialidades, de valores e atitudes em favor de uma sociedade mais justa e menos desigual como a que ainda vemos atualmente. Sabemos que, na maioria das vezes, o preconceito e a discriminação a determinadas

pessoas surgem em função de características consideradas social e/ou culturalmente negativas em relação a outras. Cor da pele, orientação sexual, gênero, necessidades especiais são alguns exemplos de situações em que a diferença se transforma em desigualdade” [FDE, 2009].

As consequências visíveis no ambiente escolar estão retratadas na violência física e verbal existente entre estudantes e deles(as) com professores(as), em atitudes de vandalismo, indisciplina, desrespeito, *bullying*, na vivência



As consequências visíveis no ambiente escolar estão retratadas na violência física e verbal existente entre estudantes e deles(as) com professores(as), em atitudes de vandalismo, indisciplina, desrespeito, *bullying*, na vivência de preconceitos.

de preconceitos. Há que se considerar que o preconceito e a discriminação são formas brutais de violência emocional e psicológica. “A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou coerção que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – provocando algum tipo de dano, configurando o oposto



das possibilidades da sociedade democrática” [Santos, 2009].

No ambiente escolar, o reforço dos estereótipos discriminatórios pode ser protagonizado tanto pelos(as) estudantes como pelos(as) docentes e quadro funcional das escolas. O agravante nesse processo de potencialização por parte de professoras e professores é

que elas/ eles são, sem sombra de dúvida, a grande referência comportamental no espaço escolar.

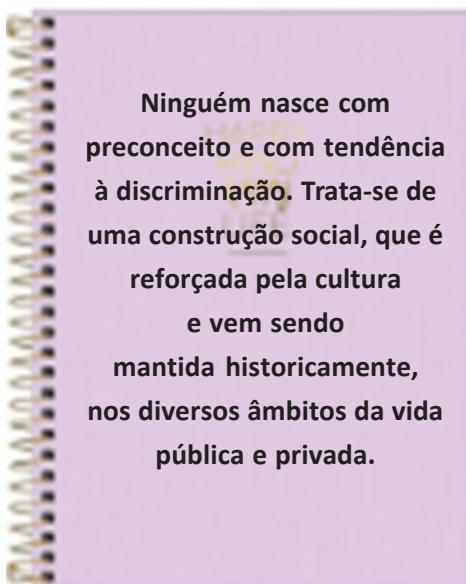
Mesmo que influenciadas(os) pelos vieses inconscientes ou pela vivência em sociedade, professores e as professoras vão representar “de forma desigual as capacidades e possibilidades das crianças negras e brancas, meninas e meninos, heterossexuais, homossexuais e transexuais” [UFMT, 2019], contribuindo para o reforço ou produção de estereótipos discriminatórios. Infelizmente, há uma hierarquização das crianças com

base nas diferenças que são comuns a todos os seres humanos e os tornam pessoas únicas. Ainda predomina o silêncio e invisibilidade relativos às identidades de gênero, raça e orientação sexual.

Ninguém nasce com preconceito e com tendência à discriminação. Trata-se de uma construção social, que é reforçada pela cultura e vem sendo mantida historicamente, nos diversos âmbitos da vida pública e privada. “Assim, estão presentes também na escola e comprometem o convívio, interferem nas relações, colocam entraves à experiência da vida democrática de

estudantes e adultos e até mesmo ao aprendizado. Podem ser de natureza étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero, etc., constituem situações de humilhações que permeiam as relações, ainda que nem sempre sejam percebidas e identificadas como tal, e não se resumem ao *bullying* entre os alunos. Podem aparecer também nas decisões pedagógicas, nas normas de convívio, na organização da rotina e no espaço, nos encaminhamentos disciplinares, entre outras situações” [SME/IVH, 2019].

Já há muito tempo, ao constatar que “é mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo”, tudo indica que Einstein estava colocando em xeque as forças subjetivas com as objetivas. De maneira geral, pode-se dizer que preconceito é a teoria da desigualdade e a





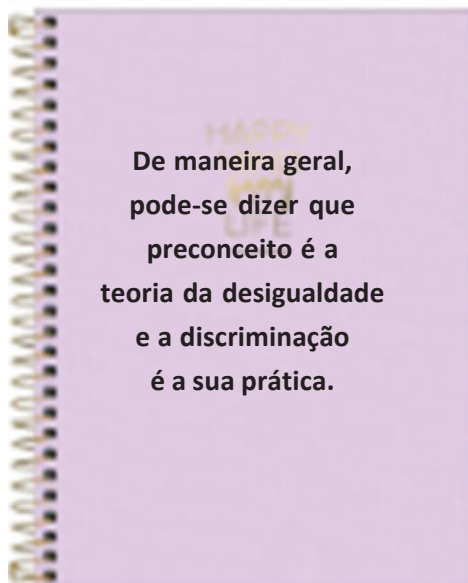
discriminação é a sua prática. *Preconceito* é qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico. É um sentimento hostil assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio. É intolerância: contra pobres, mulheres, negros, homossexuais, travestis, transgêneros, indígenas, portadores(as) de deficiências, migrantes... “As conotações básicas incluem inclinação, parcialidade, predisposição, prevenção. O termo vincula muitos significados variantes; comuns à maioria deles, contudo, são as noções de julgamento prévio desfavorável, efetuado antes de um exame ponderado e completo, e mantido rigidamente mesmo em face de provas que o contradizem. *Discriminação* é a conduta injusta e infundada de transgredir os direitos de uma pessoa, com base em raciocínio sem conhecimento adequado sobre a questão. A discriminação é fundamentada pelo preconceito. O preconceito e a discriminação reforçam-se mutuamente.

Sejam quais forem as causas, o aumento das hostilidades, os estereótipos negativos e as atitudes de distanciamento social levam ao recrudescimento da discriminação, incluindo a exclusão e a segregação imposta. Na sequência recíproca, o aumento da discriminação leva a um

preconceito mais profundo e mais intenso. Em suma, a discriminação gera e reforça o preconceito; o preconceito cria uma base para a discriminação e sua racionalização” [Outhwaite e Bottomore, 1993]. Já a necessidade que o ser humano tem de atribuir sentido às coisas é que leva a uma produção de *estereótipos*, cuja característica básica é a simplificação para se ter um sentido, isto é, as pessoas

necessitam de certa familiaridade, por isso, acabam por adquirir certo automatismo num primeiro momento. Como se vê, os estereótipos funcionam como uma orientação em nossas vidas, mas devem ser provisórios, pois seu domínio na mente humana pode impedir a abertura para o conhecimento da outra pessoa. Uma pessoa que se droga, um homossexual, um negro, uma mulher, um judeu, uma pessoa do chamado Terceiro Mundo, certamente, são seres humanos que vão muito além do

estigma que os persegue. Os preconceitos têm uma estreita relação com os estereótipos. O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos, com caráter momentâneo, superficial e genérico. O pensamento cotidiano implica também em





comportamento. Por um lado, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados, e, por outro, eles nos são impingidos, desde crianças, o que desencadeia uma relação afetiva com eles. “A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo” [Bakhtin, 1999].

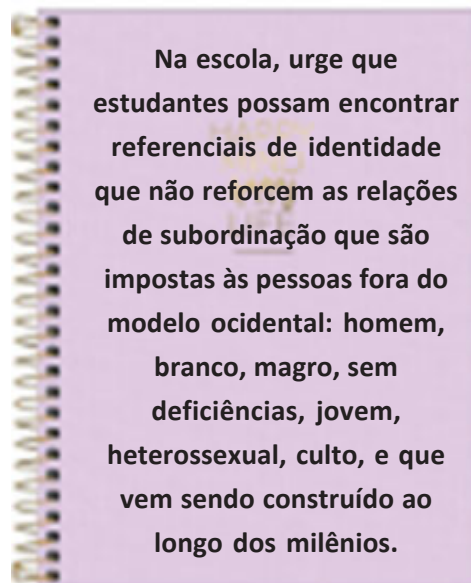
Partindo-se da constatação de que a realidade é construída a partir de aspectos objetivos e subjetivos, o exercício de atentar para as consequências das discriminações é tarefa de quem busca promover a cidadania para um mundo melhor, com valores éticos, de equidade e justiça social. Na escola, urge que estudantes possam encontrar referenciais de identidade que não reforcem as relações de subordinação que são impostas às pessoas fora do modelo ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto, e que vem sendo construído ao longo dos milênios. O primeiro passo para alterar essa realidade é conscientizar-se de que, ao romper com as discriminações no ensino fundamental, avança-se na

influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas (professoras, professores e estudantes), quebrando-se padrões comportamentais. E nesse emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos - no sentido de perpetuar as desigualdades estruturais e estruturantes - ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela

dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos provocados por mitos e imagens presentes nos vieses inconscientes, com a certeza da capacidade de reflexão - de ressignificação - das pessoas, que, conforme bem enfatiza Barbero [1997], situa-se exatamente no campo das mediações, quer dizer, além da emissão e recepção, existe um processo de diálogo interior, cujos sentidos se completam no jogo ideológico das experiências culturais e sociais. E “o termo ressignificação deve ser resgatado em sua dimensão plena, dialética, de algo que se

modifica ao modificar” [Citelli, 2000].

Os interesses são recíprocos na medida em que as ações se caracterizam por uma pesquisa junto a docentes referências na construção da identidade de meninas e adolescentes, em um dos principais espaços de socialização,





que é a escola fundamental I e II, contribuindo, assim, na luta pela conquista de uma sociedade mais justa. Certamente, as ações previstas irão contribuir sobremaneira para o fortalecimento de docentes, crianças e adolescentes no espaço escolar, promovendo um ambiente mais pacífico, equitativo e justo, entre as pessoas e suas diferenças de sexo, raça identidades de gênero, aparência, etc., refletindo nas demais redes de relações como a família e a igreja.

Como bem mostraram os resultados da pesquisa, “é importante ressaltar que não há como a escola sempre estar preparada, mas há como a escola sempre estar ativa e trabalhando para encontrar caminhos, para ser sempre um ambiente plural e democrático, onde se respeita porque se é respeitado e onde se educa integralmente, não apenas na transmissão de conhecimentos de um leque de disciplinas. Ficam apontados como principais demandas a necessidade de se trabalhar, concomitantemente, a formação de docentes, seja diretamente relacionada aos temas que suscitem discriminações, seja na atualização de como as disciplinas podem ser lecionadas de forma a contribuir para a desconstrução das discriminações por esterótipos; o estímulo ao diálogo aberto entre estudantes para

que eles/elas mesmos/as possam ser agentes da transformação da educação, diante de um tema que tem sido trazido para o ambiente escolar por conta de suas próprias experiências; o alinhamento institucional do sistema educacional e, por fim, a aproximação do diálogo com as famílias e as comunidades”.

“Não há como a escola sempre estar preparada, mas há como a escola sempre estar ativa e trabalhando para encontrar caminhos, para ser sempre um ambiente plural e democrático, onde se respeita porque se é respeitado e onde se educa integralmente, não apenas na transmissão de conhecimentos de um leque de disciplinas.”

Sem dúvida, todas as nuances verificadas na pesquisa podem contribuir para estudos mais aprofundados e para embasar políticas públicas educacionais. Também vai colaborar para a concretização de uma dinâmica de desconstrução de preconceitos principalmente os racistas, sexistas e LGBTfóbicos. Além disso, espera-se um aumento da sensibilidade de escolas, opinião pública, mídia, gestores públicos e lideranças dos movimentos sociais sobre a importância cotidiana da desconstrução de estereótipos discriminatórios, que são a raiz da diferença de poder e oportunidades entre as pessoas e dos diversos tipos de violência. Não podemos esquecer que o Brasil é campeão em

assassinato de pessoas transexuais, é o quinto país em número de feminicídios [assassinato de mulheres em função do gênero], e comete um verdadeiro genocídio de homens negros, principalmente os jovens.

Vera Vieira - Diretora-Executiva da Associação Mulheres pela Paz



REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Oliveira. SP: Editora Hucitec. 1999.
- CITELLI, Adilson. *Comunicação e educação - a linguagem em movimento*. SP. Ed.Senac. 2000.
- FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação, da Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, *Preconceito e discriminação no contexto escolar – Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula*. São Paulo. 2009.
- GOMES (2002 apud ABRAMOVAY, CUNHA, CALAF 2009, p.187 – *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília, DF: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2009, 496p.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações - comunicação, cultura e hegemonia*. RJ. Editora UFRJ. 1997.
- ONU Mulheres, *Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “vieses inconscientes”*, 2016.
- OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1993. p.602
- SANTOS, J. *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009, p. 16.
- Secretaria Municipal de Educação de SP e Instituto Vladimir Herzog. *Respeitar é preciso! Diversidade e Discriminação – Educação em Direitos Humanos*. São Paulo. 2019. 3ª ed. p.6.
- UFMT. *Pesquisa Violência e Preconceitos na Escola – Relatório Final*. Cuiabá. 2015.
- VIEIRA, Vera. *Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital*. São Paulo. Novas Edições Acadêmicas. 2017



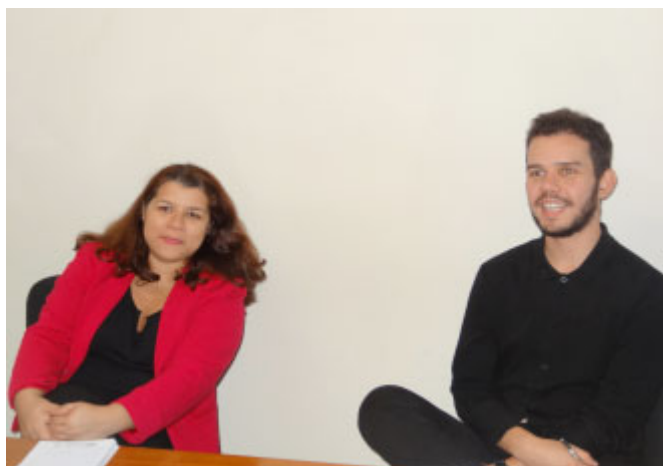


Coordenadora da pesquisa e do projeto



Vera Vieira é Diretora-Executiva da Associação Mulheres pela Paz. É doutora em Comunicação e Feminismo pela USP/ECA. Já publicou e/ou organizou diversas publicações sobre violência de gênero.

Responsáveis pela execução da pesquisa



Luciana Chong e Jean Estevão de Souza,
do Datafolha Instituto de Pesquisas

Autora da Emenda Parlamentar



Luiza Erundina de Sousa, deputada federal pelo estado de São Paulo, é a autora da Emenda Parlamentar de 2020, que propiciou a realização deste projeto.

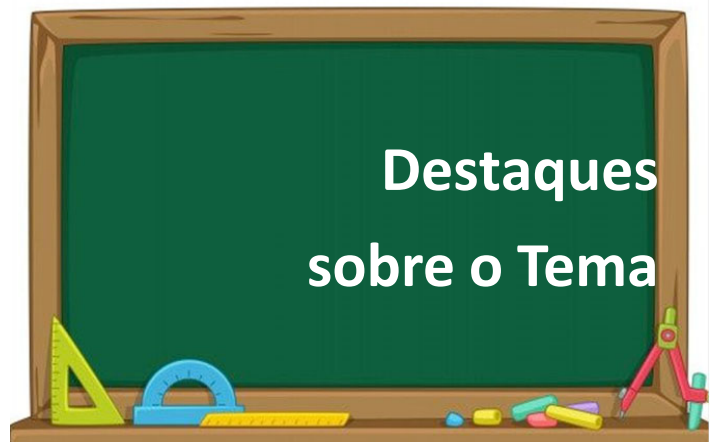


As integrantes do Grupo de Estudos e Monitoramento

Foram responsáveis por alicerçar todo o processo da pesquisa: Amelinha Teles (União de Mulheres de São Paulo), Professora Bebel (APEOESP), Dalila Figueiredo (ASBRAD), Maria José Lopes Souza (Rede Mulher de Educação), Neon Cunha (ativista trans), Nilza Iraci (Geledés), Thiago Fontes (DIEESE), Vera Vieira (Associação Mulheres pela Paz - AMP) e Walkíria Lobo Ferraz (secretaria - AMP). Foram realizadas duas sessões virtuais de trabalho, que também contou com a participação de Luciana Chong e Jean Estevão de Souza, do Datafolha Instituto de Pesquisas.



**Destaques
sobre o Tema**





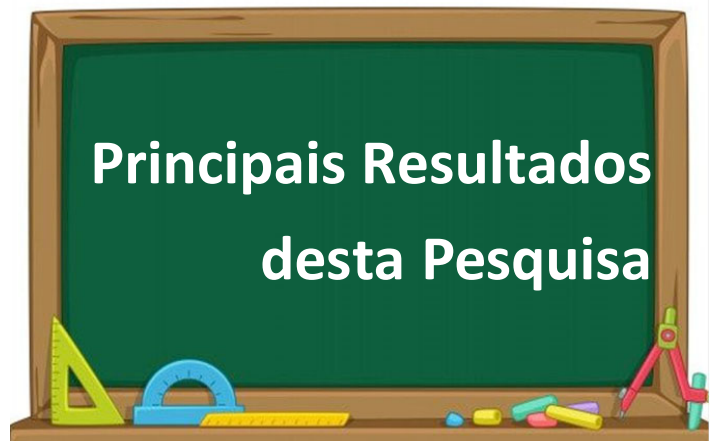
A escola é uma das principais redes de relações cotidianas na vida de crianças e adolescentes, tornando-se um espaço privilegiado tanto para o processo de construção como para o de desconstrução das diversas discriminações - de raça, de classe, de identidades de gênero, de sexualidades, de aparência, etc.

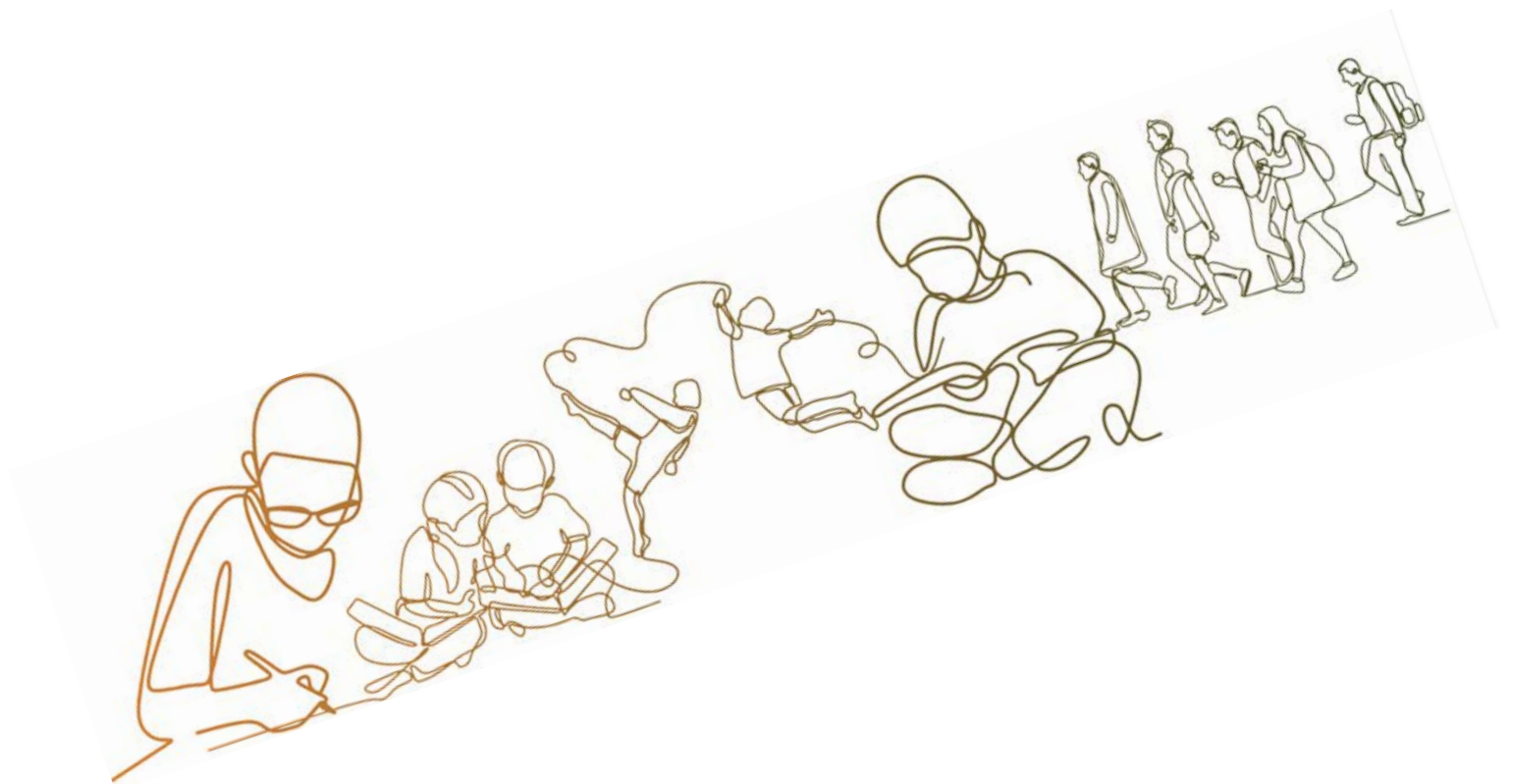
A escola é um espaço privilegiado para a amplificação da cidadania plena e do respeito à diversidade e pluralidade, mas, ao mesmo tempo, caracteriza-se por ser o *locus* candente de produção de preconceitos/ discriminações e de reprodução do que já existe e foi aprendido nas outras redes de relações das pessoas, como família, igreja, mídias, etc.

Os vieses inconscientes, que são as barreiras invisíveis dos preconceitos, são um dos maiores desafios para alterar a realidade vigente. “São as preferências que ficam escondidas no inconsciente e que influenciam as atitudes, as percepções, os julgamentos e as ações das pessoas sem que elas percebam que estão dando vantagem para um determinado aspecto”. [ONU Mulheres]

As consequências visíveis no ambiente escolar estão retratadas na violência física e verbal existente entre estudantes e deles/as para com as/o docentes, em atitudes de vandalismo, indisciplina, desrespeito, *bullying*, na vivência de preconceitos. O preconceito e a discriminação são formas brutais de violência emocional e psicológica.

Principais Resultados desta Pesquisa







A discriminação é uma realidade no ambiente escolar, estando presente em maior ou menor grau nas várias dimensões de vivência de docentes e estudantes. As vítimas apresentam uma frequência variada. Os mais diferentes estereótipos culminam em atos e falas explícita ou implicitamente preconceituosas, que podem levar até à evasão escolar e abandono da docência. Esse é o quadro mais geral do levantamento realizado junto a docentes do Ensino Fundamental I e II de cidades paulistas, entre elas as quatro mais populosas do Estado – São Paulo, Guarulhos, Campinas e São Bernardo do Campo. Veja os principais resultados:

74% das/os docentes já **presenciaram atos ou falas discriminatórias** contra alunas e alunos.

25% dizem **sempre** presenciar **casos de racismo** em suas escolas, **23%** são testemunhas **frequentes de gordofobia**, e **19%** presenciam sempre a **homofobia**.

53% já presenciaram casos de **evasão escolar** de estudantes após serem **vítimas de discriminação**.

25% [cerca de um em quatro] avaliam, com base em suas experiências, que **discriminações por raça/cor, local de moradia, condição social e sexualidade são muito frequentes** no ambiente escolar.



Sexismo e transfobia são os termos sobre os quais professoras e professores têm **menos informação**.

50% das/os docentes já foram **vítimas de algum tipo de discriminação** - entre docentes **pretos e pardos**, esse índice é de **60%**, e entre **brancos**, de **43%**.

31% das/os docentes **pretos e pardos** já foram vítimas de racismo.



39% nunca participaram de uma **formação voltada a lidar com práticas discriminatórias**, e **43%** tiveram essa **formação por meio da rede onde lecionam**.

19% veem as/os docentes como **muito preparados/as** para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos, e quando a avaliação é sobre sua **própria capacidade** para lidar com essas práticas, **47%** dizem estar muito preparadas/os.

21% das/dos docentes [**1 em cada 5**] dizem ter **muita liberdade** em relação a mães, pais e responsáveis pelos estudos, para **tratar de casos de discriminação**, e **8%** dizem não ter nenhuma liberdade.

 Em uma escala em que 0 significa não reforça em nada e 10 reforça muito, **16%** das/os docentes avaliaram que o **material didático não reforça em nada**, e **4%** deram nota máxima, ou seja, avaliaram que **reforça muito**.

 A **nota média** na escala de avaliação do material didático foi **4,5** com 15% de notas altas [8+9+10], **indicando a avaliação de que o material usado pelas/os estudantes reforça estereótipos discriminatórios**.

38% das/os docentes concordam, totalmente ou em parte, que **crianças pobres têm mais dificuldades de aprendizagem** do que as demais.

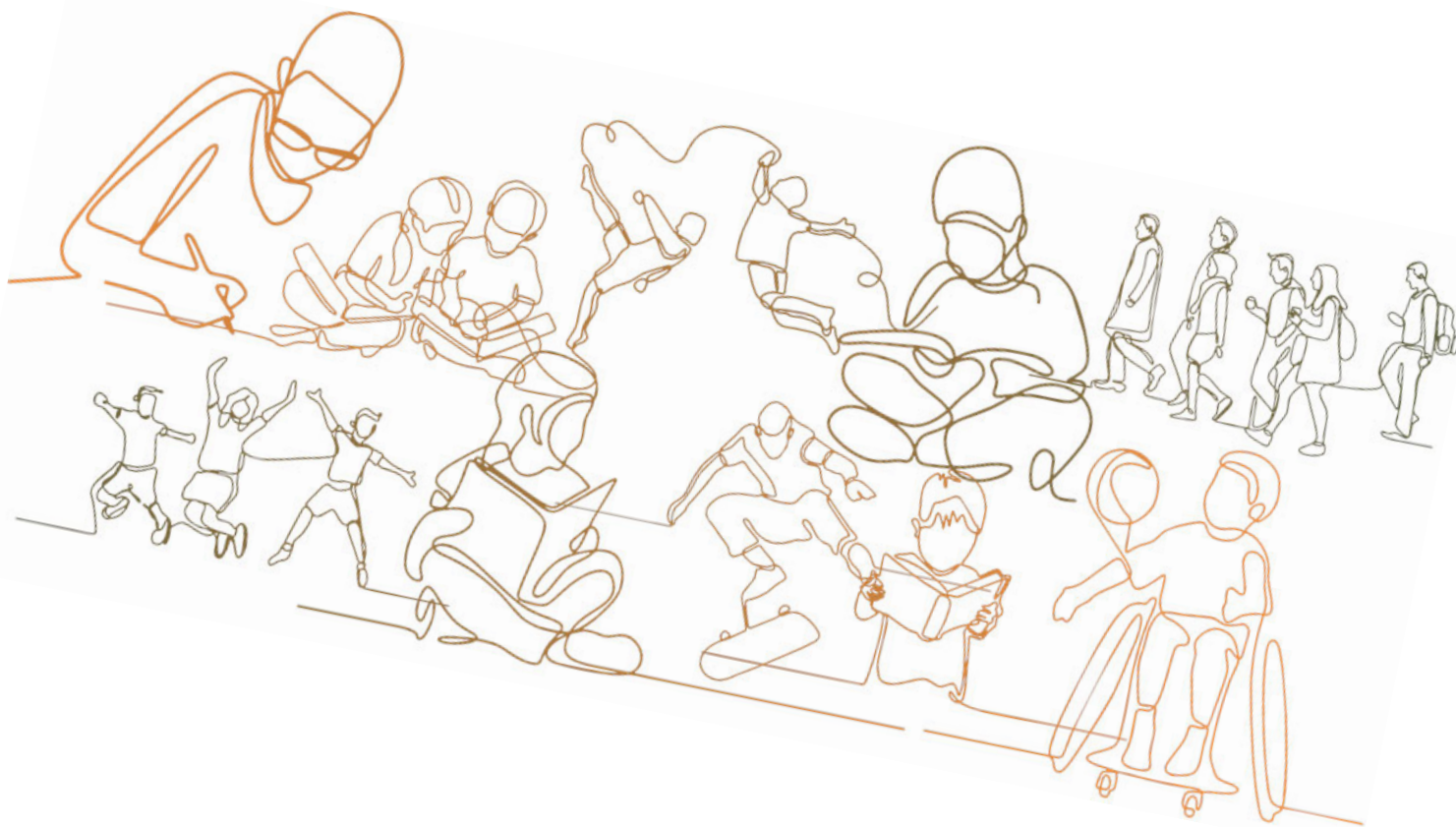
44% das/os **docentes brancos** concordam que **crianças pobres têm mais dificuldades de aprendizagem**, índice que cai para **27%** entre docentes pretos e pardos.

57% das escolas públicas em que as/os docentes dão aula **não possuem profissional ou setor para acolher vítimas** de falas e atos discriminatórios.



36% avaliam que docentes têm muita **liberdade para tratar de transfobia** em sala de aula, e 14% dizem que não há nenhuma liberdade.

79% avaliam que docentes devem utilizar o **nome escolhido pela/o estudante** ao lidar com **transgêneros** em sala de aula.



Etapas Qualitativas





Na **fase qualitativa** - com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto e aprimorar o rol de perguntas para a etapa quantitativa -, a Pesquisa *Percepção de Docentes sobre o Reforço de Estereótipos Discriminatórios na Prática do Ensino Fundamental Público* foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, via telefônica ou videochamada, com duração de aproximadamente 90 minutos, com as(o) seguintes profissionais que atuam em escolas, universidades, órgãos governamentais e organizações não governamentais:



ANA ROSA ABREU - São Paulo/SP

Psicóloga e educadora, com mestrado em Psicologia da Aprendizagem pelo Instituto de Psicologia da USP. É diretora da área de Educação em Direitos Humanos do Instituto Vladimir Herzog e responsável pelos projetos Respeitar é Preciso!, Usina de Valores entre outros



ARLENE RICOLDI - Santo André/SP

Socióloga, doutora em Sociologia pela USP, professora da UFABC. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. Temas de pesquisa: Gênero, Feminismo, Interseccionalidades, Decolonialidades, Trabalho das Mulheres e Divisão Sexual do Trabalho.



DEIVISON FAUSTINO - Santo André/SP

Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP e integrante do Instituto Amma Psique e Negritude. Tem experiência com pesquisa, ensino e extensão em educação para as relações étnico-raciais e diversidade.



ESTELA MARCIA RONDINA SCANDOLA - Campo Grande/MS

Educadora popular, feminista, doutora em Serviço Social, mestre em saúde coletiva. Integrante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e da Rede de Educação Popular. Professora e pesquisadora da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul.



FABIANA KELLY DOS SANTOS BARBOSA - Ribeirão Preto/SP

Atuou como Educadora infantil, na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Professora de História e Geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. Atuação como Educadora do projeto Atitude da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com adolescentes de 12 a 21 anos egressos de medida socioeducativa. Atualmente, atua como assessora parlamentar do coletivo popular Judeti Zilli.



FABIANA MORAES - Recife/PE

Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Jornalista e doutora em Sociologia, tem pesquisas acadêmicas e reportagens voltadas para a questão da hierarquização social com foco na (in)visibilidade de grupos vulneráveis. É vencedora de três prêmios Esso: Os Sertões (2009; O Nascimento de Joicy (2011) e A Vida Mambembe (2007). Recebeu ainda os prêmios Petrobras de Jornalismo (2015) com a série Casa Grande e Senzala; o Embratel (2011) com o especial Quase Brancos, Quase Negros e três prêmios Cristina Tavares (Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco) com Os Sertões, Quase Brancos Quase Negros e A História de Mim (2015).



FLÁVIO SANTIAGO - Jaciara/MT

Professor no Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, Centro de Referência Jaciara.



MARIANA DIAS GONÇALVES SALGADO - São Paulo/SP

Professora de matemática no ensino fundamental e ensino médio da rede particular no estado de São Paulo. Formada em licenciatura em matemática pela Universidade de São Paulo (USP), MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em educação matemática pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).



THIAGO PIZZA SCATENA - Ribeirão Preto/SP

Cientista Social com experiência profissional na área de planejamento urbano e habitação. Cursando mestrado no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos. É Assessor Parlamentar na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.



SOLANGE LOUREIRO POZZUTO - Campinas/SP

Licenciatura Plena em Matemática e Pedagogia; Especialista em Educação Matemática; Especialista em Gestão e Políticas Públicas; leciona desde 1996; Professora na Rede Estadual, Rede Municipal e Faculdade particular; Conselheira Estadual da APEOESP; Coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Campinas; Membro do Conselho Municipal de Educação de Campinas.



STELA GUEDES CAPUTO - Rio de Janeiro/RJ

Doutora em educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa KéKeré/Proped-Uerj. Autora do livro: “Educação nos terreiros e como à escola se relaciona com crianças de Candomblé”.



Metodologia



Onze entrevistas qualitativas em profundidade com profissionais atuando na área da educação. Os perfis contemplados, considerando o atual cargo profissional e principais cargos da carreira indicados na apresentação da/o entrevistada/o e pela/o entrevistada/o, são:

- Formador/a de docentes;
- Docente do ensino infantil;
- Docente do ensino fundamental público e privado;
- Docente do ensino superior;
- Participante de conselhos de educação municipal e/ou estadual;
- Assessor/a público com participação em políticas públicas voltadas para a educação e na elaboração de materiais didáticos.



A listagem de participantes e seus respectivos contatos foram fornecidos pela Associação Mulheres pela Paz.



As entrevistas foram realizadas virtualmente por meio da plataforma Google Meet entre 24/05/2021 e 09/06/2021.



Os principais eixos temáticos abordados nas entrevistas foram:

- Relação de crianças e adolescentes com a escola e com professores e professoras;
- Principais estereótipos discriminatórios presentes no ambiente escolar e como se manifestam atualmente;
- Papel da escola e do corpo docente no enfrentamento ou (re)produção de estereótipos discriminatórios.



Resumo dos Destaques da Fase Qualitativa



De acordo com as/os entrevistadas/os, a (re)produção de estereótipos discriminatórios...

- é uma questão estruturalmente vertical, que incide tanto nos/as estudantes quanto nos/as próprios/as professores/as das instituições de ensino, no mais das vezes, pelo próprio corpo pedagógico;
- ainda se manifesta de formas explícitas, mas é nas suas formas implícitas e mais sutis que tem sido mais discutida. Essas compõem o chamado currículo oculto, isto é, o conjunto de relações sociais que perpassam a escola e fazem parte do que a criança e adolescente estão expostos e absorvem;
- frequentemente se dá mediante uma associação de estereótipos (raça e gênero, religião e raça, etc) e não por meio de um estereótipo singular;
- tem se alimentado de movimentos conservadores que se fazem presente dentro e fora das escolas.



De acordo com as/os entrevistadas/os, a desconstrução de estereótipos discriminatórios...

- tem sido realizada por iniciativas individuais de professores/as, faltando respaldo institucional;
- conta com importante papel das legislações por protegerem possíveis vítimas de discriminação por estereótipos e também professores/as que trabalham na desconstrução deles;
- tem como maior desafio conseguir promover um diálogo maior entre os/as jovens, a escola e a sociedade;
- carece de um alinhamento institucional entre escolas, diretorias regionais, secretarias municipal e estadual e MEC.



Segundo as/os entrevistadas/os, a escola é e deveria ser, por fundamento, um espaço...

- de convivência e socialização, tanto para a criança, para o adolescente e também para os adultos, onde se aprende a trabalhar e entender as diferenças e diversidades de subjetividades advindas de repertórios culturais distintos dos seus próprios;
- em que a criança e o adolescente vão aprender a lidar com regras, frustrações e percepção de relações institucionais;
- em que a criança e o adolescente passam a encarar o mundo de uma forma independente e inicia, assim, sua vida pública;
- de formação política e afetiva, onde é possível desenvolver uma consciência crítica sobre o mundo e uma convivência crítica com o mundo, e onde pode trabalhar seus direitos e reivindicação deles;
- de transmissão de conhecimentos “conteudistas” e de relações de reprodução e superação de desigualdades que são construídas no interior da escola e que perpassam as hierarquias e segregações presentes fora da escola.



No entanto, segundo as/os entrevistadas/os...

- pelo fato de a escola não ser e não estar descolada da sociedade, ela acaba por ter o mesmo potencial de ser transformadora quanto de ser reprodutora das contradições, conflitos, desigualdades e valores em disputa na sociedade;
- atualmente, o potencial transformador da escola tem se manifestado de forma menos potente, restrito às ações individuais de professoras/es e/ou instituições, carecendo de um alinhamento democrático entre professoras/es, escolas e as demais instituições que envolvem o ecossistema educacional (conselhos, diretorias, secretarias) e de envolvimento com comunidades e famílias.



O papel de professoras e professores, segundo as/os entrevistadas/os:

- São referências de autoridade, de comportamento e de ética para estudantes, tanto para o lado positivo como para o negativo;
- Desempenham importante papel na (re)produção e/ou desconstrução de discriminações por estereótipos presentes nas escolas e se tornam referências positivas ou negativas, a depender da postura que adotam diante de seus/suas estudantes;
- Assim, professores e professoras não são uma categoria homogênea. Ela é bastante contraditória, simultaneamente com membros considerados conservadores e progressistas;
- É importante ressaltar que os/as próprios professores/as podem ser alvo de discriminação por estereótipos, seja por seus pares, seja por alunos e alunas, seja pelas famílias de crianças e adolescentes.

No espectro negativo das representações sobre professores e professoras estão:

- A falta de crença no potencial e nas possibilidades de estudantes;
- A possibilidade de evidenciarem falta de representatividade identitária e de valores de alunos/as e, no limite, tornarem-se fonte de repressão, reproduzindo a discriminação por estereótipos;
- A ausência de criação de vínculos afetivos, principalmente com crianças (Fundamental I);
- A falta de profissionalismo na maneira como conduzem aulas, principalmente para adolescentes.





No espectro positivo das representações sobre professores e professoras estão:

- A motivação que podem oferecer aos alunos e alunas, seja em relação aos estudos, sonhos ou possibilidades de carreiras;
- O fato de se mostrarem como indivíduo em formação e se mostrarem vulneráveis podendo partilhar histórias de vida que ressoem com as experiências das crianças e dos adolescentes;
- A referência de adulto fora do âmbito familiar, a quem crianças e adolescentes podem recorrer com confiança para resolver questões pessoais ou familiares;
- O poder de quebrarem ciclos de discriminação baseada em estereótipos;
- Exemplo de representatividade de uma autoridade de conhecimento para alunos e alunas que tenham sido discriminados por sua identidade de gênero e/ou raça.



Para as/os entrevistados, são os seguintes os estereótipos no ambiente escolar:

- Racial;
- Gênero;
- Classe socioeconômica;
- Territorialidade da escola;
- Vestimenta;
- Personalidade;
- Religião;
- Origem;
- Deficiência física e mental.

No entanto, ressaltam que as discriminações sobre raça, gênero e religião têm sido mais frequentemente alvo de questionamentos e discussões.



Para as/os entrevistados, as discriminações por estereótipos se dão das seguintes formas, considerando-se que nem sempre é singular, isto é, apenas racial, apenas de gênero, apenas relacionada com a religião ou a situação socioeconômica do/a estudante [é comum que as discriminações se sobreponham e sejam associadas umas às outras, muitas vezes como forma de “justificativa”, o que agrava a discriminação]:

- discriminação por raça associada a desempenho escolar;
 - discriminação por gênero (sexista) associada a desempenho escolar;
 - discriminação por religião associada à raça;
 - discriminação por raça associada a classe socioeconômica;
 - discriminação por classe socioeconômica associada a desempenho escolar.
- A dinâmica de discriminação por estereótipos ainda é uma das formas pelas quais a instituição escolar, refletida no papel dos/as profissionais responsáveis por ela, se relaciona com crianças e adolescentes, aprisionando-os/as em “caixinhas”.
- A discriminação por estereótipos advém principalmente dos adultos com os quais as crianças e adolescentes têm contato no ambiente escolar (e não tanto dos seus pares também alunos e alunas). Isso inclui educadores e educadoras, mas também supervisores/as de ensino, coordenadores/as pedagógicos e diretores. Na fala dos/as entrevistados/as, a discriminação por estereótipos no ambiente escolar é, portanto, mais verticalizada que horizontalizada.
- A discriminação por estereótipos está presente e é imposta “pela maneira de a escola ser”. É possível identificar a presença dessas discriminações em dois principais âmbitos:
- No currículo prescrito, que orienta e estrutura conteúdos das disciplinas lecionadas;
 - No currículo oculto, que é o conjunto de relações sociais que perpassam a escola e fazem parte do que a criança, o/a adolescente e mesmo os adultos estarão expostos e vão absorver daquele ambiente.
- A partir dessas duas noções é possível identificar situações em que essas discriminações se manifestam.



Situações em que são manifestadas as discriminações por estereótipos, no currículo prescrito:

- Segundo os/as entrevistados/as, livros didáticos não abordam as questões que dão origem às discriminações por estereótipos, como a diversidade racial, religiosa e de gênero. Ao não contemplarem essas diversidades, podem ser frequentes e explícitas ocorrências nos próprios livros didáticos que serão caracterizadas como discriminação;
- Ao não trabalhar a diversidade programaticamente, não se trabalha também a desconstrução da discriminação por estereótipos, por não se construir um espaço de reflexão sobre a diferença e sobre a diversidade. Mais do que isso, são questões que ao não serem trabalhadas, continuam se fazendo presentes no currículo oculto e sendo reproduzidas em sociedade;
- A desumanização do negro à medida em que o negro não se faz presente na ideia de ser humano apresentada pelos conteúdos programáticos. Ainda que se ensine a história da África, esta é abordada a partir de uma visão européia. Isso também ocorre quando a história do Brasil “começa” com a chegada do europeu e quando a matemática “começa com Pitágoras e termina com Descartes”;
- Imagem e visão do negro ainda são positivadas apenas por relações com o corpo. Se a escola é um espaço que privilegia o conhecimento intelectual e não a expressão corporal, à medida em que o negro e a cultura africana e afro-brasileira são lembradas quase que exclusivamente pela música, pela dança e pelo corpo, o negro acaba valorizado pelo que não é central na escola, sendo colocado à margem;
- Dificuldade de transmissão de elementos da cultura e de religiões de matriz africana, à medida em que as práticas como cantos, músicas e danças, são associados à macumba; e à esta é atribuída um aspecto negativo;
- Exercícios que reproduzem as lógica heteronormativa, binária e sexista, ao suporem indiretamente que só são casais aqueles formados por um homem e uma mulher; ao supor que pessoas que não são mulheres são obrigatoriamente homens e vice-versa e ao reproduzir noções sexistas relacionadas às atividades profissionais e domésticas.



Situações em que são manifestadas as discriminações por estereótipos, no currículo oculto:

- Crianças negras são raramente representadas em comunicações institucionais e ilustrações nos muros que fazem parte das escolas;
- Brincadeiras como “polícia e ladrão” em que a divisão de papéis acaba orientada pela raça, sendo o ladrão sempre o negro e o policial sempre o branco;
- Disposição de bonecas brancas em uma sala de brinquedos, em que um terço das crianças que frequentam o ambiente é negra;
- Distribuição de papéis em festas comemorativas marcada pela raça, como por exemplo, a noiva não pode ser negra na Festa Junina; quem vai falar na frente [em festas comemorativas e apresentações] é sempre o/ /a mais bonitinho/a, mais branquinho/a;
- A forma pronominal de se dirigir a uma aluna ou aluno transexual ou homossexual;
- A forma de o corpo pedagógico se dirigir à família de uma aluna ou aluno transexual ou homossexual, vitimizando-a diante de um suposto “problema” que é ter um filho ou filha transexual ou homossexual;
- Distribuição de tarefas em atividades escolares supostamente orientadas de acordo com uma pré-disposição do gênero masculino e do gênero feminino, como, por exemplo, meninos têm força e meninas têm jeito...;
- Discriminação de maneirismos, trejeitos, forma de andar e se vestir;
- Discriminação entre alunos/as associada ao consumo e poder de compra, acesso à viagens, à internet pelo celular e à vestimenta;
- Discriminação com adolescentes advindos/as de medidas socioeducativas;
- Discriminação com o perfil de alunos/as da escola a depender da região de uma cidade em que se encontra; associando regiões de maior vulnerabilidade social à presença de “alunos bandidos”;
- Discriminação com alunos/as de religiões de matriz africana ao vestirem de seus símbolos e signos (fio de contas, boné);



- Escolas em que são realizadas orações no início do dia ou das aulas, e que pode ser conflituoso por não oferecer a oportunidade de outras religiões fazerem algo semelhante;
- Discriminação com a presença de imigrantes e alunos ou alunas indígenas. Indígenas são de certa forma invisibilizados e negados pela escola em espaço urbano, seja pela maneira como a história indígena aparece no currículo, seja por não haver espaço para práticas da cultura indígena na escola.



A mudança, ao longo do tempo, das discriminações por estereótipos:

- É praticamente consensual a percepção de que houve mudanças na maneira como as discriminações por estereótipos se manifestam no ambiente escolar. Se antes eram mais explícitas, hoje é mais velada, mas não menos presente. Por esse motivo, também é consenso de que essas mudanças não sinalizam uma superação dessas práticas, porque essas práticas e discriminações ainda são estruturais;
- Os debates acerca das discriminações por identidade de gênero, raça, religião e outros aspectos se tornaram mais públicos, também adentraram a escola, principalmente levada por alunos e alunas. No entanto, ainda não de forma a promover a desconstrução de discriminações, mesmo diante de legislações mais progressistas, uma vez que junto com o aquecimento do debate público, aquecem-se também as visões conservadoras.



Como desconstruir discriminações por estereótipos no ambiente escolar:

- O esforço para a desconstrução de estereótipos precisa estar focado em “entender a instituição como um todo, sendo produtora dessas violências [e discriminações], o que exige uma série de questionamentos como: há pessoas negras como professores e professoras? Há coordenadores LGBTQIA+? Qual tem sido o posicionamento dos professores e professoras mesmo diante de uma postura institucional não muito positiva?;
- É preciso ressaltar e reconhecer que a reprodução de discriminação por estereótipos não ocorre por maldade dos/as docentes. Muitas vezes é por não “conhecer o caminho”, ainda praticar uma formação de magistério antiga, e não saber como agir diante de certas situações - colocando o professor e a professora como restritos/as à transmissão de conteúdos e reprodutores/as das discriminações. Nesse sentido, cresce a importância da formação continuada do corpo docente;



- A formação continuada do corpo docente, voltada para a construção de uma educação coletiva em direitos humanos para professores/as e para estudantes, com o objetivo de orientar sobre práticas inclusivas que preconizam o respeito mútuo, a compreensão da outra pessoa e de si, a mediação de conflitos e o encaminhamento adequado de crianças e adolescentes que necessitem de amparo e orientação na escola, construindo o currículo oculto que o ambiente escolar oferece;
- Superar desigualdades na formação do corpo docente por haver, nas redes de ensino, desde docentes com pouca formação até docentes com doutorado;
- Atualizar conteúdos das disciplinas que lecionam, uma vez que estar desatualizado/a pode tornar o/a docente inseguro/a diante do fácil e rápido acesso que alunos e alunas têm à informação;
- Atualizar as maneiras de transmitir conteúdos para que, no processo de ensinar, não arrisque reproduzir discriminações sobre alunos e alunas;
- Conseguir envolver as famílias em ações que visem à desconstrução de estereótipos. Por vezes, são um dos elos mais resistentes e, ao se depararem com debates acerca de gênero, raça e religião, podem provocar a transferência de escola de seus filhos e filhas;
- Conseguir envolver o entorno, as comunidades próximas à escola e das quais os alunos e alunas fazem parte, para que o processo de desconstrução de estereótipos e de educação vençam barreiras que estão também fora das escolas;
- Por fim, é de crucial importância que crianças e adolescentes estejam no centro do processo de diálogo entre corpo docente, famílias e entorno. É preciso incentivar colegiados de estudantes que possam participar da construção das discussões, uma vez que são eles que têm, com mais frequência, trazido para o ambiente escolar as pautas de discriminações por estereótipos. Esta é também uma importante perspectiva na desconstrução de uma sociedade e escola “adultocêntrica”.



Desafios para a desconstrução de discriminações por estereótipos, segundo entrevistados/as, estão em três eixos:

- 1) Falta de alinhamento e coordenação institucional de entes que compõem o sistema educacional (escolas, DREs, Secretarias Municipais e/ou Estaduais, Conselhos e Fóruns Municipais e/ou Estaduais e MEC);
- 2) Atuação de professores/as e falta de respaldo institucional ao trabalho e formação de profissionais;
- 3) A pressão exercida por movimentos conservadores.

- A falta de alinhamento institucional entre escolas, DREs, secretarias municipais, estaduais e o próprio MEC faz com que o/a professor/a não tenha respaldo do projeto pedagógico, para ter uma postura desejada no sentido da transformação e desconstrução de estereótipos. E o projeto pedagógico da escola não se sustenta se as DREs, secretarias municipais e/ou estaduais, Conselhos Municipais e/ou Estaduais e MEC não estão alinhados. Qualquer debate instituído por meio de lei, como a criminalização da LGBTQIA+fobia e do racismo, trava se não houver respaldos institucionais;

- Há escolas que não seguem os projetos pedagógicos regionais, construídos conjuntamente com o corpo pedagógico de uma região, nem mesmo as resoluções e debates de Conselhos e Fóruns Municipais de Educação. Isso pode atrasar a incorporação de elementos importantes no combate à discriminação por estereótipos;

- Há falta de respaldo/amparo institucional para professores e professoras empenhadas em trabalhar conteúdos previstos por lei e que auxiliam na desconstrução da discriminação por estereótipos;

- Temas que envolvem as principais formas de discriminação por estereótipos atualmente (gênero, raça e religião) ainda são tabus para parte considerável de docentes, cuja formação era voltada para não tolerar e reprimir alguns comportamentos dos alunos e alunas;

- Há receio, da parte de docentes, de que haja retaliação por parte de pais e da própria direção das escolas, ao abordar os conteúdos de gênero, raça e religião, sendo os conteúdos relacionados à temática LGBTQIA+ os mais temidos;



- Incompatibilidades de agendas de formação continuada existentes, além do volume já alto de atividades. É comum ocorrerem fora do horário de jornada de trabalho de professores e professoras;
- O debate público acerca do tema é bastante complexo, delicado e polarizado. Essas características podem ser reproduzidas no ambiente escolar. Discutir antirracismo e anti-homofobia tornou-se um discurso atribuído à esquerda, não tolerado pelas camadas mais conservadoras da sociedade. Essas questões se intensificaram muito nos últimos cinco anos, mudando também a maneira como as discriminações se manifestam e as reações à luta contra a discriminação;
- Há um aspecto do território que pode ser associado à presença de movimentos conservadores. A depender da cidade em que cada escola está inserida, ela pode se manifestar como mais aberta ou mais conservadora para tratar das causas de discriminação por estereótipos, e as possíveis ações para desconstruí-las. Enquanto alunos/as de cidades mais metropolitanas são mais propensos/as a trazer espontaneamente para o ambiente escolar as pautas identitárias, principalmente relacionadas a gênero e raça, alunos/as de cidades menores, em estados com perfil menos urbano, não apresentam a mesma propensão.



A importância das legislações, segundo entrevistadas/os:

- As leis existentes e o papel das legislações são cruciais, apesar de insuficientes, uma vez que as questões de discriminação não se extinguem com a promulgação de novas leis;
- As leis têm desempenhado o papel de proteger aqueles que a seguem. São exemplos a Lei 10.639, que prevê o ensino de História da África e História Afro-Brasileira, e o Art. 8º da Lei 7.853/89, que criminaliza a negação da matrícula a pessoas com deficiência. Se houver contestação sobre o ensino dessas disciplinas ou sobre a matrícula de alunos com deficiência, há respaldo na lei;
- Por outro lado, há uma certa descrença na efetividade de as legislações gerarem punições às suas violações, uma vez que nem mesmo violações dos Direitos e Garantias Fundamentais são punidos. Como exemplo, há o cerceamento de manifestações religiosas no ambiente escolar e a insegurança e desamparo sentidos por alunos/as homossexuais e transexuais mesmo diante da criminalização da homofobia e da transfobia pelo STF;



- As novas leis são importantes, mas ainda distantes das práticas sociais. É a mudança cultural que gera as transformações desejadas e, por vezes, ela pode ganhar impulso por meio de legislações;
- Assim, as legislações também desempenham um importante papel de estimular o debate no âmbito público, de modo que tem sido frequente que alunos e alunas levem esses debates para as escolas, mesmo quando não incluídos no currículo.



Quando a escola e todo o sistema educacional falham em lidar com discriminações por estereótipos, toda a sociedade perde. Corre-se o risco de:

- A criança e o adolescente que sofrem discriminações se distanciam da escola e até evadirem. Por vezes, é uma situação evitada pela própria família, por vezes é agravada pela postura familiar;
- Vulnerabilizar a saúde mental de crianças e adolescentes, podendo colocar em risco também a integridade física;
- Produzir uma formação incompleta de crianças e adolescentes. Ao não lidar com discriminações por estereótipos no ambiente escolar, precisarão lidar com isso fora da escola, sob o risco de tornarem-se reprodutores dessas discriminações, mesmo que as tenham sofrido;
- Marginalizar crianças e adolescentes tanto aqueles que não conseguirem se expressar e são vítimas das discriminações, quanto aqueles que as continuarão produzindo, por eventualmente sofrerem consequências graves;
- Ver crianças e adolescentes lutarem contra a escola e não com a escola, uma vez que a escola invisibilizou e invalidou o que simbolicamente era importante para eles/elas,





CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS RESULTADOS DA FASE QUALITATIVA



A discriminação por estereótipos discriminatórios é um dos desafios que, presentes na sociedade, se faz presente também no ambiente escolar, uma vez que a escola nunca está descolada da sociedade. E assim como outros desafios, é lugar comum dizer que “a escola não está preparada para enfrentá-los”. É importante ressaltar que perpassa na fala dos/as entrevistados/as que não há como a escola sempre estar preparada, mas há como a escola sempre estar ativa e trabalhando para encontrar caminhos, para ser sempre um ambiente plural e democrático, onde se respeita porque se é respeitado e onde se educa integralmente, não apenas na transmissão de conhecimentos de um leque de disciplinas.



As três principais formas de discriminação por estereótipos levantadas nas entrevistas, por gênero (incluindo LGBTQIA+ e sexismos), por raça e por religião, já encontram respaldo nas legislações para serem trabalhadas no ambiente escolar, mas têm se deparado com retaliações conservadores dentro e fora da escola.



Assim, ficam apontados como principais demandas a necessidade de se trabalhar, concomitantemente, a formação de docentes, seja diretamente relacionada aos temas que suscitam discriminações, seja na atualização de como as disciplinas podem ser lecionadas de forma a contribuir para a desconstrução das discriminações por esterótipos; o estímulo ao diálogo aberto entre estudantes para que eles/elas mesmos/as possam ser agentes da transformação da educação, diante de um tema que tem sido trazido para o ambiente escolar por conta de suas próprias experiências; o alinhamento institucional do sistema educacional e, por fim, a aproximação do diálogo com as famílias e as comunidades.

Etapas Quantitativa





Objetivo

Conhecer a percepção de docentes de escolas públicas sobre as formas de discriminações implícitas ou explícitas no ensino fundamental.



Público-Alvo

Professoras e professores de escolas públicas, do ensino fundamental I e II [1º ao 9º anos], incluindo a diversidade de identidades de gênero, orientação sexual, raça e etnia.



Localidades

Quinze cidades do estado de São Paulo: Andradina, Catanduva, Campinas, Diadema, Francisco Morato, Guarulhos, Marília, Mauá, Pindamonhangaba, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sorocaba e Suzano.





Período de Campo

De 26 de julho a 18 de agosto de 2021



Técnica

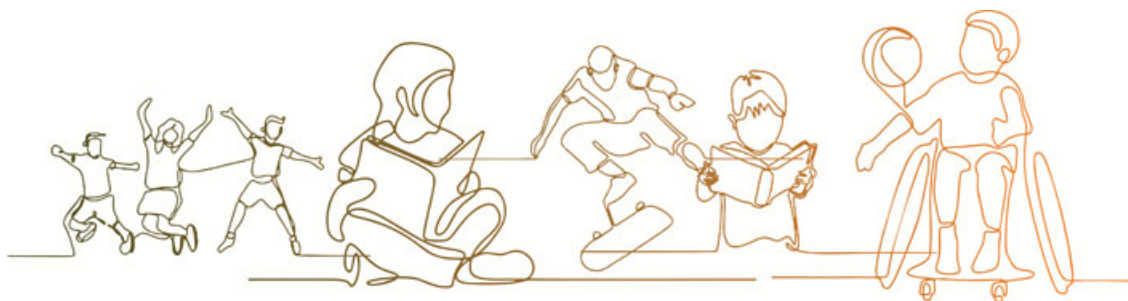
O estudo utilizou metodologia quantitativa, através de entrevistas telefônicas ou por videochamada, a partir de lista de contatos fornecida pelo Associação Mulheres pela Paz, graças à parceria com a APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. O tempo de aplicação do questionário foi de cerca de vinte minutos.

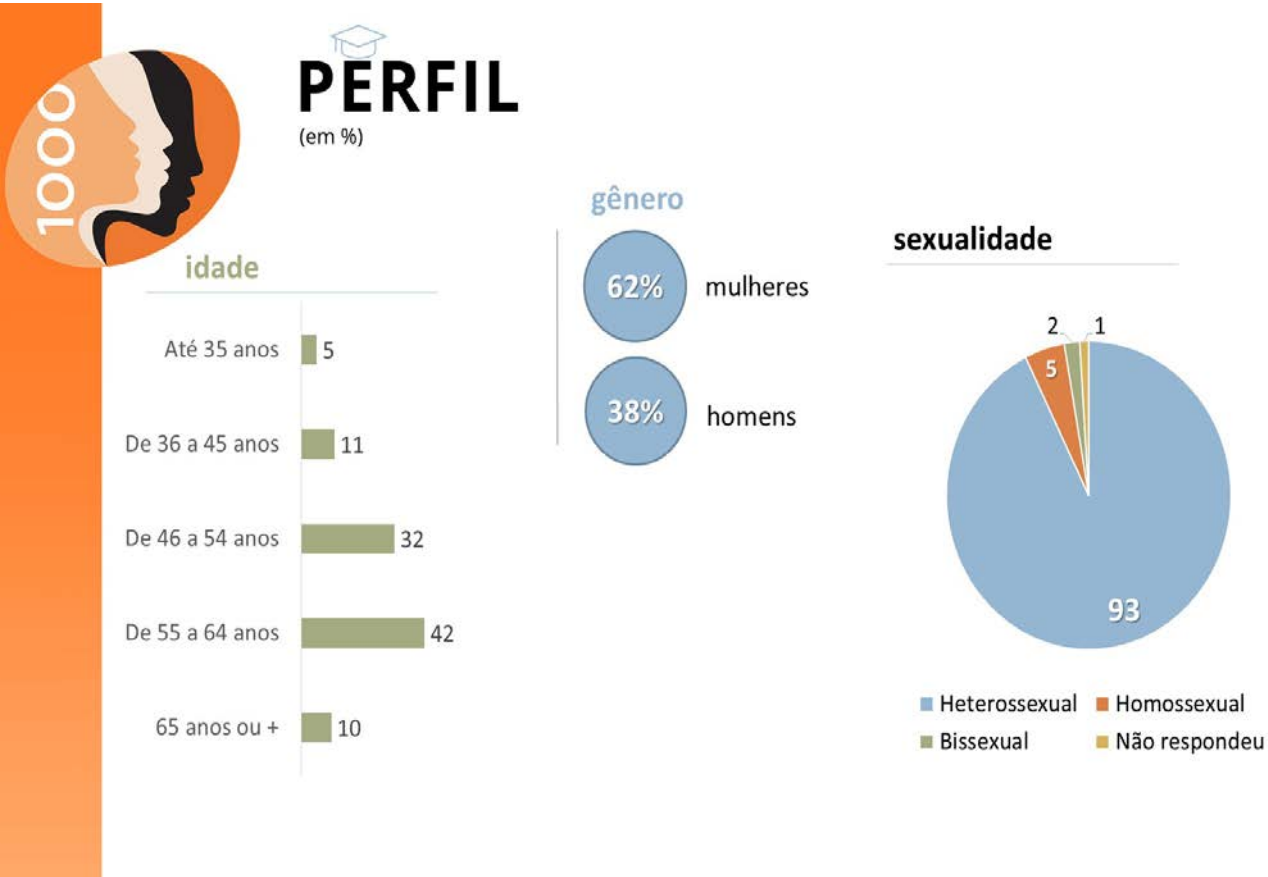


Amostra

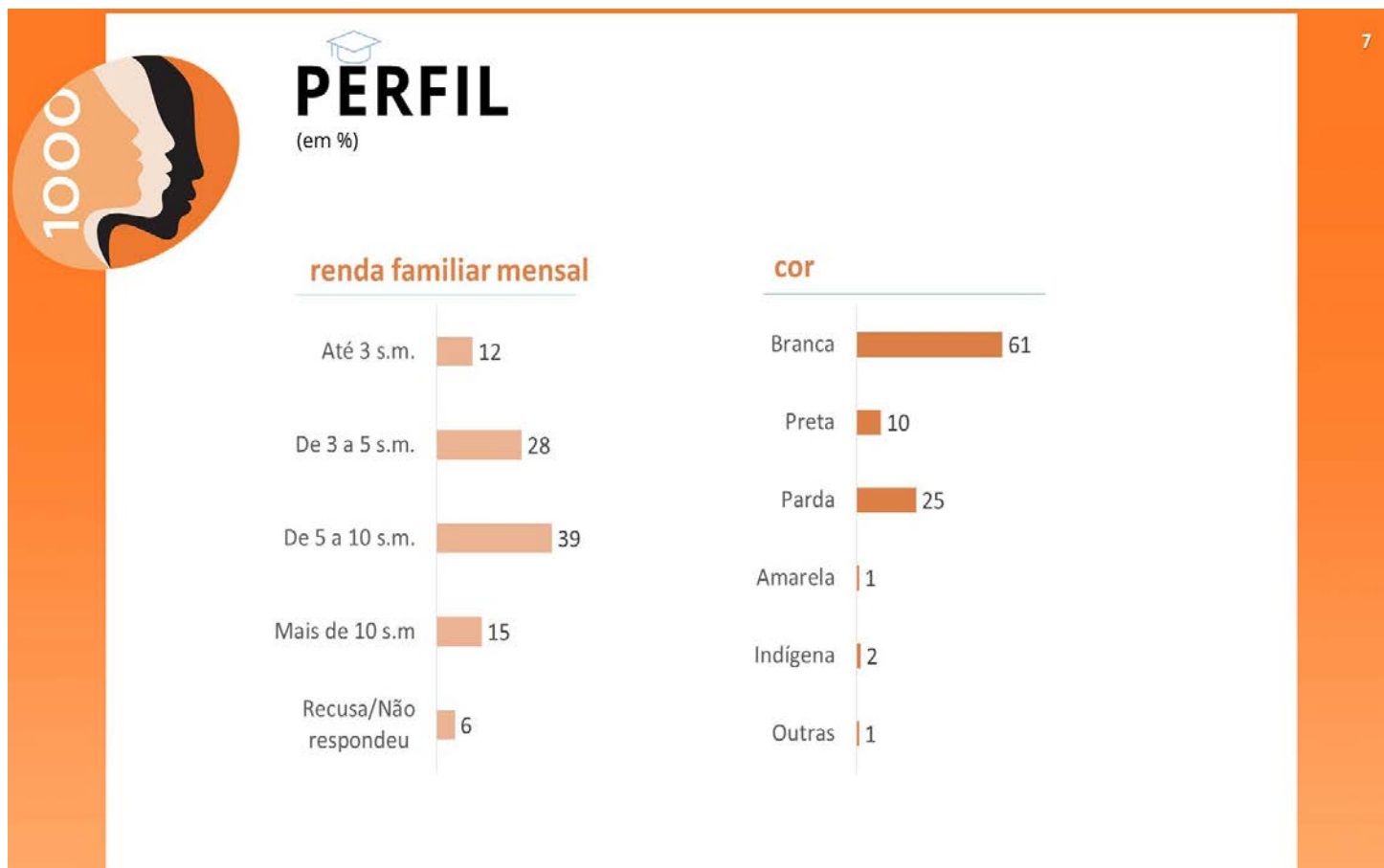
No total, foram realizadas 285 entrevistas com professoras e professores da rede pública paulista, que dão aula em séries do Ensino Fundamental I e II, incluindo a diversidade e pluralidade.

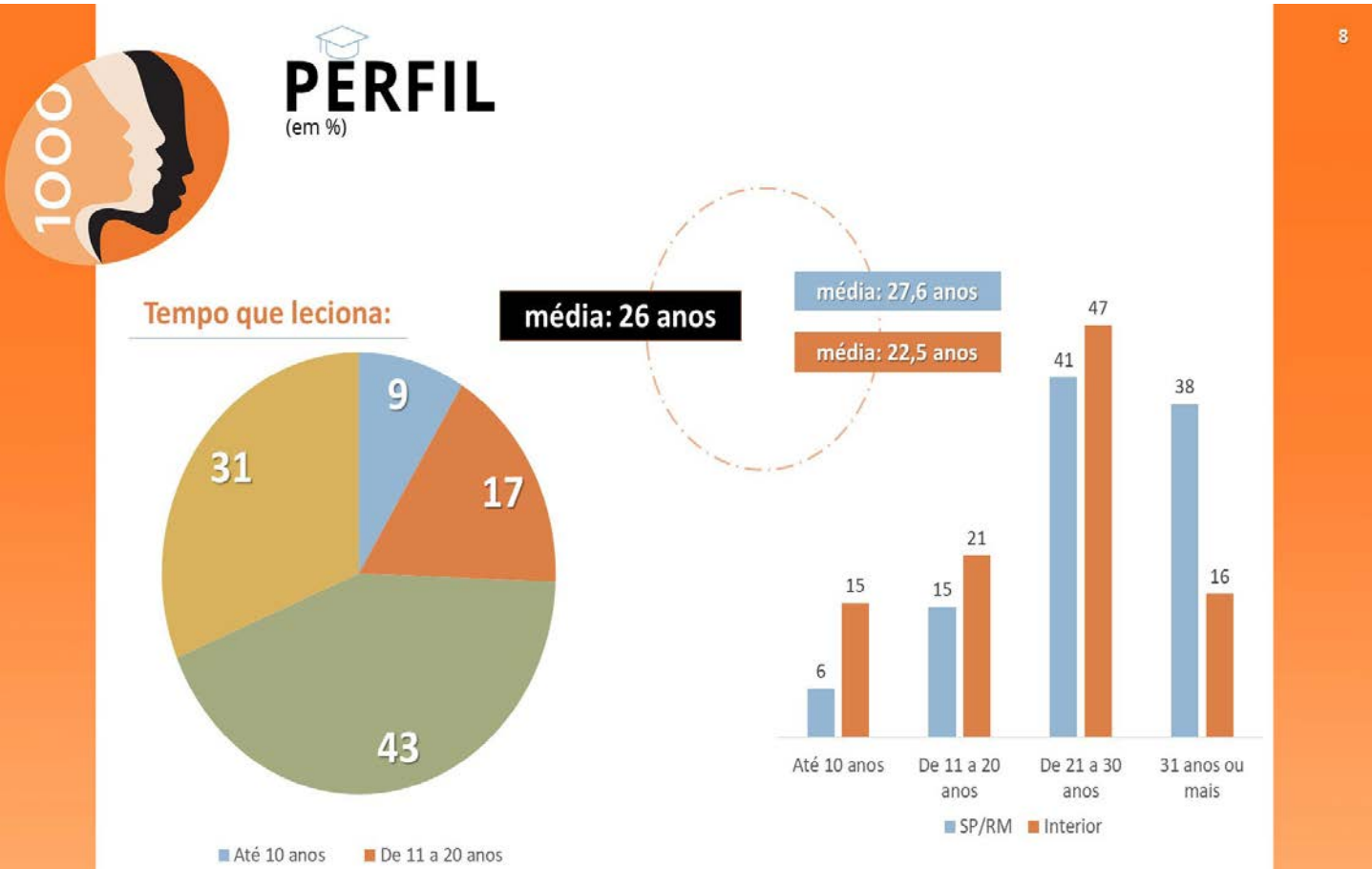
A margem de erro para o total da amostra é de 6 pontos percentuais para mais ou para menos.

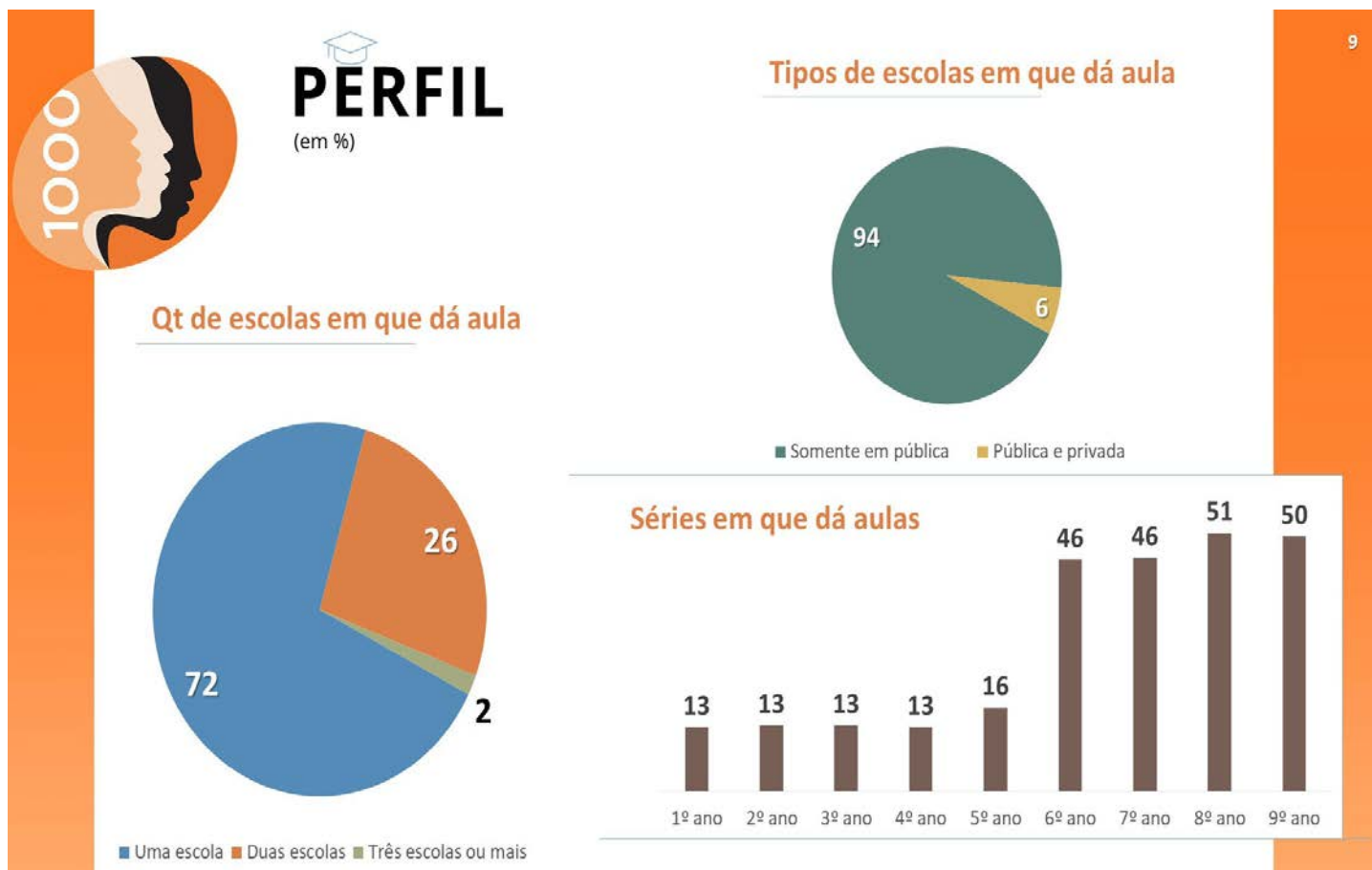




6







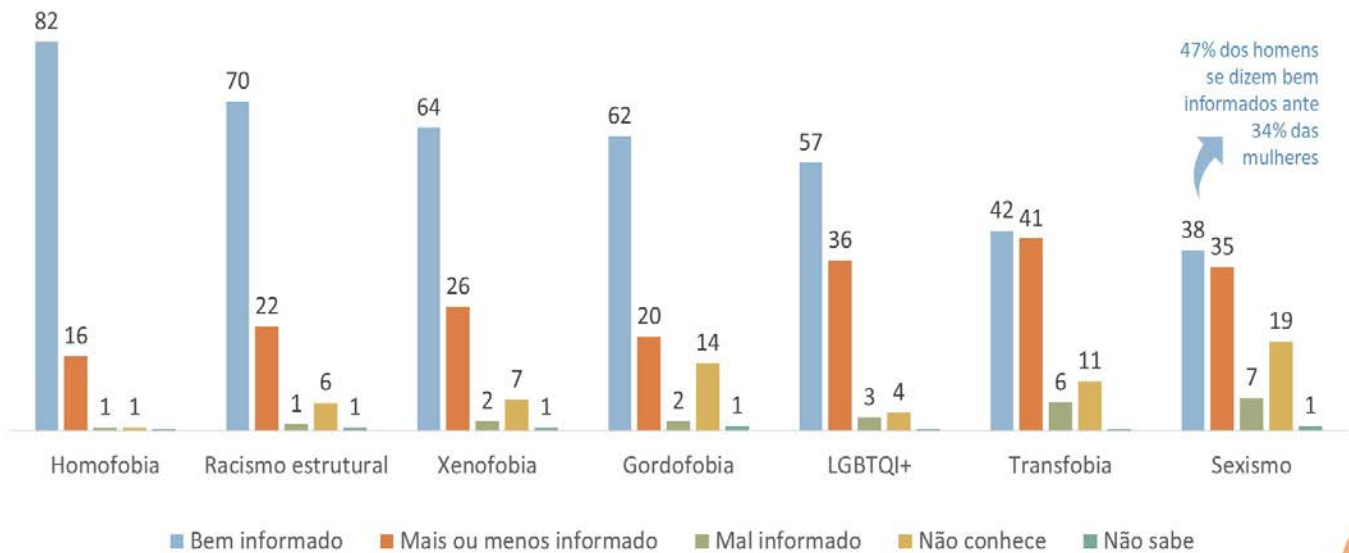


CONHECIMENTO SOBRE ALGUNS TERMOS

11

estimulada e única, em %

Homofobia e racismo são termos mais conhecidos, e sexismo e transfobia, os menos conhecidos



P5. Agora eu vou ler alguns termos e gostaria que você me dissesse se conhece cada um. Você conhece o termo ____? E você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse termo? / Base: total da amostra (285 entrevistas)

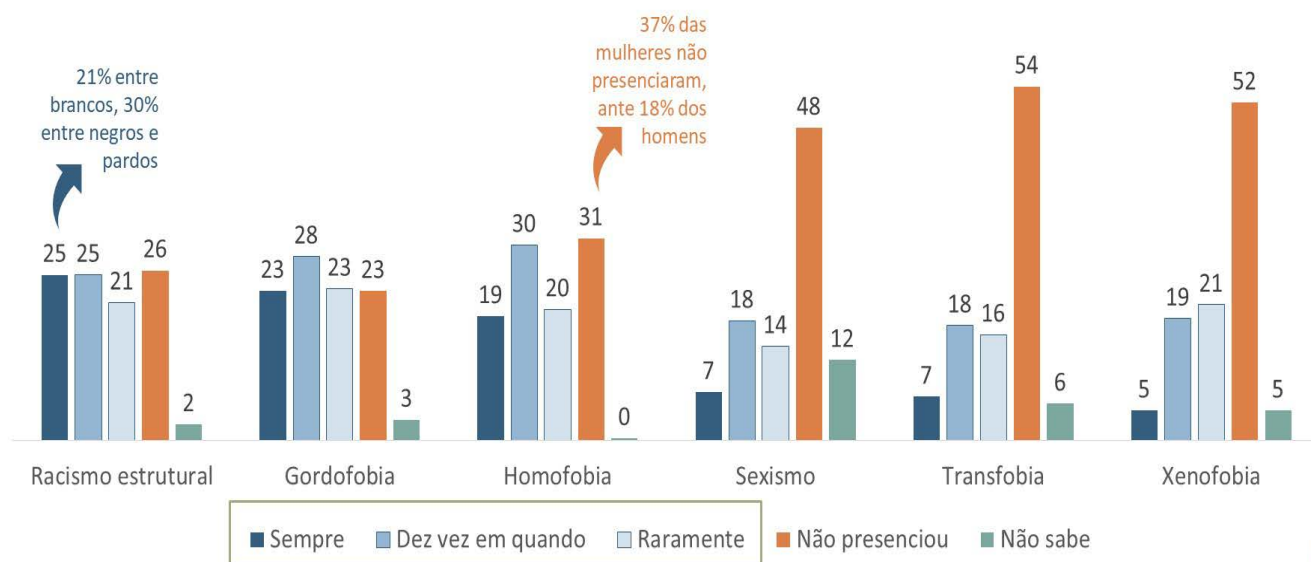




DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS

estimulada e única, em %

Racismo, gordofobia e homofobia são as discriminações mais comuns nas escolas



P6. Considerando as escolas públicas onde você leciona, você já presenciou ____?
Isso acontece sempre, dez vez em quando ou raramente? / Base: total da amostra (285 entrevistas)

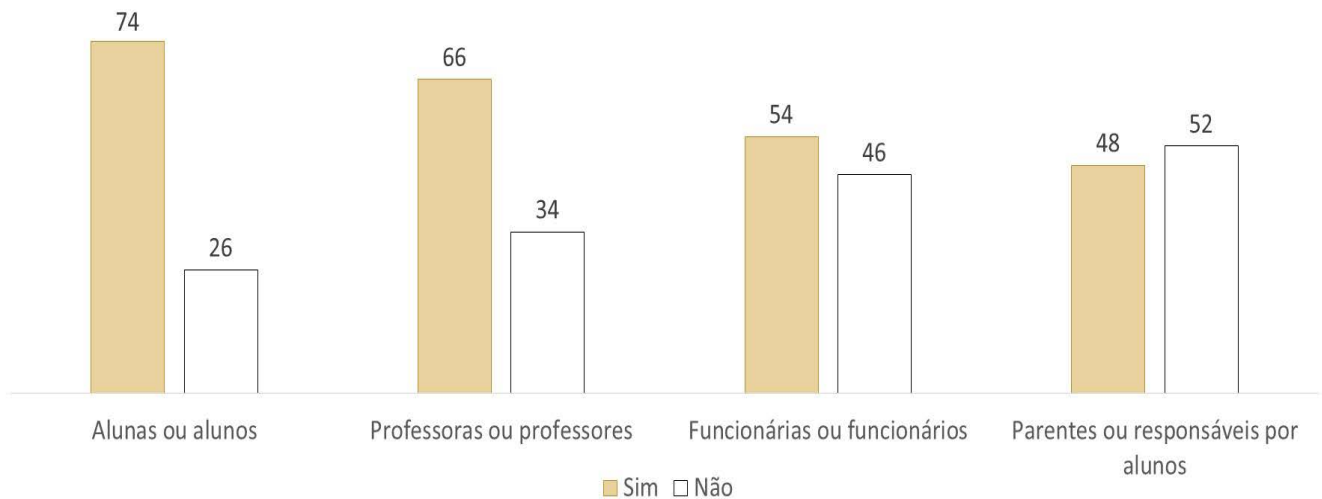




ALVOS DE DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS

estimulada e única, em %

Maioria já presenciou discriminação nas escolas contra estudantes e docentes



P7. Você já presenciou atos ou falas discriminatórias, explícitas ou implícitas, no ambiente escolar, contra ____?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)





É uma questão que a escola começa com esse papel dessa engrenagem só de reprodução da desigualdade, e começa muito pequeno, desde quando a criança de seis anos, negra, a falar que ela é levada e que não é inteligente. Essa criança chega no ensino médio e não aguenta mais isso, então ela vai embora.

[Flávio Santiago]

Acho que dentro do ambiente escolar, se uma criança negra tem um ótimo desempenho - estou falando do ambiente escolar especificamente - provavelmente ela não vai ser discriminada exatamente por causa da cor, porque ela tem esse bom desempenho, e o que se espera dentro do ambiente escolar? Mas se ela não tiver um desempenho bom, se ela for essa criança levada, que bagunça, ou a adolescente que acaba engravidando enquanto ainda está no segundo do ensino médio, essas pessoas são mais discriminadas, porque é isso, elas não querem saber do ensino e a questão não está necessariamente ligada à escola, é uma questão que é anterior, então acho que tem um pouco desse perfil.

[Fabiana Moraes]



Uma menina de 13 me disse – ‘Eu sou discriminada. Na escola não posso entrar com os meus fios de conta, não posso mostrar as minhas marcas da iniciação, porque me chamam de negra e macumbeira’. Aí ela dizia, com 13 anos [em 1996] ‘eu sou discriminada não apenas pela religião, eu sou discriminada porque eu sou negra’ [...] Por exemplo, não existe nenhum problema se uma criança entrar com um crucifixo, bonitinho, penduradinho - que eu também acho bacana entrar, a escola é laica. A laicidade não é a ausência de religião na escola, a laicidade é a proteção de todas as religiões [...] A gente não ouve nenhuma denúncia nos jornais de que uma criança foi barrada na escola porque entrou com um crucifixo. Mas a gente tem dezenas, centenas de crianças, que relatam que não puderam entrar com seu bonezinho branco quando estão de preceito na iniciação do candomblé. Possivelmente, uma criança não possa entrar com seu lenço da religião muçulmana.

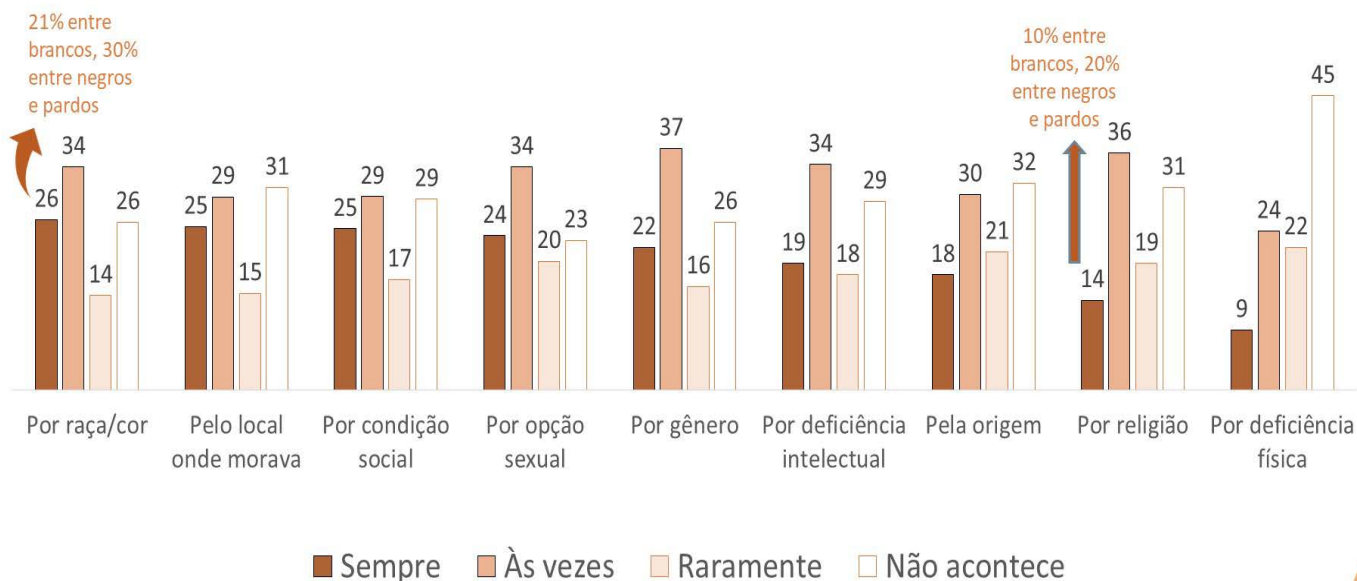
[Stela Guedes Caputo]



ESTERIÓTIPOS DA DISCRIMINAÇÃO

estimuladae única, em %

Um em cada quatro professora ou professora avalia que discriminações por cor, local onde mora, condição social e sexualidade acontecem sempre no ambiente escolar



P10. Pela sua experiência, a discriminação por _____ acontece ou não no ambiente escolar? Acontece sempre, às vezes ou raramente?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)





PREPARO PARA COMBATER DISCRIMINAÇÃO

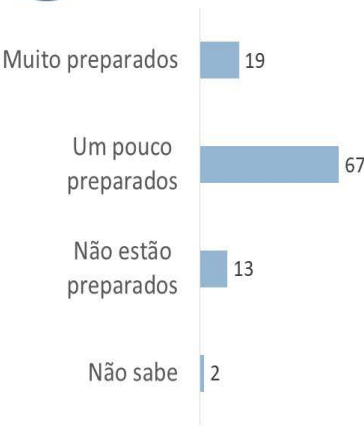
15

estimulada e única, em %

67% das professoras e professores veem seus colegas como um pouco preparados para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos



Professoras e professores



Diretorias das escolas



Demais funcionários das escolas



P13. Considerando que estereótipo é um conceito ou uma imagem preconcebida, padronizada e generalizada estabelecida pelo senso comum, na sua opinião, muito, um pouco ou não estão preparados para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos? / Base: total da amostra (285 entrevistas)





PREPARO PARA COMBATER DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

Quando a avaliação é sobre si, 47% se veem como muito preparados para lidar com práticas de discriminação baseadas em estereótipos



P16. E você, hoje se sente muito, um pouco ou não está preparado/a para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)

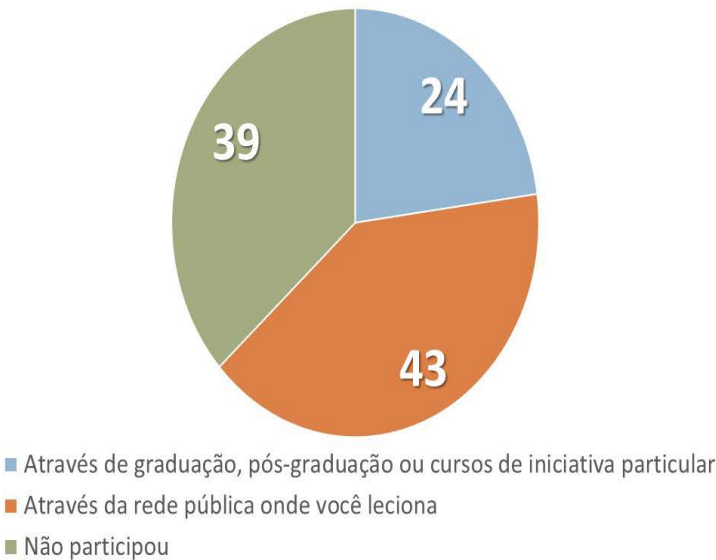


FERRAMENTAS PARA COMBATER DISCRIMINAÇÃO

17

estimulada e única, em %

39% nunca participaram de formação voltada para práticas discriminatórias baseadas em estereótipos



P17. Você já participou de alguma formação voltada a como lidar ao presenciar atos discriminatórios em sala de aula? Essa formação foi ____ /
Base: total da amostra (285 entrevistas)





Quando a gente pensa em estereótipo, costumo dizer que o estereótipo nasce na escola - isso principalmente na minha vivência - antes de a gente conhecer os alunos. Mas como? A gente recebe a ficha de matrícula da instituição e primeira conversa que tem na sala dos professores é: "Você pegou o 4º D? Nossa, que difícil. Tem aquela tal pessoa, tal pessoa que é complicadíssima." E a gente já vai para a sala de aula com aquele estereótipo, com aquela imagem de quem é esse estudante. E esse processo de estereótipo é um processo que se dá num distanciamento dos nossos próprios alunos, eu colocaria assim, porque às vezes a gente não conhece muito bem esses estudantes e já começam a criar essas imagens.

[Flávio Santiago]

E essa formação continuada tem que estar dentro da jornada do professor, não fora como acontece hoje em dia. Por exemplo, se você trabalha numa empresa e você vai participar de uma formação, você vai no seu horário de trabalho. É difícil a empresa que te manda fora do horário de trabalho e, se manda, tem até uma ajuda de custo, alguma coisa. Na nossa categoria não. Se você quiser fazer formação, tem que fazer em um horário fora do seu horário - e muitos professores trabalham manhã, tarde e noite, como é o meu caso - então você tem que tentar encaixar essa formação, você tem que pagar a sua formação, o seu deslocamento, você tem que se virar.

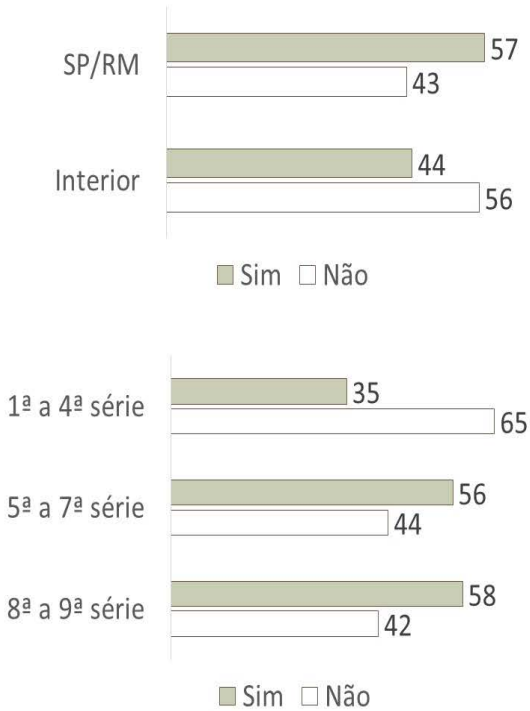
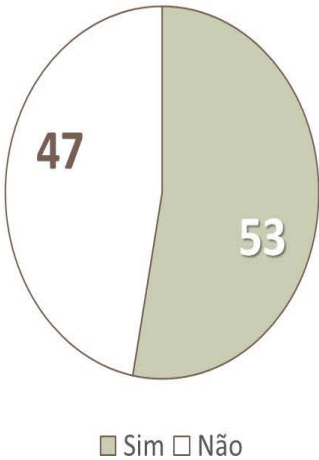
[Solange Loureiro Pozzuto]



EVASÃO DISCENTE POR DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

53% já presenciaram casos de alunas ou alunos que abandonaram escola após serem vítimas de discriminação



P18. Na sua trajetória na escola, você já presenciou casos de alunas ou alunos, que abandonaram a escola por serem vítimas de algum tipo de discriminação, explícita ou implícita? / Base: total da amostra (285 entrevistas)





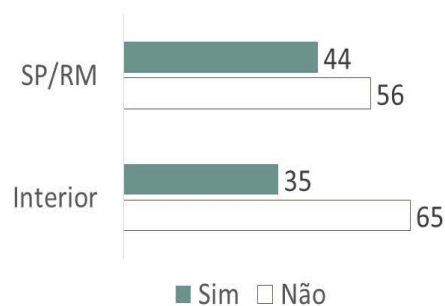
EVASÃO DOCENTE POR DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

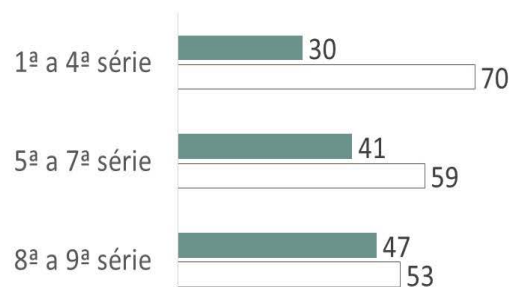
41% também já testemunharam a saída de professoras e professores da escola após discriminação explícita ou implícita



■ Sim □ Não



■ Sim □ Não



■ Sim □ Não

P19. E você já presenciou casos de professoras ou professores que deixaram de dar aula por serem vítimas de algum tipo de discriminação, explícita ou implícita? / Base total da amostra (285 entrevistas)





Mas quando eu penso na transfobia, a evasão tem implicações nas possibilidades concretas de empregabilidade desse estudante que evadiu e no caso da transfobia, tem o agravante que é que muitas vezes o estudante trans também não vai ter apoio na própria família. Então é uma pessoa que não vai ser bem recebida pela escola, que seria a chance de ela ter uma estrutura afetiva, social e cultural, mas também profissional num segundo momento, e também ela não vai ter esse acolhimento da família. Você tem um conjunto de vulnerabilidades que implica para essa pessoa que são intensas e invisíveis.

[Deivison Faustino]

A escola não cria processo de identificação com essa nova geração quando ela não muda, quando ela não se transforma. Não criando processo de identificação, cria descolamento entre esses jovens e essa instituição escola. O que é essa escola para esse jovem? Uma instituição careta que não traz a problematização de determinados temas e fica presa a determinadas coisas que não fazem sentido para eles. E para além disso, acho que o principal problema de tudo isso, é que ao mesmo tempo que ela sufoca uma potência do jovem, ela serve basicamente somente como instrumento de reprodução da desigualdade social e aí que está o problema.

[Flávio Santiago]



Mas tem outra coisa que a gente pode considerar no âmbito de um corpo e de um aparato legal que são os Planos de Educação, que houve um esforço enorme para tirar dos planos a palavra 'gênero', por exemplo. Houve toda uma mobilização conservadora em torno de banir a palavra 'gênero', como se ela fosse nociva. O que não impede ninguém de trabalhar gênero, por exemplo. Só impede que se faça referência, e isso em si já é uma perseguição, tendo em vista que é um conceito e um teórico amplamente aceito na academia. Mas só isso já é um problema, uma coisa que eu diria que afronta as liberdades individuais, que afronta a ciência, que afronta justamente o nosso objetivo de alcançar e supor uma igualdade. Todo nosso aparato legal está baseado em uma igualdade entre homens e mulheres desde 1988.

[Arlene Ricoldi]



VITIMIZAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES

20

espontânea e múltipla, em %

50% dos professores e professoras já foram vítimas de algum tipo de discriminação, sendo que 12% já sofreram com racismo

57% entre brancos, 40% entre pretos e pardos

PRECONCEITO/ DISCRIMINAÇÃO	40
Discriminação racial/ racismo	12
Gordofobia	6
Discriminação por aparência ou condição física	5
Discriminação por classe social	4
Discriminação por idade	4
Xenofobia (por ser nordestina)	3
Intolerância religiosa	3
Por ser mulher/ sexismo	2
Homofobia	2
Outros tipos de discriminação	4
PERSEGUIÇÃO/ASSÉDIO MORAL	5
VIOLÊNCIA VERBAL/BULLYNG	3
AGRESSÃO FÍSICA	
OUTRAS RESPOSTAS	2
NÃO FOI VÍTIMA	50

P21. Você já foi vítima de algum tipo de discriminação explícita ou implícita? Que tipo de discriminação você foi vítima?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)



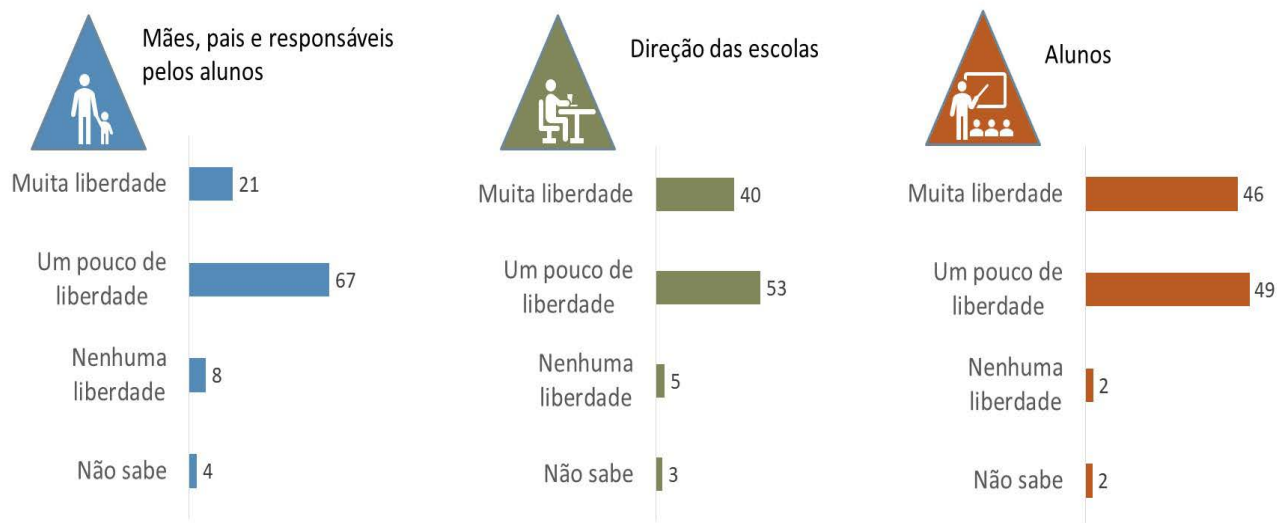


LIBERDADE PARA FALAR SOBRE DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

Minoria (21%) avalia que professoras e professores têm muita liberdade em relação a mães, pais e responsáveis para lidar com casos de discriminação nas escolas

21



P22. Na sua opinião, as professoras e professores têm muita, um pouco ou nenhuma liberdade em relação ____ para lidar com os casos de discriminação baseados em estereótipos? / Base: total da amostra (285 entrevistas)





***Na hora que eu vou trabalhar maculelê
com meus alunos, eu vou trabalhar
maculelê com meus alunos porque lá na lei me
autoriza. Não quero saber se o diretor é de
esquerda, de direita, se é pentecostal...
enfim, a lei me permite e,
de certa forma, me protege.
Eu vou ensinar mesmo.***

[Fabiana Kelly dos Santos Barbosa]

***Nós, do Mato Grosso do Sul, vivemos num estado [...] anti-indígena.
Por exemplo, aqui nós temos uma lei estadual de cotas para
indígenas, para você ter uma ideia [...] A criança indígena é negada
no espaço urbano. Ela é negada. Não é que ela é invisível, ela está lá e todo mundo
sabe que lá tem indígena, mas ela é negada na sua condição de indianidade. Isso é
uma coisa terrível, porque isso faz com que as crianças tenham vergonha de ser
indígena. É muito interessante quando você vai em uma comunidade aqui - e eu vou
muito nessas - ver a não oferta da língua materna, por exemplo [...]. Eu não quero
mais falar a palavra invisível, os índios não são invisíveis, mas eles
são negados na sua condição de ser, que tem uma
identidade e uma cultura que precisam ser valorizadas.***

[Estela Márcia Rondina Scancola]



De uma maneira geral, acho que melhorou, só que quando a gente fala de racismo, é uma questão tão estrutural que às vezes - e isso acontece muito - os professores falam 'não, não sou racista, eu amo aquele meu aluno, que coisa mais bonitinha que é aquele macaquinho, adoro abraçar ele' ou 'eu acredito sim nele, ele pode ser jogador de futebol, pode ser cantor de samba'. Então você vê que, ainda que as pessoas estejam se abrindo para isso, ainda é uma coisa muito interna e muito estrutural e isso não só os professores, é de todos nós, da sociedade como um todo e com os professores não é diferente. Temos gerações e gerações passando pela escola e vivendo dentro da escola o mesmo tipo de preconceito que vive fora, e vou te dizer que às vezes é até mais acirrado.

[Stela Guedes Caputo]

Determinadas escolas - vou pegar, sei lá, uma região metropolitana pode ser São Paulo, Santo André, Osasco, a escola que está na periferia, no bairro tal, é vista como uma escola que só tem bandido. E aí toda a relação - inclusive dos profissionais dentro da secretaria, na hora de atribuir aula, 'putz, pra aquela escola não quero ir de jeito nenhum'. Os melhores professores não vão querer ir para aquela escola que todo mundo está vendo como a pior escola. E geralmente aquelas que são consideradas as piores escolas são aquelas que estão nas regiões mais vulneráveis.

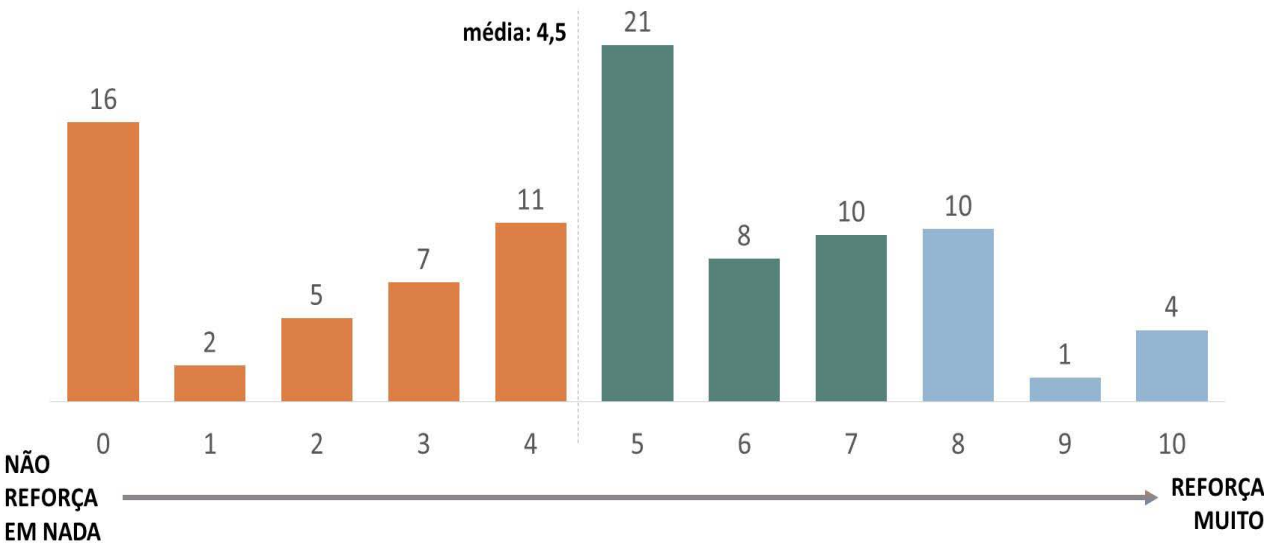
[Deivison Faustino]



LIBERDADE PARA FALAR SOBRE DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

Em uma escala em que 0 significa não reforça em nada e 10 reforça muito, os docentes atribuíram nota média 4,5 ao reforço embutido no material didático às práticas discriminatórias nas escolas



P24. Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa não reforça em nada e 10 significa reforça muito, o quanto você avalia o material didático usado por seus alunos atualmente reforça estereótipos discriminatórios na escola? / Base: total da amostra (285 entrevistas)

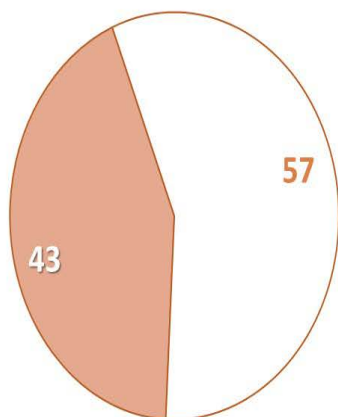




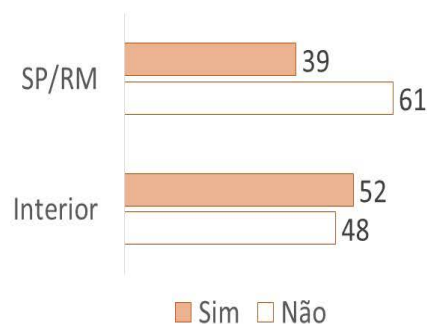
ACOLHIMENTO DE VÍTIMAS DE DISCRIMINAÇÃO

estimulada e única, em %

43% das escolas públicas em que os professores e professoras dão aulas têm algum profissional ou setor para acolher vítimas de atos e falas discriminatórias



■ SIM ■ NÃO



P25. Na principal escola pública em que você dá aula atualmente, há algum profissional ou setor para acolher vítimas de atos e falas discriminatórias?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)





Ainda falando do material didático, o que acontece é que esses assuntos não aparecem no material didático. Eles não vão ter uma discriminação, mas não estão no livro didático em várias disciplinas que deveriam [...] Eles não querem, por exemplo, que a gente questione ou discuta essas questões, principalmente questão de gênero, aqui em Campinas. Então eles tiraram as palavras e mudaram para ficar um pouco diferente. Mas nós trabalhamos, porque se não trabalhar... Se as escolas não trabalham isso, essas questões continuam na sociedade, né?

[Solange Loureiro Pozzuto]

Mas a escola é um espaço nesse dualismo cartesiano, nesse projeto iluminista rousseauiano de escola, o papel da escola é oferecer o conhecimento, não o corpo. É castrar o corpo, inclusive, pra privilegiar o conhecimento. Então o estudante não vai se ver nesse modelo, e isso também vai ter implicações no rendimento do estudante. Então o estereótipo também afeta o rendimento de quem fica. Uma coisa é você ir pra escola empolgado porque lá você é alguém, aquilo que você traz é importante para a produção do conhecimento. Outra coisa é quando aquilo que você traz não pode entrar na porta, 'tira o boné se não você não entra', por exemplo, ou 'essa roupa não pode'.

[Deivison Faustino]



É muito comum: é sempre a mulher que vai na feira, é sempre a mulher que faz o bolo... em exercício até de olimpíada mesmo. Vou te dar um exemplo de uma situação que já apareceu pra mim; peguei um exercício de olimpíada de matemática e o exercício era assim: 'dez pessoas foram à festa, sendo seis mulheres' e deixa subentendido os homens. Hoje eu não posso mais colocar esse tipo de exercício. Isso é muito presente nos exercícios de matemática, essa questão sexista binária. É zero ou um, né?

Se não é homem, então é mulher;

se não é mulher, então é homem.

Isso é muito complicado de a gente colocar pros alunos.

[Mariana Dias Gonçalves Salgado]

A gente, na escola, ultrapassa o currículo fechado de conteúdos e passa a ter esse currículo oculto maior. Quais são os processos de acolhimento que nós desenvolvemos para com a diferença e para com nossos alunos e alunas e alunes, vamos colocar assim? E como isso se dá e se estabelece se nós professores não damos conta de tudo? Eu me coloco nisso enquanto professor. Realmente, nós somos seres humanos, mas devemos ao menos ter o processo de formação de saber respeitar esses impactos, onde devemos encaminhar, que profissional devemos buscar e com quem esse aluno pode conversar, de que modo ele pode conversar. Por exemplo, uma aluna chega vítima de gênero, eu sou professor e ela vem desabafar comigo. Se eu tenho uma formação, posso indicar um caminho. Por exemplo, uma aluna minha transexual está sofrendo risco de vida. Como que eu vou colocar isso? como que eu vou negligenciar essa situação? É uma escolha pela vida, nesse sentido.

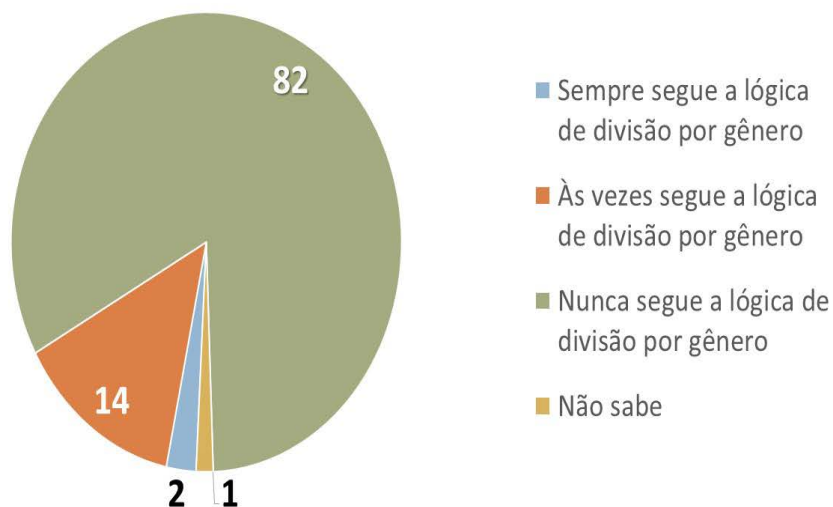
[Flávio Santiago]



LÓGICA DE GÊNERO NAS ATIVIDADES ESCOLARES

estimulada e única, em %

82% dos docentes nunca seguem a lógica de divisão por gênero na formação de grupos em sala de aula, e 14% às vezes seguem essa lógica



P26. Durante atividades em sala de aula, a formação de grupos sempre segue uma lógica de divisão por gênero, ou seja, meninas em grupos de meninas e meninos em grupos de meninos, às vezes segue essa lógica, ou nunca segue essa lógica? / Base: total da amostra (285 entrevistas)

24

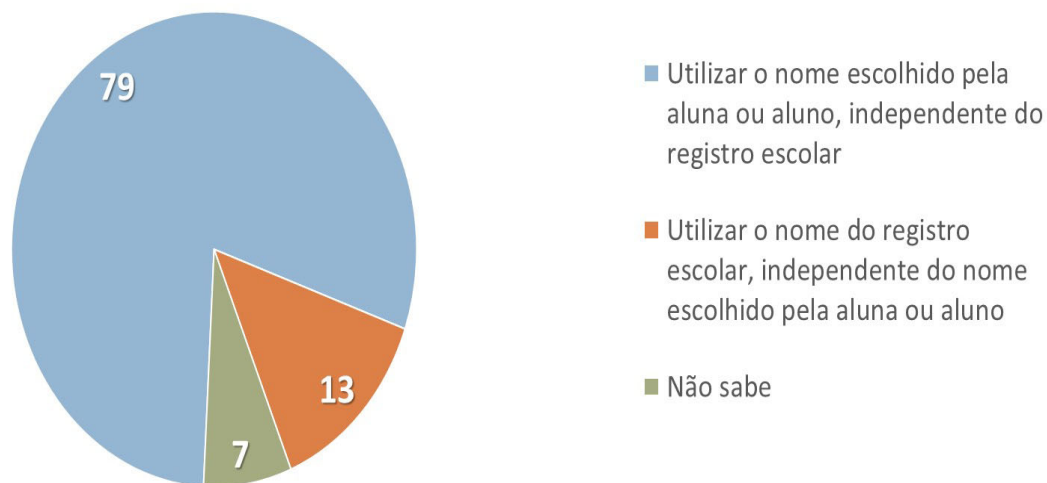




IDENTIDADE TRANS NA SALA DE AULA

estimulada e única, em %

79% afirmam que o professor ou professora deve utilizar o nome escolhido pelo aluno ou aluna ao lidar com um transgêneros em sala de aula



P32. Na sua opinião, ao lidar com um aluno transgênero em sala de aula, o professor deve ___/
Base: total da amostra (285 entrevistas)

25





Vejo hoje alunos que trazem demanda de homossexualidade, de bissexualidade, de mil coisas. Às vezes a gente consegue conversar abertamente com aquele adolescente e com aquela criança, de uma forma leve, que não julga, mas também tenho que te falar que temos professores extremamente conservadores. São dois pesos bem complicados. Ao mesmo tempo que a gente tem um pessoal com uma cabeça super legal, porque tudo que traz, toda e qualquer demanda que chega na escola, independente dela, é ali que tem que ser discutido, trabalhado, desconstruído - e às vezes reconstruído.

[Fabiana Kelly dos Santos Barbosa]

Não basta só esperar do professor determinadas posturas no sentido de transformação do cotidiano escolar se não há um respaldo institucional da gestão, do projeto pedagógico da escola. Só que isso também é verdade quando a gente pensa a própria escola individualmente, porque alguns temas chegam na escola quando a Diretoria Regional de Ensino faz chegar na escola e alguns temas só vão chegar na Diretoria Regional de Ensino se a Secretaria Municipal ou Estadual ou o MEC... então tem uma articulação entre as instâncias até chegar no professor ou no estudante, são várias mediações que precisariam estar coordenadas neste sentido, nesta direção. Quando não há essa coordenação, as coisas ficam muito a mercê de iniciativas individuais. No caso da homofobia propriamente dita, não houve isso. Não houve as tentativas institucionais.

[Fabiana Kelly dos Santos Barbosa]



A lei nunca está a frente da sociedade. A lei sempre tem um timing, um momentum de atraso. A lei é escrita, a sociedade é dinâmica. Quando se põe lei, ela já está atrasada. Então, não tem nem porque a lei cumprir esse papel, porque não existe uma lei atualizada. Mas isso também é interessante, porque não tem como existir uma legislação sempre atualizada, não faz nem sentido exigir isso. A lei tem que ser uma disputa, a lei é uma construção coletiva feita em espaço de poder. Ela tem um tempo diferente, uma construção diferente e uma duração diferente.

E nem é o papel dela também.

A gente está num momento tão horroroso de Brasil que a discussão do politicamente correto ou não, a discussão do que pode e do que não pode, e essa dinâmica de construção de normas sociais... como eu disse, o tempo da lei, o tempo do STF não é o mesmo, mas ele dá uma orientação política e consegue construir consensos e talvez produzir outros dissensos que vão levar a outras discussões. Então, com certeza. Eu não acompanhei isso em escolas, mas tenho certeza de que, se isso rodou na sociedade, a escola participou.

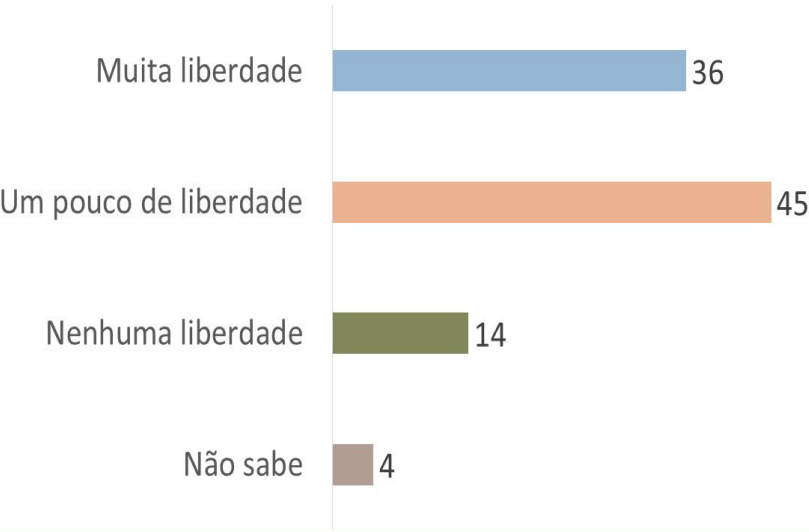
[Thiago Pizzo Scatena]



TRANSFOBIA EM SALA DE AULA

estimulada e única, em %

36% avaliam que professoras e professores têm muita liberdade para tratar de transfobia em sala de aula, e para 14% não há nenhuma liberdade



P23. Na sua opinião, as professoras e professores têm muita, um pouco ou nenhuma liberdade para fazer atividades sobre transfobia em sala de aula?
/ Base: total da amostra (285 entrevistas)

26

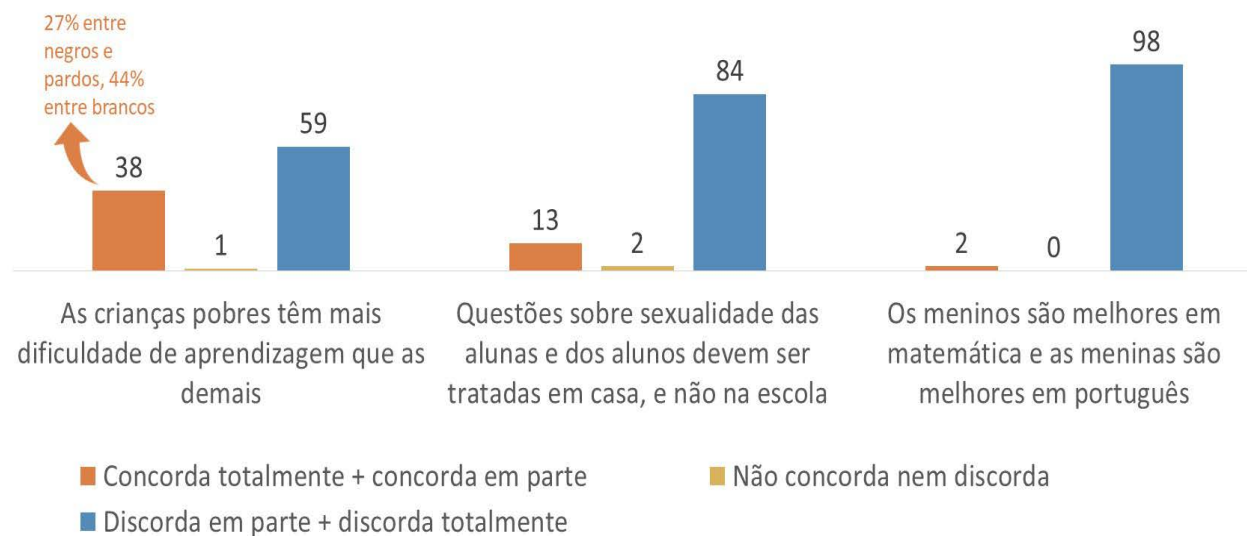
1000



CONCORDÂNCIA SOBRE ALGUNS TEMAS

estimulada e única, em %

Professoras e professores divergem, principalmente, sobre capacidade de crianças pobres apresentarem mais dificuldade na aprendizagem



P33. Agora vou ler algumas frases, e gostaria que me dissesse se concorda ou discorda com cada uma delas. Com relação à frase _____, você concorda ou discorda? Totalmente ou em parte?/ Base: total da amostra (285 entrevistas)





Se uma pessoa em biologia acha que ser homem e ser mulher está baseado nos genes e não se atualizou que isso já está superado, ela vai continuar colocando essas questões. E se o professor de português não aprende que a língua é dinâmica e que não tem que ficar só preso às regras formais, ele nunca vai entender, por exemplo, a importância de certos neologismos que buscam incluir questões de gênero e assim vai. (...)

Precisaria ter uma política de estado - não de governo - permanente, que fosse parte de uma formação inicial do professor não sobre viver gênero e raça, mas sobre discriminações e lidar com conflitos na sala de aula, seja por qual motivo for entre eles - raça, gênero, deficiência. A inclusão dos deficientes na sala de aula é um problema até hoje.

Os professores não têm Libras, não sabem lidar... como que faz para incluir uma criança? De vez em sempre retorna essa discussão se tem que ter educação especial e separada...

[Arlene Ricoldi]

Eu fico imaginando uma comunidade, por exemplo, que seja fortemente evangélica de uma linha mais conservadora, mais tradicionalista. Como que você vai lidar com conteúdos não discriminatórios em relação a gênero? Tem que discutir com essa comunidade, porque certamente, por mais que você tenha lá uma religião que imponha determinados papéis a homens e mulheres, nenhuma religião vai admitir a violência como uma coisa positiva. Então você estabelece os parâmetros até onde essa escola pode chegar, sem que haja uma agressão à própria cultura da pessoa, a própria forma de ver o mundo, a própria religião dela. Isso também deve ser respeitado. Agora se não houver isso, porque independente dessa conversa, vai haver pessoas religiosas que apanham do marido, e a criança pode ser uma válvula de saída disso. Muitas mães, quando os filhos começam a questionar, ou quando os filhos também não apanham, mas vamos dizer que em muitas ocasiões só bata na mulher e nas crianças não. Essa criança, muitas vezes, vai ser a válvula de escape dessa mãe que não vai aceitar isso, e ela pode, em torno disso, buscar soluções para essa situação.

[Arlene Ricoldi]



As crianças conhecerem a legislação, debaterem sobre o assunto, e que isso chegasse até a família também, mas é difícil chegar, porque o debate ainda é pouco na escola. E dependendo do que acontece na escola, a família chega a tirar a criança dessa escola e coloca em outra escola. A gente teria que ter a comunidade mais próxima, mais do que a gente consegue, porque tem escolas que têm medo dessa família na escola, mas tem escolas que tentam levar essa família para a escola... A gente precisava ter mais a família participando da escola, não só na reunião de pais, ou então levar e buscar a criança e saber como está, mas participar das decisões, do projeto político-pedagógico, da comissão própria de avaliação, dos conselhos de escola... e todos esses espaços deveriam discutir essas legislações para saber que além da importância desse tema, isso pode ser um crime também.

[Solange Loureiro Pozzuto]

Tem essa perspectiva da educação em valores que é a educação em direitos humanos - que a gente fala em direitos humanos, 'em' direitos humanos significa que você só aprende se você viver. Você só aprende o respeito se você for respeitado. Você não vai aprender a respeitar se você nunca foi respeitado e se você nunca viu ninguém respeitando. [...] A educação em direitos humanos é feita a partir de vivência, de corações e mentes. É importante pensar sobre, mas é importante a afetação no sentido de 'se afetar' com certas questões, se tocar por certas questões. Então toda a metodologia de trabalho nessa frente tem que tratar disso. Eu acho que é tudo uma coisa lenta, acho que hoje, por conta inclusive de a gente ver a grande mídia falando e a sociedade, de algum jeito, levantando as bandeiras, é que o professor também começa a entrar um pouco quase 'numa onda', como um certo modismo no primeiro momento, sabe? [...] Assim me parece falso e acho natural que esse seja o processo. Se você pegar, por exemplo, quem tem a consciência da branquitude, para se transformar, é processo... É processo você se ver como branca, você olhar e entender o que é a questão da negritude também, quanto que isso aparece. E não é uma questão de culpa, é uma questão de responsabilidade e de compromisso de cada um.

[Ana Rosa Abreu]



Leitura dos resultados da pesquisa

A discriminação é uma realidade no ambiente escolar, estando presente em maior ou menor grau nas várias dimensões de vivência de docentes e estudantes. As vítimas apresentam uma frequência variada. Os mais diferentes estereótipos culminam em atos e falas explícita ou implicitamente preconceituosas, que podem levar até à evasão escolar e abandono da docência. Esse é o quadro mais geral do levantamento realizado junto a docentes do Ensino Fundamental I e II de cidades paulistas, entre elas as quatro mais populosas do Estado – São Paulo, Guarulhos, Campinas e São Bernardo do Campo.

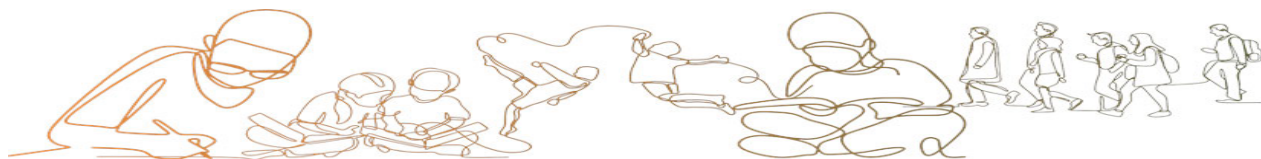
Os achados específicos do trabalho remetem justamente às várias dimensões de atuação de professoras e professores, que em sua maioria já presenciaram atos ou falas discriminatórias contra estudantes e colegas de profissão, notam a presença de homofobia, gordofobia e racismo e outras formas de discriminação baseadas em estereótipos nas escolas onde atuam, consideram a maior parte dos atores escolares um pouco ou nada preparados para lidar com discriminações e também sentem, como parte desse sistema, o que é ser vítima de discriminação – a maioria, por exemplo, já testemunhou colegas deixarem as escolas após serem vítimas de atos ou falas discriminatórias, e 31% dos docentes pretos ou pardos já foram vítimas de racismo.

A análise dos dados da pesquisa revela que as professoras e professores podem também, implicitamente, contribuir para a continuidade dos ciclos de discriminação baseados em estereótipos. Uma parcela significativa, de 38%, por exemplo, concorda que crianças pobres têm mais dificuldade de aprender do que os demais, e 11% concordam que temas ligados a sexualidade de alunos e alunas devem ser tratados em casa, e não na escola.

Atuando diante de complexas questões sociais cuja discussão e compreensão deveriam começar na escola, apenas 21% avaliam que professoras e professores têm, hoje, muita liberdade em relação a pais, mães e responsáveis para lidar com casos de discriminação baseados em estereótipos. Diante dos alunos, 46% veem muita liberdade para tratar de discriminação, e os resultados a seguir têm como objetivo colaborar para a compreensão do porquê esse índice ainda não abrange uma porção majoritariamente ampla.

PERFIL DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES

No universo coberto pela pesquisa junto a professoras e professores de ensino fundamental de cidades paulistas, 68% são mulheres, e 32%, homens. A média de idade é de 53,8 anos, com 52% na faixa de 55 anos ou



mais, e somente 5% com até 35 anos. Uma parcela de 40% deles estudou até a graduação, incluindo 4% que cursaram magistério ou normal superior. Há 48% com pós-graduação lato sensu, incluindo especialização, e os demais possuem mestrado (9%) ou doutorado (3%).

A maioria (68%) vive na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo 42% que vivem na capital paulista. De forma geral, 61% se declararam de cor ou raça branca, 25% são pardos, e 10%, pretos, com 2% de indígenas e 1% de amarelos. Ampla maioria (93%) também se declara heterossexual, e os demais são homossexuais (5%) ou bissexuais (2%).

Na consulta sobre a renda, 12% dos docentes têm renda mensal familiar até 3 salários mínimos, 28%, têm renda familiar mensal de 3 a 5 salários mínimos, 39% contam com renda familiar de 5 a 10 salários mínimos, e 14% têm renda familiar acima de 10 salários.

Entre os professores homens, 46% são brancos, e outros 46%, pretos ou pardos. No segmento de professoras, 68% são brancas, e 30%, pretas ou pardas. Proporcionalmente, há maior presença de homossexuais e bissexuais entre docentes homens (14%) do que entre mulheres (3%), segundo o critério de autodeclaração adotado no levantamento.

A maioria (94%) ministra aulas somente em escolas públicas, e 72% trabalham em somente uma escola. Apenas 9% dão aulas há menos de 10 anos, e no geral os professores e professoras exercem esse trabalho há 26 anos. Um/a em cada três docentes (31%) têm mais de 30 anos de carreira.

ESTEREÓTIPOS DISCRIMINATÓRIOS NA ESCOLA

Homofobia é o termo mais conhecido pelos professores e professoras, com 82% deles bem informados a respeito do tema, e 16% mais ou menos informados. Racismo estrutural vem na sequência, com 70% bem informados sobre o termo, 22% mais ou menos informados e 1% mal informado, além de 6% que desconhecem o que é racismo estrutural. Uma parcela de 64% está bem informada sobre o que é xenofobia, e há 26% de mais ou menos informados, 2% que são mal informados e 7% que o desconhecem. Em patamar similar, 62% se declaram bem informados sobre gordofobia, que se somam aos 20% de mais ou menos informados, 2% de mal informados e 14% que desconhecem o termo. A maioria (57%) também está bem informada sobre a sigla LGBTI+, e 36% se declaram mais ou menos informados, além de 3% mal informados e 4% que desconhecem. Sobre



transfobia, 42% se dizem bem informados, e 41%, mais ou menos informados, com 6% mal informados e 11% que não conhecem esse termo. Sexismo é o menos conhecido entre os termos pesquisados: 38% estão bem informados, 35%, mais ou menos informados, 7%, mal informados, e 19% desconhecem.

Considerando as escolas públicas em que lecionam, 25% dizem presenciar sempre casos de racismo estrutural, e outros 25% presenciam esses casos de vez em quando. Há 21% que declaram que os casos de racismo estrutural são raros, e 26% nunca presenciaram. Em patamar similar, 23% sempre presenciam gordofobia nas escolas em que dão aulas, e 28% presenciam esse tipo de discriminação de vez em quando. Para 23%, esses casos são raros, e outros 23% nunca presenciaram. Casos de **homofobia** são presenciados com muita frequência por 19% dos docentes, e 30% dizem testemunhar esse tipo de discriminação de vez em quando. Para 20%, casos de homofobia nas escolas são raros, e 31% nunca presenciaram. Entre as mulheres, 37% dizem nunca ter presenciado casos homofobia nas escolas em que dão aulas, o dobro do índice registrado entre os homens (18%). No interior, 34% nunca testemunharam casos de homofobia, índice superior ao verificado entre docentes da Região Metropolitana de São Paulo (22%).

Discriminações por sexismos são testemunhadas com muita frequência por 7%, e 18% presenciam de vez em quando esse tipo de atitude nas escolas em que dão

aulas. Uma fatia de 14% vê casos de sexismo raramente, e 48% nunca presenciaram, além de 12% que não souberam responder. Entre os homens, 52% dizem nunca ter presenciado casos de sexismo, índice que fica em 46% entre as mulheres. Uma parcela de 14% das professoras mulheres não soube opinar sobre o tema. No interior, 55% nunca presenciaram sexismo nas escolas em que dão aulas, taxa que fica em 44% na Região Metropolitana de São Paulo.

Há 7% que veem casos de transfobia acontecer com muita frequência, e 18% dizem que isso acontece de vez em quando. Para 16%, a transfobia nas escolas em que dão aulas é rara, e 54% nunca presenciaram. Na parcela de docentes brancos, 59% nunca presenciaram transfobia nas escolas em que dão aulas, índice superior ao registrado entre pretos e pardos (48%). Uma parcela de 5% diz presenciar sempre casos de xenofobia nas escolas, e 19% presenciam de vez em quando. Para 21%, casos de xenofobia são raros, e 52% nunca presenciaram.

Três em cada quatro (74%) docentes já presenciaram atos ou falas discriminatórias, implícitas ou explícitas, contra alunas e alunos, e 66% já presenciaram situações semelhantes contra professoras e professores. Casos de discriminação contra funcionários ou funcionárias foram testemunhados por 54%, e 48% também relatam terem presenciado atos ou falas discriminatórias contra parentes de estudantes ou seus responsáveis. Na parcela de pretos e pardos, 82% já presenciaram atos discriminatórios contra



alunos ou alunas, índice superior ao registrado entre docentes brancos (70%). Na Região Metropolitana de São Paulo, 53% dos professoras ou professores já presenciaram atos discriminatórios contra pais, mães ou responsáveis por estudantes, ante 38% nas cidades pesquisadas do interior paulista.

Pela experiência acumulada como docente, 26% avaliam que a discriminação por raça/cor sempre acontece no ambiente escolar, e 34% avaliam que acontece às vezes. Para 14%, esse tipo de discriminação é raro, e 26% opinam que ele não ocorre no ambiente escolar.

A discriminação baseada no local de moradia é muito frequente nas escolas para 25% das professoras e professores, e 29% apontam que isso acontece às vezes. Para 15%, discriminações pelo local de moradia são raros, e 31% dizem que isso não acontece nas escolas.

No mesmo patamar, 25% avaliam que a discriminação por condição social é muito frequente no ambiente escolar, e 29% dizem que isso acontece às vezes. Uma parcela de 17% diz que discriminações baseadas na condição social ocorrem raramente, e para 29% elas não ocorrem.

Uma parcela de 24% também aponta como muito frequente a discriminação por orientação sexual no ambiente escolar. Para 34%, esse tipo de discriminação ocorre às vezes, e os demais avaliam que os casos de discriminação baseados na sexualidade são raros (20%) ou não acontecem (23%) nas escolas.

Há 22% dos professores e professoras que também apontam como muito frequente a discriminação por gênero nas escolas, e 37% avaliam que isso acontece às vezes. Uma fatia de 16% vê a discriminação por gênero como algo raro no espaço escolar, e 26% acreditam que esse tipo de discriminação seja inexistente.

A discriminação por deficiência intelectual é vista como muito frequente por 19% dos docentes, e os demais apontam que ela ocorra às vezes (34%), raramente (18%) ou nunca aconteça (29%).

No mesmo patamar, 18% avaliam que discriminações por origem aconteçam sempre no ambiente escolar, e 30% apontam que ocorrem às vezes. Há 21% que veem a discriminação por origem acontecer raramente nas escolas, e para 32% não há essa forma de discriminação nas escolas, segundo suas experiências.

No caso de discriminações envolvendo religião, 14% dizem que elas acontecem sempre no espaço da escola, e 36% avaliam que acontecem às vezes. Para 19%, essa forma de discriminação é rara no ambiente escolar, e 31% apontam que ela não ocorre.

Por fim, na questão sobre a presença de discriminação por deficiência física nas escolas, 9% apontaram que ela ocorre sempre, 24% avaliam que acontece às vezes, 22% veem os casos como raros, e 45% dizem que não acontece.

Considerando que estereótipo é um conceito ou uma imagem preconcebida, padronizada e generalizada



estabelecida pelo senso comum, 19% avaliam que professoras e professores em geral estão muito preparados para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos, e 67% veem os docentes como um pouco preparados. Para 13%, os professoras e professores não estão preparados, e 2% não responderam.

Na mesma avaliação, 18% apontaram as diretorias das escolas como muito preparadas para lidar com práticas discriminatórias baseadas em estereótipos. Os demais funcionários e funcionárias das escolas são vistos como muito preparados e preparadas para lidar com esses estereótipos por 14%, e os demais veem um pouco de preparo (59%), nenhum preparo (25%) ou não responderam.

Quando a questão é sobre a própria capacidade de lidar com os estereótipos discriminatórios nas escolas, 47% se veem como muito preparados ou preparadas, 50% dizem ter um pouco de preparo, e apenas 2% dizem não estar preparados ou preparadas para essas situações. Entre os homens, 58% se veem como muito preparados, ante 42% das mulheres. Na parcela que participou de alguma formação, seja por meio de cursos externos, seja por meio da própria rede pública onde leciona, 57% se veem como muito preparados. Entre os que não fizeram nenhum tipo de formação, esse índice cai para 32%.

De forma geral, 43% participaram de formação sobre como lidar ao presenciar atos discriminatórios na rede

pública na qual dão aulas, e 24% tiveram essa formação na graduação, pós-graduação ou cursos de iniciativa particular. Uma parcela de 39%, no entanto, nunca participou de nenhuma formação voltada a lidar com atos discriminatórios no ambiente escolar.

Em suas trajetórias, 53% já presenciaram alunos e alunas abandonarem a escola após serem vítimas de discriminação. Entre docentes do interior, o índice dos que já testemunharam casos de evasão motivados por discriminação é mais baixo (44%) do que entre professoras e professores da Região Metropolitana de São Paulo (57%). Uma parcela de 41% também já presenciou professores e professoras que abandonaram a escola após serem vítimas de discriminação.

Questionados se já sofreram algum tipo de discriminação, implícita ou explícita, 50% declaram espontaneamente já terem sido vítimas, sendo preconceito a mais comum (40%), principalmente preconceito racial (12%). Entre os homens, 59% já foram vítimas de discriminação implícita ou explícita, ante 46% das mulheres. Os homens relatam mais preconceito por cor (17%) e sexualidade (5%) do que as mulheres (10% e 1%, respectivamente). Entre docentes pretos ou pardos, 33% já foram vítimas de racismo.

Cerca de um em cada cinco professoras ou professores (21%) avalia ter muita liberdade em relação a pais, mães ou responsáveis por estudantes para tratar de casos de discriminação baseados em estereótipos, e os/as



demais avaliam ter um pouco de liberdade (67%), nenhuma liberdade (8%) ou não responderam (4%).

Em relação aos próprios estudantes, 46% avaliam que os professores e professoras têm muita liberdade para tratar de discriminação baseada em estereótipos diante deles/as, e 53% têm um pouco de liberdade, com os/as demais avaliando ter pouco liberdade (2%) ou não terem opinião a respeito (2%).

A questão também envolveu a direção das escolas, e neste caso 40% disseram que os professores têm muita liberdade em relação a diretores e diretoras para lidar com discriminação baseada em estereótipos. Uma parcela de 53% avaliam haver um pouco de liberdade diante dessa situação, para 5%, não há liberdade, e 3% não opinaram.

Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa não reforça em nada e 10 significa reforça muito, 41% dos professores atribuíram notas de 0 a 4 ao grau de reforço do material escolar usado pelos alunos e alunos a estereótipos discriminatórios nas escolas, ou seja, essa parcela avalia que o conteúdo do material usado pelos alunos reforça pouco ou não reforça em nada esse tipo de discriminação. Uma parcela similar, de 39%, atribuí notas 5, 6 e 7 ao reforço de estereótipos contidos no material escolar, ou seja, eles veem um grau de reforço médio nas ferramentas didáticas usadas pelas alunas e alunos. Por fim, há 16% de professoras e professores que dão notas 8, 9 ou 10 ao reforço de estereótipo dos materiais didáticos,

ou seja, avaliam que há uma grande presença de reforço nesse conteúdo. A nota média atribuída ao grau de reforço de estereótipos contido no material didático dos estudantes é 4,5.

Tendo como referência a principal escola em que dão aulas, 57% dos professores e professoras apontam que não há, nessas instituições, profissionais ou setores para acolher vítimas de atos e falas discriminatórias. Na Região Metropolitana de São Paulo, o índice de falta de estrutura de apoio é mais elevado (61%) do que nas cidades do interior pesquisadas (48%).

Durante atividades em sala de aula, 82% dos docentes nunca seguem a lógica de divisão por gênero, separando meninos e meninas ao formarem grupos. Uma parcela de 14% dos professores e professoras às vezes segue essa lógica, e 2% sempre formam grupos pensando na divisão por gênero.

Para 79%, ao lidarem com um aluno ou aluna transgênero em sala de aula os docentes devem sempre utilizar o nome escolhido por esse aluno ou aluna, independente do nome de seu registro escolar. Uma parcela de 13% vai na direção contrária e aponta que os professores e professoras devem sempre usar o nome do registro escolar, independente da preferência do estudante, além de 7% que preferiram não opinar sobre o tema.

Uma parcela de 36% dos entrevistados avalia que as professoras e professores têm muita liberdade para



fazer atividades sobre transfobia em sala de aula, e 14% dizem que não há nenhuma liberdade para esse tipo de iniciativa. Há ainda 45% que veem um pouco de liberdade, e 4% não opinaram a respeito.

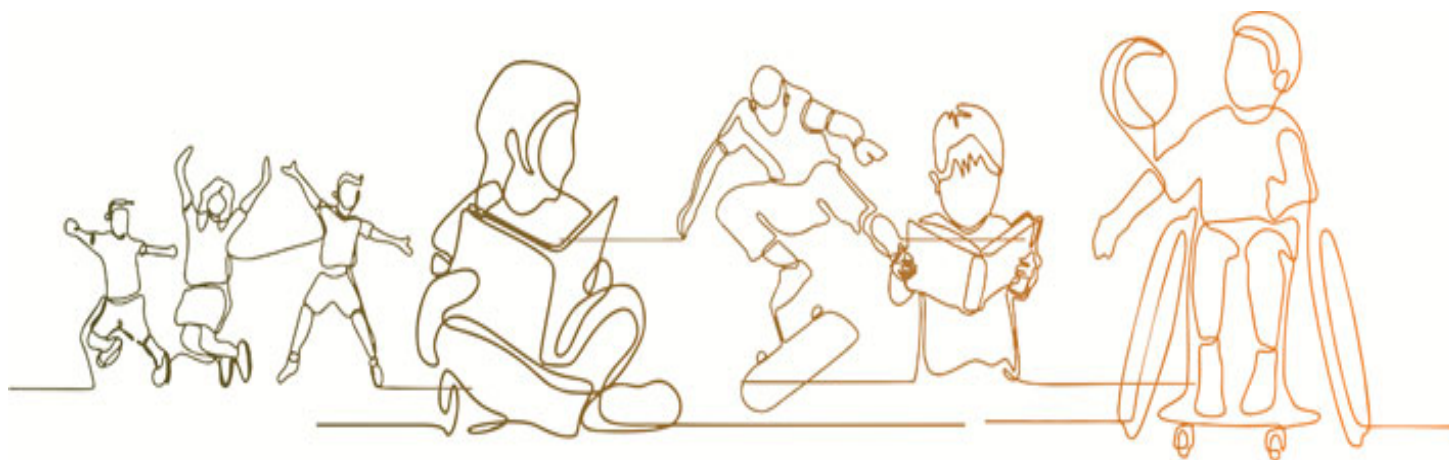
Em algumas questões de concordância e discordância, os docentes avaliaram vieses que podem estar presentes na sala de aula ao lidarem com estudantes.

Ampla maioria (98%) discorda, totalmente (86%) ou em parte (12%), que meninos são melhores em matemática e as meninas são melhores em português, e 2% concordam com essa afirmação.

Também é majoritária (84%) a parcela dos que discordam que questões sobre a sexualidade de alunos e alunos devem ser tratados em casa, e não na escola, sendo que 52% discordam totalmente, e 32%, em

parte. Uma parcela de 13% concorda com essa afirmação (3% totalmente, 10% em parte), e os demais não concordam nem discordam ou preferiram não opinar.

Na questão que mais dividiu opiniões dos professores e professoras, 59% discordaram que as crianças pobres têm mais dificuldades de aprendizagem dos que as demais, sendo que 38% discordaram totalmente, e 22%, em parte. Entre os 38% que concordaram com a afirmação, 14% concordaram totalmente, e 24%, em parte. Na parcela de homens, 43% concordam sobre a dificuldade de aprendizagem de crianças pobres, ante 35% das mulheres. Entre docentes brancos, a taxa de concordância (44%) sobre o tema é bastante superior à registrada entre pretos e pardos (27%).



Legislação e Recomendações





LEIS E AÇÕES PÚBLICAS NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS

por Matilde Leone

O Artigo 3º da Constituição Federal define, entre os objetivos fundamentais, a promoção “**do bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**”. Com base nesse preceito, as leis instituídas pelos órgãos legislativos para combater desigualdades, atos discriminatórios e violências se estendem também ao âmbito das escolas públicas e particulares. Uma pesquisa em sites dos governos federal, estadual e municipal revela que essas leis - criadas ao longo dos anos - derivam dos objetivos da Constituição Federal. A seguir, uma compilação delas:



Decreto Federal nº 7.716

Sancionada e vigorada em janeiro de 1989, a Lei considera crime “**praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**”, com pena de reclusão de um a três anos e multa.



Decreto Federal nº 3.956, de 8/10/2001

Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as **Pessoas Portadoras de Deficiência**. O texto da Convenção ressalta que o termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>



Lei Federal nº 10.639, de 9/1/2003

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a **obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**, e dá outras pro Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.



Lei Estadual 10.948/2001

A Lei 10.948/2001, do estado de São Paulo proíbe toda manifestação atentatória ou discriminatória **por razão de orientação sexual e identidade de gênero**. Ninguém pode ser exposto a vexame, humilhação, constrangimento ou ser impedido/a de acessar locais públicos ou privados por conta de suas identidades. Já o Decreto 55.588/10 define o **direito ao uso do nome social** e o respeito à identidade de gênero de travestis e transexuais. A Deliberação 125, de 2014, do Conselho Estadual da Educação, e a Resolução da Secretaria da Educação 45, de 2014, regulamentam esses **direitos no âmbito do sistema de ensino**.



Resolução Estadual de 18/8/2014

Com base na Lei 10.948, de 5 de novembro de 2001 e no Decreto 55.588, de 17-03-2010, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo, a resolução determina – entre outros artigos do documento - o uso do **nome social** (adotado pela pessoa e conhecido pela comunidade); a inserção no Sistema de Cadastro de Alunos e orientação aos professores e demais servidores para que a resolução seja cumprida.



Decreto 59.749, de 9/9/2020

Da cidade de São Paulo, institui a Política Municipal de **Prevenção e Combate ao Racismo Institucional**: toda ação ou omissão arbitrária, pautada no pertencimento étnico-racial da vítima, adotada por agentes públicos no exercício de suas atribuições no local de trabalho, compreendendo as dependências dos órgãos públicos, bem como em qualquer outro espaço que tenha conexão com o exercício da atividade funcional; II - por meios eletrônicos, independentemente do local de envio e recebimento da mensagem.



Resolução Nº 15 - novembro/2019
Conselho Municipal de Ribeirão Preto

CONSIDERANDO a Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que alteraram a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui as **Diretrizes Curriculares Municipais da Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, bem como das demais etnias que compõem a população ribeirão-pretana**. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de Ribeirão Preto, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as suas etapas e modalidades da Educação.

Resolução CNE/CP n.º 01/2004, de 17 de junho

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre **História e Cultura Afro-Brasileira**. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.





Propostas da VIII Conferência Estadual de Mulheres APEOESP

Por ocasião da VIII Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, realizada virtualmente em 26 e 27 de março de 2021, destacam-se as seguintes propostas:

Plenária III - Regimento

1. Creche: Creche e Recreação para crianças até 12 anos em todas as atividades da Apeoesp com ampla e prévia divulgação para estimular as mulheres mães a participarem mais da vida política do Sindicato.

Plenária IV - Violência de Gênero e as Mulheres

1. Manter em todos os **currículos a questão de gênero**.
2. Repudiar os **movimentos racistas e homofóbicos** no governo.
3. Repudiar as **ações truculentas da polícia** dentro das escolas.
4. Subsidiar a categoria com **informações** sobre **aborto, reforma da previdência, expulsão e genocídio de indígenas**.
5. Denunciar o **suicídio de adolescentes** após **estupros** e

quando são impedidas de **interromper a gestação**.

6. Que o sindicato promova **campanha de apito** para combater a **violência contra as mulheres**.
7. Que a Apeoesp reserve espaço nas fichas de inscrição de **eventos** para que conste também o **nome social do/a participante**.
8. Encaminhar ao Congresso proposta de **criação da Secretaria de Assuntos Raciais**.
9. O sindicato deve ter uma **política de saúde** para as professoras, através de comissões regionais.
10. Campanha contra o **assédio** no ambiente de trabalho.
11. Criação de uma **página no Facebook** sobre a Secretaria de Mulheres e um **grupo de whatsapp** para discussão desse tema.



Plenária V - Currículo como instrumento na construção da sociedade igualitária

1. Que as **propostas discutidas nas conferências sejam pauta do Congresso da Apeoesp**, previstas no regimento e estatuto, garantindo assim a periodicidade e as dispensas de ponto.
2. Constar no **estatuto as datas das Conferências de Mulheres**, para não sofrerem adiamentos.
3. Divulgar **material da conferência** para que possamos partilhar com nossos colegas da subsede e unidades escolares.
4. Que a Apeoesp discuta sobre a necessidade de solicitar junto à Secretaria de Educação, que aceite como **justificativa a declaração de comparecimento e**

participação de pais em reuniões para acompanhar o desempenho escolar de filho menor.

5. Que a Secretaria da Mulher promova e dê subsídios para que as subsedes tenham um **calendário permanente de atividades formativas** voltadas especificamente para pautas prioritárias das mulheres.
6. Elaboração de **material** explicando como o **machismo e a violência de gênero** se manifestam nas escolas.
7. Discutir e encaminhar para S.E.E. pedido de **dispensa de ponto** para participação das mulheres nos **conselhos municipais**.
8. Que todos os **temas** que tratam de **diversidade** sejam colocados no **currículo escolar como obrigatórios** e não como temas transversais.



Definições Pertinentes





Este glossário é uma compilação de termos e expressões já publicadas, muitas delas revisadas e ampliadas, cujo desconhecimento acaba por fomentar a invisibilidade das violações dos direitos humanos e por elevar os estereótipos, preconceitos e discriminações. Também foram incluídas, ao final, definições detalhadas de termos considerados importantes para esta publicação.

Assexual: Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero.

Bissexual: Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.

Cisgênero: Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Crossdresser: Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.

Direitos Humanos: São direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todas as pessoas merecem estes direitos, sem discriminação. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos. Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre a barbárie da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Expressões de Gênero: Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.

Gênero: Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Indépende do sexo.



Heterossexual: Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica.

Homem Transexual: Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam *transhomens* ou *Female-to-Male* (FtM).

Homossexual: Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual ou àquele com o qual se identifica.

Identidade de Gênero: Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Intersexual: Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variação dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem se mobilizado cada vez mais, em nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

LGBT: Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente, algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/*queer*. No Chile, é comum se utilizar TLGB; em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas *queer* e intersexuais. Nos Estados Unidos, se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuados).

Mulher Transexual: Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam *transmulheres* ou *Male-to-Female* (MtF).



Nome Social: Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero.

Orgulho: Antônimo de vergonha. Conceito desenvolvido pelo movimento social LGBT para propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada.

Orientação Sexual: Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero.

Papel de Gênero: Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico.

Processo Transsexualizador: Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização).

Queer (ou Andrógino ou Transgênero): Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

Sexo: Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.

Transfobia: Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis.

Transformista (ou Drag Queen/ Drag King): Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Transgênero: Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.



Transexual: Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como *mulher* transexual ou como *homem* transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.

Travesti: Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento.

Vieses Inconscientes: São “as **preferências que ficam escondidas** no inconsciente e que influenciam as atitudes, as percepções, os julgamentos e as ações das pessoas sem que elas percebam que estão dando vantagem para um determinado aspecto”. Para se avançar no árduo processo de desconstrução cotidiana das discriminações entre as pessoas – principalmente as sexistas, racistas e LGBTfóbicas, já que são os fatores que vão influenciar sobremaneira as assimetrias de poder e oportunidades no transcorrer da vida, impedindo o avanço da luta pela conquista de uma sociedade pacífica, justa e equitativa –, faz-se necessário **identificar as barreiras invisíveis que influenciam o dia a dia nas principais rede de relações**, como a escola, a família, a igreja, as mídias, levando em conta principalmente os vieses inconscientes que são as barreiras invisíveis dos preconceitos. Além das desigualdades de poder e oportunidades entre as pessoas, tais assimetrias são responsáveis por estatísticas assustadoras de violência contra mulheres e meninas [agressões, estupros, assassinatos, feminicídios], incluindo os recortes de raça e identidades de gênero nessas vítimas. De maneira geral, pode-se dizer que **preconceito** é a **teoria da desigualdade** e a **discriminação** é a sua **prática**. **Preconceito** é qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico. É um sentimento hostil assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio. É **intolerância**: contra pobres, mulheres, negros, homossexuais, travestis, transgêneros, indígenas, portadores(as) de deficiências, migrantes... **Discriminação** é a conduta injusta e infundada de **transgredir os direitos de uma pessoa**, com base em raciocínio sem conhecimento adequado sobre a questão. A discriminação é fundamentada pelo preconceito. Já a necessidade que o ser humano tem de atribuir sentido às coisas é que leva a uma produção de **estereótipos**, cuja característica básica é a **simplificação** para se ter um sentido, isto é, as pessoas necessitam de certa familiaridade, por isso, acabam por adquirir certo automatismo num primeiro momento. Como se vê, os estereótipos funcionam como uma orientação em nossas vidas, mas devem ser provisórios, pois seu domínio na mente humana pode impedir a abertura para o conhecimento da outra pessoa. Uma pessoa que se droga, um homossexual, um negro, uma mulher, um judeu, uma pessoa do chamado Terceiro Mundo, certamente, são seres humanos que vão muito além do estigma que os persegue.



ALGUMAS DEFINIÇÕES DETALHADAS



FALANDO SOBRE GÊNERO

Não se nasce mulher, torna-se mulher. A famosa frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir contém a definição de **gênero**. Significa que é uma construção social, reforçada pela cultura e que vem sendo mantida historicamente por milênios. Não tem nada a ver com o sexo das pessoas. **Sexo** é a classificação **anatômica** das pessoas como masculinas, femininas ou intersexo, geralmente atribuída ao nascimento. **Intersexo** descreve pessoas que naturalmente desenvolvem características sexuais que não se encaixam nas noções típicas de sexo feminino ou sexo masculino, não se desenvolvem completamente como nenhuma delas ou desenvolvem uma combinação de ambas.

A construção social das relações de gênero vem se dando de maneira desigual, colocando a **mulher em condição de inferioridade ao homem**, em termos de poder e oportunidades, com sérias consequências para toda a sociedade, sendo a principal delas a violência de gênero.

A expressão **violência de gênero** remete àquela violência dirigida contra uma pessoa **por causa de seu gênero**. Mulheres e homens são vítimas de violência de gênero, mas **mulheres e meninas** são a maioria

esmagadora das **vítimas**; os **homens**, dos **autores**. A **perspectiva mundial** sobre a violência contra mulheres e meninas é bastante desoladora: **uma em cada três** sofrerá violência **física ou sexual** durante sua vida. A **maneira equivocada** com que se aprende a expressão da feminilidade e da masculinidade **precisa ser desconstruída em todos os espaços**: dentro de casa, na rua, nas escolas, nas igrejas, nas leis, nas instituições públicas e privadas, na literatura (na escrita e nas imagens), nos meios de comunicação de massa, nas mídias sociais...

Para o **processo de desconstrução**, é preciso conscientização de nossos **preconceitos e nossas discriminações**, principalmente dos **vieses inconscientes**, que são “as **preferências** que ficam escondidas no **inconsciente** e que influenciam as atitudes, as percepções, os julgamentos e as ações das pessoas sem que elas percebam que estão dando vantagem para um determinado aspecto” [ONU Mulheres]. **Preconceito** é qualquer **opinião ou sentimento concebido sem exame crítico**. É um sentimento hostil assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio. **É intolerância: contra pobres,**



mulheres, negros, homossexuais, travestis, transgêneros, indígenas, portadores(as) de deficiências, migrantes... Discriminação é a conduta injusta e infundada de transgredir os direitos de uma pessoa, com base em raciocínio sem conhecimento adequado sobre a questão. Pode-se dizer que o **preconceito é a teoria** da desigualdade e o **discriminação é a sua prática**.

As **desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual e identidades de gênero** são os principais **fatores** que vão determinar o **grau de poder e oportunidades** das pessoas na sociedade. Como são **construções sociais**, já que não se nasce com essas diferenças, **podem ser mudadas**, para se conseguir uma sociedade mais harmoniosa, justa e igualitária.

Um olhar de **respeito à diversidade e pluralidade** significa **ficar de antena ligada** para perceber se nossas **atitudes** e a dos outros estão **reforçando o preconceito** entre as pessoas que são diferentes pelo sexo, pela classe social, pela raça, pela etnia, pela orientação sexual, pela identidade de gênero, pela idade, pela religião, pela nacionalidade... Perceber as **atitudes dentro de casa**; com os(as) filhos(as); com o marido; com os parentes; com os(as) amigos(as); com o(a) namorado(a); na escola; ao ler um livro, revista ou jornal; ao assistir TV ou um filme...;

no relacionamento de **trabalho**, com colegas e chefes... A partir dessa percepção, já se tem meio caminho andado para **desconstruir o que aprendemos**, o que vai levar à transformação dessa prática no dia a dia, para a conquista de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os estudos de gênero surgem no final dos **anos 1960**, com a crise das Ciências Sociais, no campo de estudos multidisciplinar, inicialmente com o propósito de **agrupar a produção** teórica e metodológica dos grupos feministas. Visava fortalecer as bandeiras de luta que focavam o **empoderamento da mulher** como meio de combater as sociedades patriarcais. [sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades].

Depois, se tornaram um fundamental campo de investigação sobre o **exercício heteronormativo**, para denunciar o **controle e disciplina social** que exclui e marginaliza mulheres e pessoas com outras identidades de gênero e orientação sexual. [Heteronormativo é o termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas].





FALANDO SOBRE IDENTIDADES DE GÊNERO

A **identidade de gênero** é a experiência interna e individual de gênero de cada pessoa. É a **sensação de uma pessoa ser mulher, homem, ambos, nenhum** ou em qualquer lugar ao longo do espectro de gênero. A identidade de gênero de uma pessoa pode ser igual ou diferente de seu sexo atribuído ao nascimento. A **identidade de gênero** de uma pessoa é fundamentalmente **diferente** e não está relacionada à sua **orientação sexual**, que está interligada aos relacionamentos afetivos-sexuais.

Expressão de gênero é como uma pessoa expressa ou apresenta publicamente seu gênero. Isso pode incluir **comportamento e aparência externa**, como vestido, cabelo, maquiagem, linguagem corporal e voz. O **nome e o pronome** escolhidos por uma pessoa também são formas comuns de expressar gênero. Outros percebem o gênero de uma pessoa por meio desses atributos. Lembrando que **sexo** é a classificação **anatômica** das pessoas como masculinas, femininas ou intersexo, geralmente atribuída ao nascimento.

A **identidade trans ou transgênero** é um termo abrangente que se refere a pessoas com **diversas identidades e expressões de gênero**, que diferem das normas estereotipadas de gênero. Inclui, mas não está limitado a pessoas que se identificam como transgênero,

mulher trans (de homem para mulher), **homem trans** (de mulher para homem), **transexual**, **travesti** ou **não conformidade de gênero**, **variante de gênero** ou **gênero queer**. [Gênero-**queer** ou **genderqueer** é uma **identidade de gênero não-binária**, ou seja, que não se identifica como do gênero masculino ou feminino, independentemente do gênero ou sexo atribuído ao nascer.

Crossdresser é a pessoa que frequentemente **se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero**, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente, **são homens heterossexuais, casados**, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.

Pessoas que **não estão em conformidade com o gênero** não seguem estereótipos de gênero com base no sexo ao qual foram atribuídos no nascimento, e podem, ou não, ser identificadas como trans.

Identidade de gênero “vívda” é o gênero que uma pessoa sente internamente (“identidade de gênero” ao longo do espectro de gênero) e **expressa** publicamente (“expressão de gênero”) em sua vida diária, incluindo no trabalho, ao fazer compras ou acessar outros serviços, em seu ambiente residencial ou na comunidade mais ampla.



Em resumo, identidade de gênero é a forma como você, na sua cabeça, pensa sobre você, e como você interpreta isso.

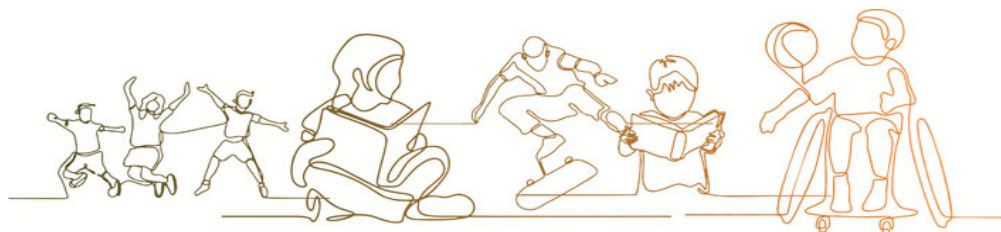
Cisgênero é o conceito guarda-chuva que abrange as pessoas que se identificam com o **gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento [heterossexual]**.

NEON CUNHA, mulher, negra, ameríndia e transgênero, questiona a branquitude tóxica e cisgênero. Ela é uma das vozes mais reconhecidas na despatologização das identidades trans no Brasil e a primeira mulher trans a denunciar a violência na OEA (Organização dos Estados Americanos). Quando ela percebeu que poderia se assumir como uma integridade física, ela abriu um processo no Brasil, em 2016, pedindo mudança de nome e de gênero nos documentos, e **morte assistida**, caso tivesse que ser diagnosticada com **disforia de gênero**, que é a condição descrita pela medicina como desconforto com o gênero que é atribuído ao nascer.

Ela entendia que o país tinha que zelar pela sua integridade física, pois está na Constituição, na carta de princípios de Direitos Humanos. Por outro lado, não havia um estudo científico digno sobre as diversidades de gênero

na área da psiquiatria. Ela conta que se percebeu trans muito cedo, explicando que as pessoas se percebem no gênero cientificamente aos dois anos e meio, no máximo aos quatro anos. A questão é viver essa condição. Neon considera que desde a primeira infância é uma obrigatoriedade da sociedade como um todo zelar por esse direito, oferecendo uma educação de qualidade. Ela avalia que no jogo perverso do patriarcado e do capitalismo, quando se substitui o ensino público pelo privado, a lógica vai ficando cada vez mais perversa.

O reconhecimento do Brasil como o país que mais assassina e violenta pessoas que fogem das normas impostas pela cisgeneridade e heteronormatividade, somado à interseccionalidade da raça, classe e gênero, constituem uma junção de fatores que ampliam graus de exclusão e desumanização de muitas vidas. Independente da condição social em que uma pessoa trans e negra se encontra o tratamento geralmente é o mesmo: variando de microagressões, racismo e cissexismo absoluto, desconfiança e intriga, além da segregação moderna (ou aceitação, mas à distância).





FALANDO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL

A **orientação sexual** está interligada aos relacionamentos afetivos-sexuais. É a **atração afetivo-sexual** por alguém, Diz respeito à sexualidade. É diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero. Há **diferentes orientações sexuais**:

Heterossexual ou heteroafetivo é aquela pessoa que se atrai afetivo-sexualmente **por pessoas de gênero diferente** daquele com o qual se identifica.

Homossexual ou homoafetivo é a pessoa que se atrai afetivo-sexualmente **por pessoas de gênero igual** ou àquele com o qual se identifica.

Bissexual ou biafetivo é a pessoa que se atrai afetivo-sexualmente **por pessoas de qualquer gênero**.

Pansexual é a pessoa que se atrai por outras pessoas, **independente de sexo**.

Assexual é a pessoa que **não sente atração sexual** por pessoas de qualquer gênero.

A exclusão da **homossexualidade** como **doença mental** foi revista pela Organização Mundial de Saúde (**OMS**) apenas em no dia 17 de maio de **1990** e ratificada em 1992. Foi um passo importante mas que ainda não representou a cidadania plena para essa minoria. De acordo com dados publicados no ano passado pela organização Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA), em **70 países** a homossexualidade

ainda é **criminalizada**, com casos de prisão e até de pena de morte. E a **transexualidade** só deixou de ser classificada como doença pela OMS em junho de **2018**.

Acabou a era da internação forçada ou dos tratamentos compulsórios, apesar de ainda existirem iniciativas voltadas para a “**cura gay**”. Os principais defensores contemporâneos desse tipo de terapia tendem a ser grupos **cristãos conservadores** e outras organizações religiosas. Existem pessoas que passam por terapias de reorientação sexual e tendem a ter visões religiosas fortemente conservadoras que as levam a procurar uma forma de mudar a sua orientação sexual.

A **terapia de reorientação sexual** (chamada ainda **terapia de conversão** ou **terapia reparativa**) compreende um conjunto de métodos que visam **eliminar a orientação sexual homossexual** de um indivíduo. Essas terapias podem incluir técnicas comportamentais, cognitivo-comportamentais e psicanalíticas, além de abordagens médicas, religiosas e espirituais. Estes tipos de procedimentos têm sido fonte de intensa controvérsia nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países. O consenso científico é de que **tais terapias não são efetivas e podem causar danos físicos e psicológicos**.

Mas, também podemos citar **avanços**, como por exemplo, o **casamento entre pessoas do mesmo sexo** que



passou a ser reconhecido em muitos países – no **Brasil**, houve a equiparação da **união estável** homoafetiva em **2011**. O **casamento civil** foi aprovado em **2013** e o direito à **adoção** por casais do mesmo sexo em **2015**.

De acordo com declaração da Associação Americana de Psiquiatria (AAP), da Associação Americana de Psicologia e da Associação Nacional dos Trabalhadores Sociais, “atualmente, **não há consenso científico** sobre os fatores específicos que levam um indivíduo a tornar-se heterossexual, homossexual ou bissexual, incluindo possíveis efeitos biológicos, psicológicos ou sociais da orientação sexual dos pais. No entanto, as evidências disponíveis indicam que a **grande maioria das lésbicas e adultos homossexuais foram criados por pais heterossexuais, e que a grande maioria das crianças criadas por pais gays e lésbicas crescem como heterossexuais.**”

De acordo com o Royal College of Psychiatrists, “apesar de quase um século de especulação psicanalítica e psicológica, não há nenhuma evidência substantiva para apoiar a sugestão de que a natureza da criação dos filhos ou que as primeiras experiências da infância desempenham qualquer papel na formação da orientação fundamental de uma pessoa heterossexual ou homossexual. Parece que a orientação sexual é de natureza biológica, determinada por uma complexa interação de fatores genéticos e do ambiente uterino precoce. **A orientação sexual não é, portanto, uma escolha.**

Que sejamos felizes, porque qualquer maneira de amor vale a pena!



FALANDO SOBRE LGBTQI+

Em primeiro lugar, é importante saber que o significado dessa sopinha de letras se divide em **duas partes**: a **primeira** parte, **LGB**, diz respeito à **orientação sexual** da pessoa, ou seja, suas preferências sexuais. A **segunda**, **TQI+**, diz respeito à **identidade gênero**, isto é, como a pessoa se reconhece. O principal objetivo da sigla é **unir as pessoas** que fazem parte da comunidade para que se sintam reconhecidas e representadas.

A **primeira sigla** a se tornar conhecida foi a **GLS**, que significa **gays, lésbicas e simpatizantes**. Foi criada em **1994**, mas logo caiu em desuso, porque “simpatizantes” poderia designar qualquer pessoa, inclusive quem fosse hétero e apoiasse a causa. E isso **tirava o protagonismo da comunidade**. A sigla passou, então, a ser **GLBT** (**gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros**), até **finalmente** se tornar **LGBT** pela **pressão feita por mulheres** que



sofriam **desigualdade de gênero** e invisibilidade dentro do movimento. Recentemente, o **Q** e o **+** foram acrescidos com o objetivo de englobar também **outras identidades de gênero**. A sigla **LGBTQ+** se tornou a mais conhecida e correta para designar a comunidade.

Vamos ao significado de cada letra:

L É DE LÉSBICA, a orientação sexual de **mulheres** que se sentem atraídas afeito-sexualmente **por outras mulheres**.

G É DE GAY, **homens** atraídos afeito-sexualmente **por outros homens**.

B É DE BISSEXUAL, para pessoas que se atraem afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.

Vamos, agora, à **segunda parte** que diz respeito à **identidade de gênero**, quer dizer, a maneira como a pessoa se reconhece, que não tem absolutamente nada a ver com atração afetivo-sexual:

T: transexuais, travestis e transgêneros são pessoas que **não se identificam com os gêneros masculino ou feminino**, atribuídos no nascimento com base nos órgãos sexuais. Pessoas trans **podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais**, tanto quanto as pessoas cisgênero [heterossexuais]. Como se vê, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem.

Q: questionando ou queer, é uma palavra em inglês que significa “estranho”. Há alguns países que utilizam o termo de maneira pejorativa. **QUER** É usado para representar as

pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros. Essas pessoas não concordam com tais rótulos ou não sabem definir seu gênero e orientação sexual.

I: intersexuais são pessoas cujo **corpo varia do padrão de masculino ou feminino** culturalmente estabelecido. Isso acontece no que se refere à configuração dos cromossomos, localização dos órgãos genitais [como testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra descolocado da ponta do pênis, vagina ausente]. Também pode ocorrer coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variação dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por **pessoas intersexuais tem se mobilizado** cada vez mais, em nível mundial, para que a **intersexualidade não seja entendida como uma patologia**, mas como uma variação. Também lutam para que **não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”**, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais. Estima-se que **1% da população mundial** seja intersexual. No **Brasil**, a estimativa é de **1 para cada 1200 nascimentos**.

+: todas as outras letrinhas que crescem na sigla, como os “As”, por exemplo, significam assexuais, que são as



peessoas que não sentem atração sexual) e aliados que são as pessoas que se consideram parceiras da comunidade).

E não se pode deixar de mencionar o significado de **orgulho**. É o antônimo de vergonha. Trata-se de um conceito desenvolvido pela comunidade LGBT para

propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que se aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e **dever ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada**.



FALANDO SOBRE A FALSA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Integrantes dos movimentos de mulheres e homens negros não querem ouvir alguém dizer que não é racista. É impossível não sê-lo, pois **vivemos em sociedades impregnadas pelo racismo**. Ele está presente em todas as nossas redes de relações, como a família, a escola, a igreja, as mídias, as leis, os governos, as empresas, etc.

A implementação da luta por uma sociedade mais pacífica, justa e equitativa e uma vida livre de violência, sem sombra de dúvida, também depende do enfrentamento às múltiplas formas de racismo. Estima-se que na **América Latina e no Caribe** existam **150 milhões de afrodescendentes**, quase 30% de todos os habitantes da região. No **Brasil**, representam **56%** do total da população de 211 milhões de habitantes. A região foi a **principal importadora mundial de escravos**.

Essa população é a mais **vulnerável** em termos de **pobreza e de violência**. Homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de **mortes violentas**,

em grande parte cometidas pela polícia. De acordo com dados da (ONU), dos 25 países com os maiores índices de **feminicídio** do mundo, **15 ficam na América Latina e no Caribe**.

Em um contexto de tanta violência, as mulheres negras são mais vítimas de **violência obstétrica, abuso sexual e homicídio**. As mulheres recebem **salário** em média **40% menor** do que os homens; as mulheres negras recebem menos da metade dos homens brancos. **As mulheres negras estão na base da pirâmide social**. Elas são **maioria nos empregos domésticos** e naqueles mal-remunerados.

No Brasil, apenas **27% dos cargos legislativos** são ocupados por pessoas negras. No Parlamento, são apenas 4%: 3 senadores e 39 deputados estaduais. Menos de **5%** dos negros têm **cargo de gerência ou diretoria**.

De acordo com a feminista negra NILZA IRACI, “a população negra representa 56,10% do total da população brasileira, e ocupa os mais baixos extratos sociais, na sua



maioria vivendo **abaixo da linha da pobreza** e em extrema vulnerabilidade em razão do **racismo institucional**. Dessa forma, as populações negras sofrem preconceitos étnico-raciais e encontram-se **impedidas de acessar bens e serviços, tais como saúde, educação, segurança e emprego**, vivendo na posição de base da pirâmide social, como revelam os dados do IPEA e do IBGE, órgãos do governo responsáveis pela aferição da situação socioeconômica dos brasileiros.

Os números apontam que cerca de **75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil são negras**. O levantamento faz parte do Monitor da Violência, uma parceria do **G1** com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e foram feitos com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal. Quando analisamos o perfil das vítimas, é possível notar que essas formas de violência não atingem todas as mulheres da mesma maneira. A desigualdade racial se faz presente também nestes casos. Considerando os estados onde foi possível obter a informação sobre a cor/raça das vítimas, o Monitor da Violência apontou que no caso dos homicídios, 73% das mulheres mortas eram negras, enquanto que **mulheres brancas eram 26% das vítimas**. O aumento da **multiplicidade de tarefas domésticas**, com as mulheres assumindo maior responsabilidade pelas tarefas educativas, tem afetado negativamente as possibilidades das mulheres no trabalho remunerado, no lazer, nos estudos e na saúde mental.

Os **impactos da pandemia** não são iguais para todas as pessoas. **Mulheres negras e pobres, trabalhadoras informais ou domésticas, têm sua condição agravada**, pois vivem em moradias precárias nas favelas e comunidades, sem água e esgoto, e sem acesso à saúde pública e gratuita. As mulheres, especialmente as mais pobres, chefes de família e com filhos, foram afetadas de diversas maneiras: perda da renda, falta de creches e escolas, impossibilidade de adotar medidas de distanciamento social e o aumento da violência doméstica são alguns dos fatores que mais tiveram impacto sobre a vida das mulheres, literalmente.

A pandemia revelou, ainda, o que os dados estatísticos já vêm apontando na última década: **o racismo institucional e a ausência de políticas públicas**, o que resulta que a população negra é a que mais morre pela Covid. **A cada dez brancos que morrem vítimas da Covid-19 no Brasil, morrem 14 pretos e pardos**, que em sua soma, representam os brasileiros negros, que enfrentam diversos tipos de discriminação, **como as mulheres de comunidade LGBTQIA+, entre outras, expondo algumas das desigualdades pré-existent**s. Considerado o epicentro da pandemia, a capital paulista é a cidade com maior número de mortos por Covid-19 na América Latina. Com registro de 95,5 mil óbitos e 2,88 milhões de casos de COVID-19, o impacto da doença é desproporcional sobre minorias raciais e étnicas. Dessa forma, em **São Paulo**, por exemplo, a **população preta tem 37,5% mais chances de óbito do que a população branca**, e isso acontece porque



esta população vive nas periferias, onde a letalidade do vírus é maior, e pela prevalência na comunidade negra de comorbidades importantes como hipertensão e diabetes. Segundo a alta-comissária da ONU para os direitos humanos, Michelle Bachelet, no **Estado de São Paulo**, as **pessoas negras têm 62% mais chances de morrer de Covid-19 do que as brancas**.

Última nação do ocidente a abolir a escravidão, o Brasil, entre o fim do século XIX e início do XX, **não criou nenhuma condição para a inserção digna da população negra** na sociedade. Ao contrário, diversas obras, políticas e instituições **disseminaram a ideia de um país mestiço, no qual o convívio é harmonioso entre as diferentes raças**. Dessa maneira, o racismo estrutural foi sendo construído como processo histórico. Conforme apontou o antropólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP), Kabengele Munanga, parte da mudança está na **desconstrução do mito da superioridade branca e da**

inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem, reproduzidas cotidianamente e interiorizadas por toda a sociedade. De acordo com o antropólogo, é na **educação** principalmente que se constroem essas imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito e da população negra, de modo que apenas a prática educativa tem o poder de desconstruí-las. Para ele, “só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças.”

Precisamos **admitir o racismo nosso de cada dia**. A partir desse reconhecimento, teremos meio caminho andado para a desconstrução desse preconceito que impede o florescer da beleza da diversidade e pluralidade em sociedade.

E lembre-se: **não basta não ser racista! É preciso ser antirracista!**



FALANDO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Violência de gênero é aquela dirigida a uma pessoa **por causa de seu sexo biológico OU sua identidade de gênero**. Pode acontecer tanto com mulheres quanto com homens, mas as **mulheres e meninas são a grande maioria das vítimas**. É por isso que a expressão é utilizada comumente intercambiada com violência contra a mulher. Se por um

lado, as vítimas são majoritariamente mulheres e meninas, por outro, **os agressores/ autores são em sua maioria homens**. A violência de gênero acontece no **espaço privado, público e virtual**, indo desde o famoso “fiu-fiu” até agressão e feminicídio. Em resumo, é qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, ou



sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial à mulher. A **raiz do problema** está na **construção social das normas de gênero e nas relações desiguais de poder e oportunidades**, que colocam a mulher em condição de inferioridade ao homem. E a perspectiva é muito desoladora: **uma em cada três mulheres sofrerá violência física ou sexual no transcorrer de sua vida**.

Os **tipos de violência de gênero** mais conhecidos são violência doméstica, violência sexual, tráfico sexual e perseguição [ou *stalking*]. Os tipos menos conhecidos são assédio de rua, crimes baseados em honra, casamento precoce e assédio virtual [*online*].

A violência de gênero acontece no mundo inteiro e não escolhe raça, etnia, classe social, idade, religião, nível de escolaridade, etc. As estatísticas são assustadoras, de acordo com fontes confiáveis como o IPEA, ONU, Ministério da Saúde e IBGE: a cada **20 segundos** uma mulher é **agredida**; a cada **11 minutos** uma mulher é **estuprada**; a cada **2h30** ocorre um **estupro coletivo**; a cada **2 horas** uma mulher é **assassinada**; o Brasil é o **quinto país** do mundo com o maior número de **feminicídio**; o Brasil é **campeão** do mundo em assassinato de **transgêneros**; o país é **rota de origem, destino e movimentação de pessoas traficadas**, sendo que 71% das vítimas são mulheres e meninas exploradas sexualmente; **40%** das mulheres são **chefes de família** [34% das famílias havia cônjuge]; a **jornada semanal de trabalho** da mulher é de **53,6 horas** e

a dos homens de 46,1 [7,5 horas de diferença]; acúmulo da **tripla jornada** (trabalho remunerado, afazeres domésticos e tarefas reprodutivas); as mulheres **ganham em média 23% menos** do que os homens na mesma função, mesmo com maior número de anos de estudo...

Ao traçar uma linha do tempo da legislação brasileira para a violência contra a mulher, nós temos: **2001: LEI DO ASSÉDIO SEXUAL; 2006: LEI MARIA DA PENHA; 2009: MUDANÇA NA LEI CONTRA ESTUPROS; 2015: LEI DO FEMINICÍDIO; 2016: LEI DO TRÁFICO DE PESSOAS; 2018: LEI DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL**.

Vamos explicar cada uma dessas leis:

LEI DO ASSÉDIO SEXUAL (10.224/2001): constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual; baseia-se em uma relação de hierarquia e subordinação entre a vítima e o agressor. A pena é de um a dois anos.

LEI MARIA DA PENHA (11.340/2006): **violência física**: qualquer ato contra a integridade ou saúde corporal da vítima, como socos, empurrões, pontapés, etc; **psicológica**: controle, insultos, chantagens, isolamento; **sexual**: obrigar a ter relações sem consentimento ou impedir a utilização de métodos contraceptivos, forçá-la à gravidez/aborto ou prostituição mediante força ou ameaça; **patrimonial**: pertences pessoais e dinheiro; **moral**: calúnia, difamação, injúria. Inclui criminalização do registro **online** (a partir de 2018) de conteúdo íntimo. A **pena mínima** é de **seis meses** a **máxima** de **três anos**.



LEI CONTRA ESTUPROS (12.015/2009): constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. É considerado um crime hediondo. A pena é de seis a 10 anos de reclusão para o criminoso, aumentando para oito a 12 anos se há lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de idade, e para 12 a 30 anos, se a conduta resulta em morte.

LEI DO FEMINICÍDIO (13.104/2015): quando for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. É **crime hediondo**. A pena é de 12 a 30 anos.

LEI DE TRÁFICO DE PESSOAS (13.344/2016): facilita punição e amplia proteção à vítima. A pena é de quatro a oito anos, mais multa.

LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (13.718/18): atos libidinosos sem o consentimento da vítima, como toques inapropriados, beijos “roubados”. A pena é de 1 a 5 anos.

RACISMO E A LGBTFOBIA TAMBÉM SÃO FORMAS DE VIOLÊNCIA E SÃO CRIMES

A **LEI 7.716/1989** pune os crimes de racismo e LGBtfobia (a partir de 2019, considerando-se a mesma lei contra o racismo), com pena de um a cinco anos de prisão mais multa. São considerados **crimes inafiançáveis**.

O QUE É O ASSÉDIO VIRTUAL?

Como o nome sugere, o assédio virtual acontece online e é praticado por indivíduos que usam a tecnologia para ofender, hostilizar ou importunar uma pessoa ou um grupo

específico. Ameaças, comentários sexuais ou pejorativos, divulgação de dados ou informações pessoais e a propagação de discursos de ódio feitos na internet se enquadram em ações de assédio virtual. As mulheres, as pessoas negras/ pardas e a comunidade LGBT têm sido grandes alvos. Pesquisa da ONG SaferNet mostra que, em 2018, houve 16.717 denúncias de crimes virtuais contra a mulher, um aumento de 1.640% em relação a 2017.

É IMPORTANTE LEMBRAR QUE A VIOLÊNCIA SEXUAL É UMA QUESTÃO DE PODER E NÃO DE SEXO!

- Muitos estupradores são criminosos em série que procuram oportunidades para atacar.
- A maioria dos criminosos não tem antecedentes criminais de condenações por violência sexual.
- As taxas de denúncias falsas são raras e não são mais altas para agressão sexual, em comparação com crimes como roubo, agressão física, etc. (2-10%).
- A maioria dos crimes de agressão sexual (76%) são cometidos por alguém conhecido da vítima.
- 82% das vítimas são do sexo feminino (54% tinham até 13 anos).
- Os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina apresentam as maiores taxas de casos de estupro (70,4/100; 60,8/100 e 58,5/100, respectivamente).
- A taxa para o Rio é 30,9/100 e, para São Paulo, 28,2/100.
- 70% dos estupros nunca são denunciados à polícia.



Enfatizando, uma vez mais: A violência de gênero é a mais trágica consequência da construção social das relações desiguais entre mulheres e homens. Se foram construídas e mantidas pela cultura, essas relações podem e devem ser

desconstruídas. E vamos precisar de todo mundo! Você já pensou no que você pode fazer em seu cotidiano para modificar essa realidade?



FALANDO SOBRE MISOGINIA E FEMINICÍDIO

A **origem** do termo misoginia é **grega** e vem dos vocábulos ***miseó***, que significa “**ódio**”, e ***gyné***, que tem como tradução “**mulher**” [palavra introduzida pelo filósofo Antípatro de Tarso para designar o desagrado e a desconfiança pelas mulheres]. Esse conceito abarca os sentimentos de **desprezo, preconceito, repulsa e aversão** às mulheres e ao que remete ao feminino.

Os termos **misoginia, machismo e sexismo** estão relacionados no sentido em que se sustentam a partir da **depreciação do gênero feminino**.

O feminicídio é o assassinato de mulheres cometidos em função do gênero, isto é, elas são mortas por serem mulheres. É um crime de ódio contra as mulheres.

A **cultura patriarcal**, centrada na **figura masculina**, desenvolve o **machismo** e os fundamentos da **dominação masculina**. O **conceito da superioridade de gênero**, instituído pelo **patriarcado** ao longo dos anos, e o **sexismo** ajudam a alimentar a ideia da desvalorização e preconceito contra as mulheres. O patriarcado se manifesta em todos os âmbitos, na **organização social, legal, política e econômica, etc.** em diferentes culturas.

A **misoginia** é resultado de um **discurso patriarcal** em que à mulher foi imputada uma **imagem de fragilidade**. E, como supostamente frágil, **não teria condições físicas**.

A palavra **patriarcado** vem da combinação das palavras gregas **pater**, que significa **pai**, e **arkhe**, que significa origem ou **comando**. A palavra patriarcado traduz-se literalmente como **a autoridade do homem representada pela figura do pai**. Evidências antropológicas sugerem que a maioria das **sociedades pré-históricas de caçadores-coletores** eram **relativamente igualitárias** e que estruturas sociais patriarcais não se desenvolveram até muitos anos após o final do Pleistoceno [Era do Gelo; 60 milhões de anos atrás], seguindo desenvolvimentos tecnológicos como a agricultura e a domesticação.

A sociedade patriarcal não tem um início específico. Alguns estudiosos apontam para cerca de **seis mil anos atrás (quer dizer, 4000 a.C.)**, quando o conceito de paternalismo criou raízes, como o início da propagação do **patriarcado**, segundo o estudioso Robert M. Strozier. O **patriarcado surgiu**, muito provavelmente, da **divisão das tarefas nos tempos primitivos**. A **maternidade limitava as**



mulheres que, grávidas ou amamentando os seus filhos, não dispunham da mesma capacidade física dos homens, tanto na **fuga aos predadores como na caça das presas**.

Também não podemos esquecer das raízes religiosas. O **Gênesis**, primeiro livro da bíblia [possivelmente datado do século V a.C], diz que a **mulher é a pecadora Eva** que desobedece a **ordem de fruto** da frondosa árvore do **paraíso**. Experimenta, gosta e acaba oferecendo-a a **Adão**. No capítulo 4 do **Alcorão** [entre 568 e 645 d.C], o livro sagrado dos muçulmanos, encontramos: “Os homens têm **autoridade sobre as mulheres** porque Alá fez um superior à outra”.

Na **idade média**, as mulheres eram **queimadas como bruxas**; a **Inquisição** foi criada pela **Igreja Católica, Protestante e Estado** no século XIII. Durante **mais de 300 anos**, na Europa, as **fogueiras** foram **instrumento de repressão e morte** para milhares de mulheres [de 1450 a 1750]. As bruxas eram as **parteiras, as enfermeiras e as assistentes**. Conheciam e entendiam sobre o **emprego de plantas medicinais** para curar enfermidades e epidemias nas comunidades em que viviam, por isso, eram **portadoras de um elevado poder social**.

O resultado dessa construção social, que é reforçada pela cultura e se mantém historicamente por milênios, é o feminicídio. E o Brasil ocupa a **quinta posição** no ranking de feminicídio **no mundo**. De acordo com a 11ª Edição do Anuário de Segurança Pública, **uma mulher** é assassinada **a cada duas horas** no país. O **Brasil** só perde para **El**

Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de feminicídio. Depois do Brasil, estão **México, Moldávia, Suriname, Litônia e Porto Rico**. Mulheres e meninas **assassinadas por parceiros íntimos ou outros membros da família** representam **58%** das mortes, de acordo com a UNODOC, Global Study on Homicide, de 2019. As **mulheres negras** são as principais vítimas de feminicídio. **No ano de 2019, 4.519 mulheres foram mortas, sendo que 68% eram negras**.

O **confinamento de mulheres** em casa, durante a **pandemia de Covid 19**, **aumentou** as taxas de feminicídio no Brasil, **em ao menos 10 estados** (Pará, Acre, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Pernambuco e Ceará). Os **crimes** de feminicídios **aumentaram em 5%** em relação ao mesmo intervalo de tempo no ano passado. E a **violência de gênero aumentou 30%**. Em **2020**, somente **no primeiro semestre, 631** mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil), a maioria de mulheres negras. **14 estados** apresentaram **alta** no número de vítimas. O **Acre** é o estado com a **maior alta** (167%) e a maior taxa de feminicídios: 1,8 a cada 100 mil.

Dentre os desafios para enfrentar os crimes de ódio contra a mulher, segundo publicação do Instituto Patrícia Galvão, estão:

1) Capacitação de profissionais: É preciso sensibilizar os profissionais que atuam no atendimento e acolhimento das mulheres vítimas de violência e dar a eles condições

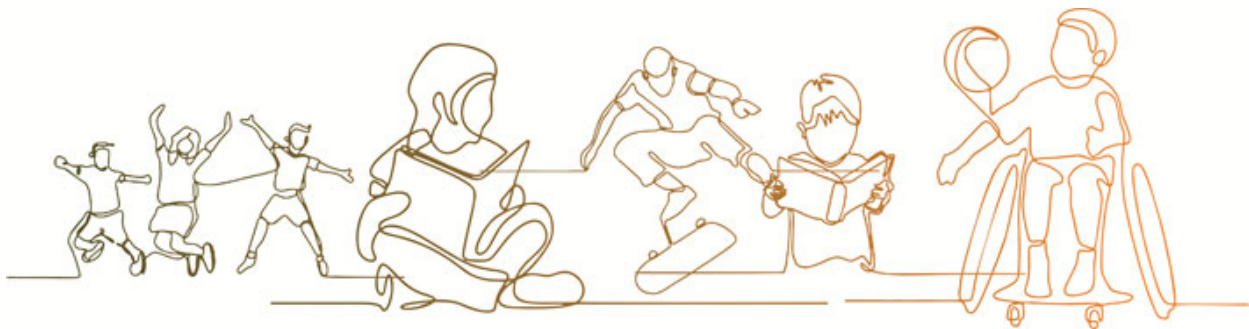


estruturais para realizar o seu trabalho, por meio do investimento massivo na **criação e melhoria dos serviços**. A **humanização** do atendimento é essencial, pois somente ela permitirá à mulher ter o apoio e a força necessários para seguir adiante com a denúncia. Uma mulher que é mal atendida e não volta a procurar o serviço é uma mulher que muito provavelmente entrará para as estatísticas.

2) Amparo às sobreviventes e suas famílias: a **vítima** não pode ser esquecida neste processo, **tampouco sua família e sua comunidade**. Não bastam as leis e o combate aos crimes se as pessoas afetadas pela violência **são desamparadas pelo Estado e pela sociedade**. Neste processo, a vítima não pode ser apenas um número e um meio de prova. A **valorização da memória das vítimas e a reparação à pessoa afetada** também devem ser levadas em conta no enfrentamento da violência. Também é preciso investir em **apoio psicológico e social e em programas de geração de renda** para que a vítima tenha direito a recomeçar sua vida.

3) Educação e conscientização da população: numa sociedade em que o **machismo e a misoginia são fundantes e estruturantes das nossas relações e experiências**, a **violência contra a mulher** é algo **naturalizado no cotidiano**. Para **romper** com essa mentalidade, é preciso **desaprender a misoginia e se educar para a equidade e a justiça**. Isso envolve desde a abordagem do tema em **sala de aula** até a **produção de estatísticas** que fundamentem as políticas públicas e a realização de **campanhas** voltadas à população como um todo.

4) Uma mídia consciente e responsável: **culpabilização da vítima, adoção de termos impróprios que naturalizam e até romantizam a agressão, viés puramente policial e sem contextualização**. As reportagens sobre feminicídio no Brasil são um exemplo cruel de como a imprensa pode ajudar a **reproduzir a violência contra a mulher**. É urgente a **capacitação dos profissionais** de imprensa sobre a violência contra a mulher, assim como a **responsabilização legal** dos meios de comunicação que reiterem a violência.





FALANDO SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA OU LINGUAGEM NÃO DISCRIMINATÓRIA

Quando se diz “A salvação do planeta está nas mãos dos homens”, ao invés de “A salvação do planeta está nas mãos da humanidade”, reflete-se a posição que o homem vem ocupando na história, reforçando-se seu papel hierárquico e as relações de poder e dominação masculina na sociedade. Ao **romper com a linguagem discriminatória - falada, escrita e das imagens -, presente em livros, revistas, jornais, rádio, televisão, etc.**, avança-se na influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, **quebrando-se padrões comportamentais** que levam a uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo dos tempos, tem ficado bastante evidenciado o papel da **linguagem discriminatória no reforço dos estereótipos machistas, racistas e LGBTfóbicos**, que contribuem sobremaneira para o desequilíbrio das relações sociais entre as pessoas, caracterizadas pelo **binômio dominação/subordinação**. Ao nascermos, nosso sexo é definido pela natureza. Já o comportamento diferenciado tem a influência direta da formação e educação que recebemos no meio social, historicamente marcadas pela subordinação de outras identidades de gênero ao do homem. Trata-se de um fenômeno cultural que se arrasta ao longo de milênios e que deve ser mudado.

As pessoas são educadas e formadas tanto pelas escolas, como pela família, Igreja, meios de comunicação de massa, mídias sociais, leis do Estado, etc., que são responsáveis pela clara definição dos papéis desiguais entre pessoas de diferentes identidades de gênero, com **consequências dramáticas na sociedade**. Bastam somente alguns dados para essa comprovação: alto índice de violência doméstica e feminicídio, independente de raça, cor, etnia, classe social ou escolaridade [sem esquecer que o Brasil é campeão mundial no assassinato de pessoas trans]; a média salarial baixa, mesmo com maior formação; pouca ocupação de cargos de liderança [a situação é ainda pior para pessoas negras e trans]; e número elevado de mulheres chefes de família, entre outros.

É fundamental estarmos conscientes da relação da linguagem com o conhecimento e a cultura. É somente depois da fase de aquisição da linguagem que a pessoa atinge o campo da abstração. O pensamento conceitual é inconcebível sem a linguagem, em consequência do processo complexo da educação social. O ser humano não só aprende a falar, mas a pensar. Enquanto ponto de partida social do pensamento individual, **a linguagem é a mediadora** entre o que é social, dado – portanto, ditatorial



-, e o que é individual, criador, no pensamento de cada pessoa. A **linguagem** não só constitui o ponto de partida social e a base do pensamento individual, mas influencia também o nível de abstração e de generalização desse pensamento. Ela **influencia o nosso modo de percepção da realidade**. A experiência individual implica em esquemas e estereótipos de origem social. O estereótipo vem à tona na relação emocional do ser humano com o mundo. Por ser um processo não consciente, exerce sua ação com força tanto maior quanto mais se identifica em um todo unitário como conceito dentro da consciência humana. Este é o segredo da famosa ‘tirania das palavras’.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento. É interação e um modo de produção social. **Não é neutra, nem inocente**, na medida em que está engajada numa intencionalidade, e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. [Bakhtin, 1999].

Ao publicar, em 1992, *A pedagogia da esperança - um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire faz, com muita humildade, uma análise do volume imenso de cartas que recebeu, em Genebra, com críticas de mulheres norte-americanas, depois do lançamento do livro, em sua primeira edição no início de 1971. Eram tempos de exílio, em função do longo regime militar brasileiro, e a primeira edição foi publicada em inglês.

“(...) É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, **eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres**. (...) Em certo momento de minhas tentativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: ‘Quando falo homem, a mulher está incluída’. E **por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: ‘As mulheres estão decididas a mudar o mundo’?** (...) A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (...) A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente **a recriação da linguagem**, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. (...) Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. **Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo**. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória.”

A linguagem - falada, escrita e imagética -, carregada de estereótipos, há tempos vem merecendo ênfase nas ações do movimento feminista, como bandeira fundamental para o avanço da luta, tanto que, a partir de



1991, a **REPEM** (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe) passou a designar o dia **21 de junho**, com uma série de atividades, como a data **“Por uma educação sem discriminação”**.

E A LINGUAGEM NEUTRA?

Segundo **Pri Bertucci**, CEO da Diversity BBOX e criador do **pronome neutro** em português [como *todes*], “a comunicação inclusiva é um possível **instrumento de transformação social para além da binariedade e polarização social** que enfrentamos nesse momento da história. A linguagem neutra e inclusiva não é apenas uma neolinguagem e sim uma **recuperação de linguagem**. Comunicação inclusiva é um termo guarda-chuva que reconhece a utilização de recursos comunicacionais diferentes da norma, as vantagens e privilégios simbólicos que estruturam a nossa comunicação. Nasce do reconhecimento de uma **ideia falsa de superioridade moral e intelectual** de um grupo social. Comunicação inclusiva leva em consideração a **inclusão de grupos minorizados e marginalizados na linguagem como: LGBTQIAP+, mulher, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência**. A **linguagem neutra e linguagem inclusiva** fazem parte desse guarda-chuva. A língua é viva e emergente, como *todes* nós, ou seja, ela está sempre em movimento principalmente em meio à comunicação verbal, por isso é muito importante entendermos não só a necessidade

como a demanda que a atualidade traz a respeito da comunicação inclusiva”.

A DISPUTA PRÁTICA DA LINGUAGEM

A seguir, reproduzimos o texto, com o título acima, elaborado por Neon Cunha e Sara Wagner York, para a publicação Ponto de Debate, número 21, de novembro de 2020, da Fundação Rosa Luxemburgo, na página 17:

“Benevides e Lee [2019] falam sobre os modos de fazer e saber do mundo trans imerso neste cotidiano violento que produz uma epistemologia marcada por outra forma de [r]existir, uma transepistemologia. Nesse sentido, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais [Antra] produz anualmente um relatório onde estão catalogados dados descritivos de fontes primárias sobre políticas transfeminicidas e, portanto, transepistemicidas, que seguem denunciando a ausência do Estado na assistência a alguns corpos. Quando o movimento social organizado tece a produção dos dados desde a catalogação dos números iniciais, feita de modo artesanal, a partir de uma vasta rede de produção, organização e catalogação, a pesquisa apresenta sua qualidade e validação diante da inexistência numérica no que tange à comunidade trans.

Para se ter noção da complexidade narrativa em disputa, trouxemos um exemplo muito simples e recorrente: o uso do “@”, “x” ou “_” em palavras como “alun_”, ou “alun@” ou ainda “alunx”, em textos ou



avaliações, usados por algumas/alguns professoras/es desde o final do século passado.

A disputa de narrativas tornou-se tão cruel que o inimigo deixou de ser aquele que passa a ser ouvido, exatamente quando ganha esta condição: ser ouvido. Ainda no início deste século, alguns sujeitos faziam o uso da letra “x” como aplicação ou possibilidade de troca pelo gênero, ou ainda pela inexistência de uma desinência de gênero. O uso da letra “x” não é um uso excludente. O uso do “x” não significa esquecer, nublir ou ignorar todo o resto. Do mesmo modo que é preciso compreender que, para designar todas as pessoas, se coloca o “todos”.

Outro ponto é o uso eficaz e o uso conveniente. Conhecemos gente que utiliza, por exemplo, o “e”, como marcado de desinência de gênero para falar “todes”, quando está em diálogo com LGBTQI+. Alguns sujeitos trazem o “nós todes” para público cativo, acionando neste momento o “e”, mas fora isso, diante do grande público, esse mesmo sujeito segue trazendo o pensamento hegemônico contido na língua, o fruto da colonização.

Esta colonização se faz refratária em nossos privilégios ou no não acesso a muito daquilo que é direito no Estado democrático. Queremos que as pessoas dialoguem minimamente com recortes reais, representações de si. Ao reivindicarmos a utilização de termos que atendam às ditas “minorias”, lembremo-nos: a maioria da população do Brasil é feminina.

Dito isso, o “x” torna-se mais um marcador de não desinência de gênero. O que seria isso? A utilização do “a” e do “o” como estruturas da língua. Por isso falamos que a língua portuguesa é uma língua masculinista, machista e sexista: porque tudo o que é pejorativo nessa língua vai ganhar um caráter feminino e tudo o que é perigoso, fortificador e enobrece o sujeito vai ganhar um caráter masculino.

E assim, podemos pensar que estas estéticas binárias são culturais muitas vezes. Mas o mais interessante é que existem alguns aspectos que não excluem. Tem gente que, por exemplo, utiliza “todxs” para falar de “homens e mulheres binárias”. Então, em uma conversa entre duas mulheres [cis ou trans], nenhuma mulher binária, até onde sabemos, pretende ser chamada de “todxs”. Nós não somos todxs. Somos Sara e Neon. Somos mulheres e gostamos de estar na trans-agência daquilo que é binário, porque esse binário pode agir em favor ou desfavor, mas algumas pessoas têm o direito de usar ou não e nós somos pessoas que gostamos de usar o termo binário e feminino nas nossas produções. Muito provavelmente, iremos utilizar algumas formas femininas em nossa escrita. Porém, o “x” vem com um agravante de que alguns corpos têm retirada de si a potência de gênero compreensiva, ou seja, crianças intersexo que têm suas genitálias extirpadas ou modificadas enquanto recém-nascidas. Elas podem ser uma compreensão desse “x” como, por exemplo, alguns intersexos fazem e pedem.



Há questionamentos sobre o “x” porque leitores para deficientes visuais não o leem. Assim, a problematização refere-se à máquina e à tecnologia, porque é a tecnologia que é deficiente e não a história e a luta de um grupo, historicamente menosprezado, diminuído, chicoteado, esculhambado, arregimentado e recortado pela produção de um grupo hegemônico.

A questão a “problematizar” é o hegemônico que, no caso, é quem provê a tecnologia de leitura, seja ela para qual grupo for. Então, são eles que têm de ter essas respostas, não um grupo que é composto, por exemplo,

de bebês. Bebês intersexos recém-nascidos que têm suas genitálias modificadas cotidianamente de modo compulsório. Questões de língua que violenta e fere crianças e adultas/es/os. “

.X.X.X.X.

Vamos romper com a linguagem discriminatória, em busca de um mundo com igualdade entre as pessoas! Quando se quebra com a linguagem, quebra-se também com padrões comportamentais. Veja, nas próximas páginas, algumas sugestões para a prática em todos os espaços da vida cotidiana.





TABELA DE RECOMENDAÇÕES PARA A UTILIZACAO DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

USUAL	ALTERNATIVA
Os direitos do homem	Os direitos humanos
O corpo do homem; a inteligência do homem	Ó corpo humano; a inteligência humana
Museu do Homem	Museu da Humanidade
Homem/mês; homem/hora	Trabalho/mês; trabalho/hora
<u>Cameraman</u>	Operador o operadora de câmera
Aeromoça	Atendente de voo



**TABELA DE RECOMENDAÇÕES
PARA A UTILIZACAO DE UMA
LINGUAGEM INCLUSIVA**

USUAL	ALTERNATIVA
Língua materna	Língua de origem ou língua originária
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola
Os professores; os jovens; os meninos	O professorado [ou mestres]; a juventude; as crianças
Os negros	A raça negra
Denegrir a imagem de alguém	Difamar alguém
A situação está preta	A situação está ruim

↑ Anotações ■ Comentários



TABELA DE RECOMENDAÇÕES PARA A UTILIZACAO DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

USUAL	ALTERNATIVA
Juiciar	Maltratar, atormentar
José e Senhorita Maria	José e Maria
Os brasileiros; os descendentes; os eleitores	O povo brasileiro; a descendência; o eleitorado
Os assessores; os coordenadores; os diretores	A assessoria; a coordenação; a direção
Homossexualismo; bichinha/veado; sapatão	Homossexual; gay; lésbica

TABELA DE RECOMENDAÇÕES PARA A UTILIZACAO DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA	
USUAL	ALTERNATIVA
Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Cada aluno deverá ler um texto	Deverá ser lido um texto
Nas ilustrações didáticas e nos livros escolares, a pessoa com identidade feminina aparece, em geral, exercendo atividades no lar, ao passo que o homem aparece no escritório, na oficina, em cargos de poder, etc. Outra representação comum da identidade feminina é pelo corpo, apresentando um padrão de beleza irreal e inatingível. Trata-se da <u>objetificação</u> da mulher; a coisificação da mulher. Essa realidade também pode se repetir nas imagens do universo virtual, principalmente nas redes sociais, além da propaganda, revistas, jornais, música, cinema, etc.	Dar visibilidade às pessoas com identidade feminina que trabalham fora de casa. Destacar a importância do trabalho no lar para todas as pessoas, independente de identidades de gênero. Apresentar as pessoas de todas as identidades de gênero, em todos os tipos de trabalho e funções profissionais. Observar que pessoas com identidade de gênero feminina desempenham papéis sociais e políticos em todos os níveis, com igual competência, autoridade e espírito de iniciativa que seus colegas homens. Fazer uma leitura crítica da imagem da identidade feminina que está sendo reforçada.



21 DE JUNHO: DIA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO

SUGESTÕES PARA SE COMBATER O SEXISMO NAS ESCOLAS

- ➡ Evitar divisões por sexo (meninos e meninas); existem muitas maneiras de se organizar filas e grupos de atividades.
- ➡ Proporcionar às meninas e meninos atividades iguais na hora do recreio e da educação física.
- ➡ Solicitar ajuda em sala de aula sem distinção de gênero [raça, orientação sexual e identidade de gênero].
- ➡ Estimular valores nas meninas, tais como: inteligência, coragem e espírito científico. Nos meninos, valorizar a afetividade, a organização, a solidariedade e o respeito.
- ➡ Não fazer piadas ou críticas às crianças, baseadas no seu gênero, como por exemplo, dizer para menino “você parece uma menina”, ou para menina “você é desorganizada e suja como um menino”. Essa atitude humilha a criança e reforça as características negativas do gênero oposto.
- ➡ Fazer leitura crítica, dos manuais didáticos e dos livros infanto-juvenis, sob a perspectiva de gênero [incluir a perspectiva racial, de orientação sexual e identidade de gênero].
- ➡ Promover, entre o corpo docente, a discussão sobre as relações e os estereótipos de gênero [raça, orientação sexual e identidade de gênero] e o papel da escola como agente promotor de uma educação não sexista.
- ➡ Pesquisar como aparece o sexismo [incluir o racismo e a LGBTfobia) na cultura brasileira: na música, na poesia, no cinema, na literatura e nos conteúdos didáticos, refletindo criticamente sobre eles com os(as) alunos(as).
- ➡ Observar como se manifestam as desigualdades entre os alunos e as alunas na sala de aula, e atuar propondo alternativas [considerar as interseccionalidades de classe social, orientação sexual e identidade de gênero).

http://www.ccs.saude.gov.br/sociedadeviva/campogrande/educacao_nao_sexista.pdf



REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Oliveira. SP: Editora Hucitec. 1999.
- BERTOLIN, Patrícia. ANGOTI, Bruna. VIEIRA, Regina Stela.[orgs] *Feminicídio – quando a desigualdade de gênero mata: mapeamento da tipificação na América Latina*. Joaçaba: Editora Unoesc. 2020.
- BORDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Ed. Bertrand.1999
- BOSI, E. *Entre a opinião e o estereótipo*. In: O tempo vivo da memória – Ensaios de Psicologia Social. Ateliê Editorial. SP: 2004. 2ª ed.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. SP. Martins Fontes. 2001
- _____. *O imaginário – ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. RJ. Difel. 2ªed. 2001
- FARGE, Arlete & DAVIS, Natalie Zemon. *História das mulheres no ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto. vol.3. Edições Afrontamento. 1991
- GOMES (2002 apud ABRAMOVAY, CUNHA, CALAF 2009, p.187 – *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília, DF: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2009, 496p.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília. 2012. e-book disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix. 2019.
- MAFFESOLI, Michel. *O imaginário é uma realidade*. In: Revista Famecos no.15. Porto Alegre. ag/2001.
- ONU Mulheres, *Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “vieses inconscientes”*, 2016.
- OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1993. p.602
- PANTEL, Pauline Schmitt (dir). *História das mulheres no Ocidente: a Antiguidade*. Porto. vol.1. Edições Afrontamento. 1990
- SANTOS, J. *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009, p. 16.
- TELES, M.A.A.; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Ed.Brasiliense, 2002.
- Vieira, Vera. *Gênero e Educação para Intervenção na Mídia*. Dissertação de mestrado. SP: USP/ECA. 2002.
- VIEIRA, Vera. *Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital*. São Paulo. Novas Edições Acadêmicas. 2017
- VIEIRA, Vera. *Cultura de Paz na Luta contra a Violência às Mulheres e Meninas*. São Paulo. Associação Mulheres pela Paz. 2019
- VIEIRA, Vera [Org]. *Violência de Gênero e Interseccionalidades*.São Paulo. Associação Mulheres pela Paz. 2021
- Dossiê *Feminicídio #invisibilidademata*. Instituto Patrícia Galvão. 2017
- <http://www.ohrc.on.ca/en/policy-preventing-discrimination-because-gender-identity-and-gender-expression/3-gender-identity-and-gender-expression#:~:text=Gender%20expression%20is%20how%20a,common%20ways%20of%20expressing%20gender>.
- file:///C:/Users/Vera/Downloads/29900-Texto%20do%20artigo-119336-1-10-20150416.pdf Julio Cesar Meira



<http://sites.usp.br/uspmulheres/08-de-marco-conquistas-e-controversias/>

<https://www.nexojournal.com.br/especial/2016/03/08/Mulheres-ainda-s%C3%A3o-minoria-nos-poderes-do-Brasil>

<https://www.jota.info/especiais/nao-e-mimimi-08032017>

<https://historiadigital.org/curiosidades/25-conquistas-historicas-das-mulheres-no-brasil/>

http://www.huffpostbrasil.com/2016/03/08/o-que-as-feministas-da-periferia-podem-ensinar-a-luta-das-mulher_a_21686481/

<https://catarinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>

<https://outraspalavras.net/feminismos/outras-cartografias-feminicidio-na-americalatina/>

<https://www.significados.com.br/misoginia/>

<https://www.todamateria.com.br/misoginia/>

<http://especiais.ne10.uol.com.br/raizes-da-intolerancia/misoginia.php>

Realização



1ª edição/2021

Execução

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Parceria



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.apeesp.org.br

FILOSOFA
CNE
E
CUT



Apoio



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

